

RENATA CRISTINA ENGLER GRANER-ARAÚJO

**QUANDO EU CRESCER QUERO SER COMO ELE:
ADOLESCENTE, O TRÁFICO DE DROGAS E A
FUNÇÃO PATERNA**

ASSIS
- 2009 -

RENATA CRISTINA ENGLER GRANER-ARAÚJO

**QUANDO EU CRESCER QUERO SER COMO ELE.
ADOLESCENTE: O TRÁFICO DE DROGAS E A
FUNÇÃO PATERNA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista – para obtenção do título de Mestre em Psicologia (área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Nelson Pedro-Silva

ASSIS
- 2009 -

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Graner-Araújo, Renata Cristina Engler

G758a Quando eu crescer quero ser como ele: adolescente, o tráfico de drogas e a função paterna / Renata Cristina Engler Graner-

Araújo. Assis, 2009

146 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Nelson Pedro Silva

1. Adolescentes. 2. Tráfico de drogas. 3. Autoridade. I. Título.

CDD 155.4

363.45

*Dedico este trabalho ao meu pai - Celso Augusto Fessel Graner -
in memoriam.*

*Ele, apesar de ter sido um grande cientista, não desejou que eu
o seguisse nesse caminho. Como também me ensinou a contestar
e não acatar passivamente aquilo que não desejo ou não
acredito, aqui estou!*

*Com ele aprendi, ainda, a ser idealista e passional (quem diria,
ele era tão racional!). Sempre vi que por baixo daquela
estrutura rígida tinha um sujeito sensível e inquieto com as
injustiças do mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por colocar pessoas tão especiais em meu caminho. Para Ele nada é impossível, prova disso é a conclusão dessa pesquisa. Obrigada Pai por nos aceitar como somos.

Ao meu querido marido Ricardo (Dadinho), as palavras parecem não expressar o tamanho da minha gratidão. Ele foi quase um co-autor ou co-orientador desse estudo, tamanho o amor, companheirismo e paciência que demonstrou nesses anos em que dediquei muitos finais de semana, dias e noites a sentar em frente aos livros ou ao computador. Fico feliz por tê-lo incentivado a fazer o mesmo.

À minha família (mãe, marido, sogra, sogro, irmãos, cunhadas, cunhados e sobrinhos - nasceram três nesse período!), pois cada vez mais percebo o quanto eles são o que há de mais importante em minha vida. Eles acreditaram em mim e conseguiram me suportar durante esse tempo. Agradeço também à tia Cecília, por ter sido um exemplo do que é ser uma grande mulher, modelo para mim. Sem tal estrutura eu não seria capaz de chegar até o final. Voltarei agora a lhes dar mais atenção, prometo!

A minhas amigas Cris Almeida - pelo alto astral e otimismo de sempre, além das dicas de quem já viveu uma vida de mestrado. Andréa Borsato e Gisele Stuchi por compreenderem meu afastamento temporário, sem me cobrar retorno. Cris Fukumori, foi ela que me convenceu a fazer essa loucura que é voltar para a academia. Muito obrigada!

À minha analista, que sábia e profissionalmente me acolheu e fez função paterna quando necessário, além de me incentivar a não desistir em momentos de desespero.

Aos professores José Sterza Justo e Soraia Cruz, por dividirem seus inúmeros conhecimentos comigo e assim contribuírem para ampliar minha visão crítica do mundo. A partir das aulas, conversas e indicações de leitura que me proporcionaram, abriu-se para mim um mundo teórico ainda desconhecido e

que muito me ajudará em minha carreira acadêmica e profissional. Vocês são uns gênios!

Ao meu orientador Nelson Pedro, com quem tive discussões muito ricas e esclarecedoras. Obrigada por me ensinar a ser uma pequena cientista iniciante.

À Vera Dolenz e Maribel de Salles de Mello, que muito me ajudaram com sua linguagem simples e seu enorme conhecimento acerca da psicanálise lacaniana, ainda bastante difícil, mas fascinante para mim. Será que um dia chego onde vocês estão? Continuarei me dedicando a isso.

Aos maiores atores desta pesquisa: os adolescentes. Juntamente com suas famílias, mostraram-se sábios cidadãos e trabalhadores, criativos na busca de suas necessidades. Adaptaram-se às condições em que a vida lhes colocou e fizeram o melhor com o que fizeram deles. Muito obrigada!

RESUMO

GRANER-ARAÚJO, R. C. E. *Quando eu crescer quero ser como ele*. Adolescente: o tráfico de drogas e a função paterna. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2009.

O envolvimento de adolescentes e até crianças como trabalhadores no tráfico de drogas vem aumentando nas últimas décadas no Brasil, e quiçá no mundo. A globalização contribuiu para que isto ocorresse, concomitante a organização dessa forma de crime, promovendo lucros consideráveis, a ponto de ser concebido como o segundo grande negócio mundial, atrás apenas do tráfico de armas. Decorrência: o tráfico contribuiu para que os jovens passassem a serem vítimas e também autores de ações de violência relacionadas a esta atividade. Com o presente trabalho, analisamos como se articulam, na constituição subjetiva, o trabalho dos adolescentes no tráfico de drogas e a *função paterna*. Tivemos a pretensão, ainda, de compreender se eles tiveram, ao longo de sua história, referências de autoridade que contribuíram para entrarem nela. Os adolescentes escolhidos foram os pertencentes às camadas sociais de baixa renda e que eram considerados trabalhadores do tráfico de drogas. Realizamos um estudo de casos múltiplos, por meio de entrevistas/conversas com tais adolescentes. Utilizamos, para a análise das informações, a teoria psicanalítica, na perspectiva da *psicanálise extramuros*, a qual prioriza a análise de um fenômeno social, considerando o contexto onde este ocorre e seus desdobramentos na subjetividade humana. Os resultados obtidos nos levaram a concluir que, para eles, tal atividade é o caminho mais provável, em nossa cultura para conquistarem reconhecimento social e sentimento de pertença ao mundo adulto e à sociedade de consumidores. O tráfico de drogas funciona como ancoragem *simbólica* para os meninos, servindo como *metáfora paterna* e possibilitando-lhes uma re-inscrição fálica. É um significante, um reconhecimento de filiação. Os adolescentes não confiam em sua própria capacidade para obter tais conquistas por meio do estudo e de um trabalho legal. Com eles falharam todos os dispositivos sociais – políticas públicas de assistência social, educação, saúde, esporte, segurança, habitação, renda, entre outras – que poderiam protegê-los do risco de morte. Constatamos que seus professores, enquanto eles ainda freqüentavam a escola, contribuíram para que pensassem assim. É bastante clara a falta de confiança que os adolescentes têm naqueles que deveriam representar as leis, manter a ordem e poupar-lhes de riscos de morte. Observamos ainda que eles obedecem às leis do tráfico de drogas e que assim mantém o pacto implícito realizado por nossas autoridades, a qual se cega diante dessa realidade para atender a interesses próprios, na manutenção do *status quo*. Imaginamos que se a família, o Estado ou a sociedade realizassem o papel a que se propuseram a cumprir, a partir da modernidade, ou seja, de proteção integral, os adolescentes talvez não necessitassem buscá-lo no limite do tráfico de drogas.

Palavras-chave: adolescentes; tráfico de drogas; trabalho infanto-juvenil; autoridade; função paterna.

ABSTRACT

GRANER-ARAÚJO, R. C. E. *Wen I grow up wanna be like he*. Teen: drug trafficking and the paternal function. 2009. 146f. Thesis (MA in Psychology) - Faculty of Science and Letters, Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2009.

The involvement of adolescents and even of children as workers in drug trafficking has been increasing in the last decades in Brazil, and perhaps in the world. Globalization has contributed for this to happen together with the organization of this type of crime, promoting considerable profit to such an extent that it is considered the world's second greatest business, only staying behind weapon trafficking. Consequence: this kind of traffic contributed so that the youth has become not only the victim but also the author of violent actions related to this activity. With the present work we analyze the articulation, in the subjective constitution, between the adolescents works in drug trafficking and the paternal function. We also had the pretension to comprehend if they had, throughout their history, authority references that contributed to their entry in this business. The chosen adolescents were the ones that had a low income and were considered illegal drug trade workers. We realized an study of multiple cases through talks/interviews with these adolescents. We used, for the analysis of the informations, psychoanalytic theory, in the *extended psychoanalysis* perspective, which gives priority to the analysis of a social phenomenon, considering the context in which it occurs and its unfolding in human subjectivity. The results obtained led us to conclude that, for them, this activity is the likely way in our society to achieve social recognition and a sense of pertaining in the adult world and in a consumerist society. Drug trafficking works as a symbolic anchor for the boys, serving as a paternal metaphor and allowing them a phallic inscription. It is a significant, affiliation recognition. These adolescents do not trust their own capacity to obtain such achievements through studying or legal work. All the social mechanisms have failed – social work public policies, education, health, sport, security, housing, income, among others – that could protect them from the risk of death. We verified that their teachers, while they were still at school, contributed to this way of thinking. It is very clear the lack of confidence that the adolescents have in those that should represent the law, maintain order and spare them from the risk of death. We also observed that they obey the drug trafficking laws and that this holds the implicit pact made by our authorities, in which it blinds itself at the face of this reality to serve their own interests, keeping the *status quo*. Thus the We believe that if the family, or State or society fulfilled the part they set out to keep, maybe it wouldn't be necessary for them to reach it in the drug trafficking borderline.

Keywords: adolescents, drug trafficking, child labor, authority, paternal function.

SUMÁRIO

I -	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS.....	14
II -	DROGAS: USO E TRÁFICO.....	20
	1. O tráfico de drogas.....	23
	2. O tráfico de drogas, as crianças e os adolescentes.....	27
	3. A estrutura do tráfico de drogas e o mercado de trabalho.....	32
	4. A ausência de referências, a família e a mídia.....	35
III -	ASPECTOS SOBRE A “INVENÇÃO” ADOLESCÊNCIA.....	42
	1. Considerações sobre a adolescência, o “adolescente pobre”, a lei.....	45
	2. A ascensão do sujeito, segundo a psicanálise e a importância das funções parentais.....	51
	3. A adolescência: <i>pacto social</i> e vida em grupo.....	61
IV -	PROBLEMA E OBJETIVOS.....	69
V -	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	71
	1. Universo estudado (sujeitos).....	75
	2. Instrumento para a coleta das informações (dados).....	77
	3. Procedimento geral para a coleta das informações (dados).....	78
	4. Cuidados éticos.....	79
	5. Procedimento geral para a análise das informações (dados).....	80
VI-	RESULTADOS.....	82
	1. Entrevistas.....	83
	1.1. Aspectos da biografia dos sujeitos	83
	1.1.1. A biografia de José, 16 anos.....	83
	1.1.2. A biografia de Cláudio, 16 anos.....	86
	1.1.3. A biografia de Wellington, 13 anos.....	91
	1.1.4. A biografia de Gabriel, 12 anos.....	92
	1.2.Primeiro emprego e algumas regras do tráfico.....	95

1.2.1. José:.....	95
1.2.2. Cláudio.....	97
1.2.3. Wellington.....	99
1.2.4. Gabriel.....	100
1.3. Quando eu crescer quero ser como ele.....	101
1.3.1. José.....	101
1.3.2. Cláudio.....	101
1.3.3. Wellington.....	102
1.3.4. Gabriel.....	102
1.4. A mulher no tráfico.....	103
1.4.1. José.....	103
1.4.2. Cláudio.....	103
1.5. <i>Polícia, para quem precisa de polícia</i>	104
1.5.1. José.....	104
1.5.2. Cláudio.....	105
1.5.3. Wellington.....	107
1.5.4. Gabriel.....	107
1.6. Outras informações e algumas observações.....	108
1.6.1. José.....	108
1.6.2. Cláudio.....	111
1.6.3. Wellington.....	114
1.6.4. Gabriel.....	116
VII- ANÁLISES E CONCLUSÕES.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

I – INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Como se articulam, na constituição subjetiva, o trabalho dos adolescentes no tráfico de drogas com a *função paterna*¹?

Começamos a fazer a referida indagação a partir do nosso contato, em 2004, com Comunidades desfavorecidas economicamente, numa cidade de médio porte, localizada na Região Sul do Brasil.

Isso ocorreu, quando iniciamos trabalho psicológico, como parte dos *projetos* sócio-educativos desenvolvidos nesse município. Naquele momento, realizávamos acompanhamento junto às unidades dos *projetos*, às equipes, às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. A partir de 2007, tal intervenção migrou das unidades de atendimento para as Comunidades dessas pessoas e, conseqüentemente, para as suas residências, o que culminou em um aprofundamento do nosso contato com os moradores. Com isso, pudemos nos deter mais no atendimento da população de uma única região da cidade.

Durante esse tempo, tivemos a oportunidade de obter mais informações sobre as famílias que têm ou tiveram uma, duas ou mais crianças e/ou adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas.

Em tais oportunidades, fomos informados pelos coordenadores dos *projetos* que freqüentemente tais crianças eram usadas como *campana*, ou seja, desempenhavam a função de se posicionarem em locais estratégicos, com a finalidade de vigiar e de avisar sobre a aproximação de agentes de segurança pública, como os policiais militares.

Cabe dizer que o nosso questionamento foi se tornando mais incisivo, à medida que observávamos que os traficantes estavam arregimentando crianças cada vez com menos idade. E, como efeito colateral, os *projetos* sócio-educativos, dos quais fazíamos parte, estavam “perdendo” campo para o trabalho no tráfico.

¹ O termo *função paterna* é bastante utilizado nas produções de Jacques Lacan (1995) e representa um primeiro estranho, um terceiro, uma alteridade na relação da criança com a mãe. É da categoria do significante, está no campo *simbólico*, por isso ninguém pode encarná-la sem o consentimento de quem faz *função materna*. Fundamental para a constituição subjetiva, pois, ao fazer o corte, impõe uma Lei, promove a renúncia ao engodo de completude (posição de falo da mãe), que insere a noção da falta e introduz o desejo, fazendo ascender o sujeito.

Outro motivo que nos levou a realizar tal estudo decorreu de dados obtidos por nós junto a organizações dedicadas ao estudo do trabalho infantil. Além de a 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro ter apontado que, entre 1980 e 2000, houve um aumento de 1.340% de delitos ligados ao tráfico de drogas executados por crianças e adolescentes, em 2002 uma pesquisa encomendada pela *Organização Internacional do Trabalho* – OIT e desenvolvida pelo *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade* – IETS, em mais de 19 países, na sua maioria, subdesenvolvidos (entre eles, Brasil, Colômbia, Nigéria, Irlanda do Norte, Filipinas, África do Sul e Estados Unidos), verificou que o ingresso de crianças e de adolescentes no tráfico de drogas estava se dando cada vez mais precocemente, pois dos 120 sujeitos entrevistados, 2,5% tinham começado a trabalhar no tráfico com oito anos de idade e cerca de 70,0% antes dos 14 anos.

A organização não governamental *Children in Organized Armed Violence* – COAV, em parceria com outros organismos de mesma natureza (*Viva Rio* e *Instituto de Estudos da Religião* – ISER), em 2005 também constatou que o tráfico de drogas estava tornando vítimas e agentes de violência, justamente, crianças e adolescentes. De acordo com essa instituição, o número de mortes chegou a ser maior no Rio de Janeiro do que no conflito entre judeus e palestinos, porque enquanto neste 467 crianças foram mortas entre 1987 e 2001, o número de infantes vítimas da violência no Estado fluminense chegou a 3.937 no mesmo período.

Em acréscimo, o estado do Paraná, conforme o *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social* – Iparades, em 2007, este ocupava o 6º lugar no ranking das unidades federativas que mais possuía crianças trabalhando. E, dentre as atividades, notou-se o crescimento da prostituição infantil e o trabalho no tráfico de drogas.

Especificamente em relação ao município estudado, no período de 2003 a 2006, houve um aumento de 350% de adolescentes que cometeram ato infracional de tráfico de drogas, os quais foram “condenados” a cumprir medida sócio-educativa em meio aberto.

Soma-se a esses fatores o resultado de pesquisas com universos semelhantes, os quais revelaram que o jovem traficante tem baixo nível de escolaridade, em média até quatro anos de estudo, tendo quase todos já abandonado a escola (CRUZ NETO, 2001; GUIMARÃES, 2005; SOUZA, 2005; SOUZA; SILVA 2006). Observa-se, assim, que o envolvimento do jovem com o tráfico de drogas coincide com a sua evasão escolar.

Quanto ao mercado de trabalho, este não consegue absorver toda a demanda de adultos economicamente ativos, os quais são – em tese – os responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes, devendo-lhes fornecer sustento. Sem contar que muitos dos jovens aptos para o trabalho legal, também se encontram desempregados (CRUZ NETO, 2001; GUIMARÃES, 2005; SOUZA, 2005; SOUZA; SILVA, 2006).

Justificamos, ainda, a realização do referido estudo em virtude de termos encontrado poucas pesquisas psicológicas sobre crianças e adolescentes que trabalham no tráfico de drogas, no Brasil.

Entre elas tem-se a de Violante (1982), realizada com jovens internos da Febem, autores de ato infracional ou, simplesmente, abandonados pelas famílias. Alguns dos indivíduos que ali estavam, eram liberados para trabalhar e/ou estudar, fora da instituição. Acontece que os dirigentes constataram que muitos desses jovens acabavam não permanecendo no emprego. Diante disso, eles solicitaram à mencionada autora que efetivasse pesquisa, a fim de saber quais os motivos da instabilidade de tais indivíduos no trabalho. Porém, seu objetivo foi mudando conforme percebia que a resposta não estava neles, mas no modo contraditório como eram vistos e tratados pelos representantes do poder público. Mediante análise das relações estabelecidas por eles com o meio que os cercava, verificou, após entrevistas e observação sistemática, que a identidade do adolescente e sua forma de relacionar-se eram constituídas com base no que esperavam dele, isto é, apesar de se apresentar como um trabalho educativo, na verdade, a intervenção daquela instituição era fundamentalmente de cunho repressor, uma vez que se acreditava que fatalmente tais jovens se tornariam criminosos. Concluiu, assim, que os comportamentos ditos anti-sociais dos jovens

não eram contestadores, tampouco revolucionários, porém denunciadores da hipocrisia social.

Guimarães (2005) trabalhou com adultos, também em regime de internação, por crime de tráfico de drogas, a fim de conhecer como experimentaram e interpretaram suas experiências e o modo como estruturavam suas relações com o mundo que os cercava. Nas entrevistas percebeu que eles tinham a violência como forma de resolução dos conflitos e que as relações com o Estado e a polícia eram delicadas. Isto se dava, segundo sua análise, porque havia interesses políticos e econômicos das nações por fontes de riquezas e controle de territórios, aos quais o tráfico de drogas estava diretamente ligado.

Contudo, é a pesquisa de Feffermann (2006) a que mais se assemelha ao presente estudo, visto que a estudiosa buscou obter uma visão ampla do tráfico de drogas, por meio da escuta de jovens inseridos nessa atividade. Para tanto, realizou um trabalho de campo e fez entrevistas com tais indivíduos, examinando os aspectos econômicos e o contexto social em que viviam. Notou que eles buscavam proteção no mundo do crime – aspecto que deveriam encontrar, na sociedade. Além disso, verificou também que eles viviam em uma espécie de “inclusão” degradante na sociedade consumista, a qual os estigmatizava e lhes fabricava uma identidade “marginal”.

Quanto às demais investigações encontradas, elas dizem respeito ao uso de substâncias psicoativas por este público. Revelam um aumento do consumo entre esses indivíduos, e uma diminuição da idade com que passam a utilizá-las, iniciando por volta dos 11 anos de idade (SCIVOLETTO, 1997; FICHER, 2000).

Vale citar ainda, conforme Toledo (2006), a relação existente entre o aumento da violência e o aumento da “delinquência”. Em sua investigação, feita no Estado de São Paulo, a taxa de adolescentes autores de ato infracional aumentou entre 1950 e 2000, tendo sido registrado o maior aumento de 1985 a 1995. O autor avalia, de acordo com a literatura, que os padrões de comportamento da juventude mudaram, passando a violência a fazer parte de seu cotidiano. Dessa maneira, para ele, a situação atual do Brasil em relação ao

aumento do número de jovens em conflito com a lei é fruto dos acontecimentos dessas duas décadas, período de elevadas taxas de desemprego, no país, o que colaborou para essa mudança de conduta, sobretudo entre indivíduos das camadas populares.

II – DROGAS: USO E TRÁFICO

Não é de hoje que as pessoas consomem drogas. Há registros de que elas eram empregadas em rituais desde a Grécia antiga. Acontece que, desde os séculos XIX e XX, o uso constante de tais substâncias aumentou progressivamente no mundo ocidental.

Contudo, foi somente nos anos 60 e 70 do século XX que houve uma explosão do seu consumo. Isso ocorreu, em grande medida, como decorrência de uma filosofia de vida que defendia o uso das drogas ilícitas – o movimento *hippie*². Assim, muitos dos pais dos adolescentes de hoje são justamente filhos dessa geração que associou “o uso das drogas a todos os sonhos de libertação e revolução (pessoal, sexual, social, etc.) que ela agitou e subseqüentemente abandonou e recalcou” (CALLIGARIS, 2000, p. 45).

A esse respeito, Birman acrescenta:

As drogas passaram a ser a forma privilegiada de acesso a um outro mundo [...] constituía uma nova visão de mundo. O consumo de drogas se inscrevia em uma cultura, em uma ética, e realizava uma crítica da cultura instituída, pois mediante as experiências entreabertas pelas drogas se contestavam os valores tradicionais e se desvendavam as fronteiras para a introdução triunfante em outros horizontes culturais (BIRMAN, 2001, p. 221).

Duas gerações depois, ainda conforme o mesmo autor, a realidade é bem diferente. Normalmente, não há “bandeiras levantadas”, contestações, nem críticas à sociedade – pelo menos não conscientes – que marcam o uso das drogas. Ao contrário, a droga hoje é considerada um dos itens do “kit ser jovem”. Logo, ela não exerce mais função de contestação e de ética, sendo seu valor reduzido aos efeitos adquiridos ao consumi-la.

Tais aspectos, aliados à criminalização das drogas e de seus usuários, acabaram conduzindo a uma mudança significativa na sua concepção. Dessa maneira, se antes elas faziam parte de um ritual ou eram signos de contestação do *status quo* vigente, ao ser elevada ao estatuto de apenas

² Movimento “não conformista, caracterizado pelo rompimento com a sociedade tradicional, especialmente no que respeita a aparência pessoal e aos hábitos de vida, e por um enfático ideal de paz e amor universal” (FERREIRA, 1988, p. 343).

constituir-se em um modo de obtenção de prazer ou de fuga da realidade, transformando-se em mercadoria produtora de mais-valia, acabou por ser um dos componentes da formação da indústria do narcotráfico. Em consequência, “da condição inicial de signo emblemático de uma visão de mundo *underground*, as drogas se inscreveram no circuito do comércio e das finanças internacionais” (BIRMAN, 2001, p. 222).

Na atualidade, sobremaneira a juventude – vista como uma horda de drogaditos e toxicômanos – veio a usar a droga como mais um dos tantos produtos a ser consumido em sociedades que se pautam pela lógica capitalista. “A droga se transforma [desse modo] em instrumento para a promoção do gozo absoluto, propiciando um curto-circuito que evita o confronto do sujeito com a experiência da castração” (BIRMAN, 2001, p. 224). Em outros termos, se antes ela era consumida como forma de se ter acesso a nova experiência psíquica e social – além, é óbvio de instrumento de fuga –, hoje ela exerce prioritariamente a função de instrumento de fuga.

Por conseguinte, na contemporaneidade, o uso das drogas parece estar ligado principalmente ao desejo de aliviar o sofrimento psíquico e à busca do prazer. Segundo Gurfinkel (1995) o prazer buscado na droga é relativo ao funcionamento psíquico típico do processo primário, descrito por Freud (1900/1996). Nele, o inconsciente ganha força e a pulsão de morte domina a pulsão de vida, uma vez que seu usuário apresenta grande dificuldade em lidar com a realidade. Aliás, este parece se consistir no mote da sociedade do século XXI. Talvez o melhor exemplo sejam as pílulas da felicidade, receitadas indiscriminada e inseqüentemente.

A esse respeito, a indústria farmacêutica dedica-se a criar cada vez mais novas drogas com a finalidade de auxiliar as pessoas a não entrarem em contato com sentimentos considerados negativos (tristeza, raiva, angústia) justamente os necessários ao crescimento psíquico, de acordo a teoria psicanalítica. Com isso, o *slogan* passou a ser o seguinte: está triste, tome fluoxetina.

Birman (2001) enfatiza que há uma estreita relação entre o narcotráfico e a indústria farmacêutica, no sentido de poupar as pessoas do sofrimento e da dor, aspecto que é, para ele, uma das grandes modificações operadas na atualidade, quanto ao uso de drogas.

Vale dizer que, apesar de fazermos menção ao consumo das drogas, não é nosso objetivo neste estudo examinar os efeitos causados por essas substâncias em seus usuários. Isso não quer dizer que ignoramos ou menosprezamos os perigos sofridos por uma pessoa que se encontra sob efeito de entorpecentes. Sabemos que a ingestão de qualquer droga psicoativa modifica significativamente as percepções e a consciência de seus usuários, bem como altera sua fisiologia, seu funcionamento químico e psíquico. Contudo, o valor atribuído às drogas ilícitas a nos interessar, nesta pesquisa, está associado aos motivos que levam os adolescentes a lidar com tais substâncias, especialmente, com a finalidade de comercializá-las. Em resumo, elas nos interessam, no presente estudo, como mercadoria de troca e não de uso.

1. O tráfico de drogas

O tráfico de drogas, considerado *fenômeno de barbárie*, é atualmente o segundo grande negócio mundial, ficando atrás somente do de armas (FEFFERMANN, 2006). Ele está inserido na economia mundial de tal forma que é “capaz de destruir a imagem de países e redefinir mapas políticos” (*idem*, 2006, p. 27).

No Rio de Janeiro, por exemplo, esse negócio movimentava cerca de 30 milhões de reais por mês em 1999 (nove milhões e seiscentos mil euros)³, chegando a empregar 15 mil pessoas – em sua maioria, adolescentes (MELO, 1999). Seus lucros ultrapassaram, em 2000, conforme Feffermann (2006), os da indústria petrolífera, em nosso país. A estimativa de faturamento estava entre 8% a 10% do valor arrecadado por todo o comércio mundial, traduzindo-se num dos ramos de atividade mais lucrativos do mundo.

³ Valor do euro em outubro de 2008 (€ = 3,125).

Trata-se, por conseguinte, de uma atividade econômica altamente lucrativa, configurando um comércio de escala internacional e que utiliza o Brasil, principalmente, como rota de transporte entre a América Latina, a Europa e os Estados Unidos (PERALVA, 2000; FEFFERMANN, 2006).

Cabe dizer que o uso de determinadas drogas – como a maconha e a cocaína – não foi desde sempre proibido. Até 1921, tais substâncias eram vendidas em farmácias. Assim, em nosso país, seu transporte era considerado legal, ou seja, ainda não se traficava tais substâncias, o que não quer dizer que elas não eram consumidas, transportadas e comercializadas (BARBOSA, 1998).

Com efeito, a partir do século XVIII, com o movimento higienista, inicia-se no Brasil uma campanha de moralização dos costumes (FREIRE COSTA, 1999). Tal processo dá o passo inicial rumo à criminalização das drogas.

Esse aspecto encontra-se, atualmente, tão enraizado em nossa cultura, a ponto de o tráfico passar a ser considerado uma ameaça à segurança nacional. Por causa disso, o seu consumo começou a ser reprimido. Acontece que o simples fato de reprimir o que até então era aceito socialmente não fez com que as pessoas deixassem de ter tal costume. Pelo contrário! Para obtê-las, começaram a fazer uso de meios ilegais.

Com isso, vários indivíduos vieram a se arriscar no comércio de tais produtos, obtendo cada vez mais lucro, pois a ilegalidade acabou por elevar o custo da venda, além de serem isentos do pagamento de impostos. Sublinhamos que os altos rendimentos gerados desse comércio não são decorrentes da produtividade ou da exploração maior do trabalho, mas da própria ilegalidade do empreendimento (FONSECA, 1992; SALAMA, 1993).

O referido cenário facilita também a corrupção. Salaria Zaluar (1999, p. 105-106):

Com tanto lucro, fica fácil corromper policiais e, como não há lei para proteger os negócios desse setor da economia, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos pela violência. As taxas de crimes violentos aumentaram em todos os países em que o combate à droga apela para a repressão, inclusive no Brasil.

Essa autora defende a idéia de que a criminalização das drogas é o que a torna tão perigosa, porque ela termina por levar à violência e às mortes. Minayo (2001, p. 14), inclusive, ressalta seu caráter de atividade que “sobrevive melhor sem regulação”; portanto, há interesses do poder público na proibição do uso e do transporte das drogas, tendo como corolário, por exemplo, o desenvolvimento e o fortalecimento da indústria bélica e da farmacêutica.

Para explicar a relação de interesses entre tais autoridades e o crescimento das indústrias de armas, basta lembrar que os trabalhadores do tráfico costumam resolver seus conflitos com violência, constantemente empregando, para tanto, armas de fogo. Além disso, como a população se sente insegura e descrente quanto à proteção oferecida pelas instituições de segurança pública, acaba comprando armas – legais e ilegais – e, com isso, só faz aumentar o lucro das indústrias bélicas.

As indústrias farmacêuticas, por sua vez, produzem medicamentos que visam a tratar o viciado ou a substituir as drogas ilegais, entre outros aspectos (FEFFERMANN, 2006). Assim, não lucram apenas com a venda de medicamentos para a recuperação do usuário de drogas, mas elas mesmas produzem drogas, que servem para substituir as ilícitas. Com isso, novamente se nota, nesse aspecto, a similaridade do trabalho do médico com o do traficante (BIRMAN, 2001).

Outro interesse do poder público em manter a política de criminalização das drogas está relacionado ao envolvimento do tráfico com o crime organizado, uma vez que isso contribui consideravelmente para o processo de globalização dessa atividade. É importante ter clareza que, enquanto o desenvolvimento da globalização facilita as negociações entre países, igualmente promove elevados níveis de empobrecimento e de “exclusão” social, aspectos favoráveis ao tráfico de drogas e à manutenção do *status quo* vigente.

Para Feffermann (2006), dessa forma, a relação entre tráfico e crime organizado somente pôde se dar com a “ajuda” do Estado. De acordo com ela, tal atividade consolidou-se mediante a “lavagem” de quantidades incalculáveis de dinheiro, no sistema financeiro mundial, a qual envolve agentes públicos e

privados, nacionais e estrangeiros. Exemplo disso é que *facções* ou organizações como o *Comando Vermelho – CV* – e o *Primeiro Comando da Capital – PCC* – não teriam como existir, se estivessem dissociados do Poder Público.⁴

A propósito, a criação das *facções* se deu nas décadas de 80 e 90 do século XX. Nessa época, conforme destacado anteriormente, a droga aparecia como uma das maiores inimigas da lei e da ordem estabelecida, justificando uma “série de ações arbitrárias [da polícia] cometidas contra a população de baixa renda, como invasão de suas comunidades e moradias pela polícia e o exército” (CRUZ NETO, 2001, p. 76).

A proposta das *facções* era lutar contra essas e outras arbitrariedades. Tratou-se de um período de grande difusão e de consolidação do tráfico de drogas, no Brasil, acompanhado de um crescimento desordenado da população urbana, e de sua acentuada pauperização (TOLEDO, 2006).

Outro aspecto que ajudou no consumo e no tráfico se associa, sem dúvida, ao mercado de trabalho. A década de 1990 marcou, em especial para os jovens, segundo Cruz Neto (2001), um período de elevadas taxas de desemprego. Mesmo quando tais indivíduos conseguiam um emprego, ele mal dava para garantir a própria sobrevivência física.

A situação de “falta de trabalho legal” ainda é tão grave, especialmente a partir da sociedade moderna – onde o trabalho se tornou meio de inserção social – que jovens e adultos chegam a aceitar rígidas normas de comportamento, para ingressarem em um mercado de trabalho como o do tráfico de drogas.

Apesar da política moralista e repressiva com respeito às drogas, adotada pela maioria dos países (incluindo o Brasil), a sua descriminalização – como já comentamos – é apontada como uma das formas de minimizar o problema do crime organizado e da violência ligada a ela. Atualmente, pouco se ouve falar em pessoas que morreram de *overdose*, porém mortes ligadas ao tráfico de drogas acontecem todos os dias, sendo os jovens suas maiores vítimas.

⁴ O termo *facção* é compreendido no presente estudo como o define Ferreira (1988): “[...] feito de armas, bando silencioso, partido político, parte divergente ou dissidente de um grupo ou partido, fração”.

Magalhães (2000) alude a uma estimativa do relator da *Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – do tráfico de drogas* (2000): “[...] 20 mil pessoas são mortas anualmente no Brasil pelo tráfico de drogas [...]”.

Na realidade, a primeira lei que criminalizou as drogas entre nós foi sancionada em 1921 (Decreto nº 4.294/21). Basicamente, ela estabelecia a proibição de vender ou de ministrar substâncias venosas. E, no caso de elas apresentarem qualidade entorpecente, a pena seria agravada. Entre as drogas proibidas, a lei citava o ópio, a cocaína e seus derivados (ZALUAR, 1999; CRUZ NETO, 2001).

Nesse momento, ainda não se diferenciava – nos termos da lei – o usuário do fornecedor da droga. Em 1976, foi produzida nova regulamentação, com a implantação da Lei 6.368, conhecida como *Lei de Tóxicos*, até que, em 2002, foi instituída a diferença entre a figura do traficante – pessoa criminoso – e a do usuário – indivíduo concebido como incapaz, portanto, e que deve ser tratado (FEFFERMANN, 2006). Desde 2006, a legislação sofreu outra alteração, com a *Nova Lei do Tráfico*, a Lei 11.343. Basicamente, ela modificou a pena, aumentando o período de reclusão e o pagamento de multa.

Essas mudanças contribuíram para que, aos poucos, o termo “narcotráfico”, usado para se referir ao transporte de várias substâncias que induziam a alteração no estado de consciência, se restringisse ao ópio e seus derivados (heroína, morfina e codeína) ou a substâncias sintéticas com efeitos semelhantes.

Cabe aqui uma observação: há, segundo aponta Cruz Neto (2001), vários termos na literatura concernentes ao uso das expressões “narcotráfico”, “tráfico de drogas” e “tráfico de entorpecentes”, porém adotaremos aqui apenas o “tráfico de drogas”.

2. O tráfico de drogas, as crianças e os adolescentes

No caso do tráfico de drogas executado por crianças e adolescentes, Souza e Silva (2006) frisam que somente a partir de 1970 se tem registro desse

envolvimento e, mesmo assim, em pequeno grau. Fundamentalmente, eles desempenhavam as funções de *olheiro* e *aviãozinho ou vapor*. Cabia ao primeiro – o *olheiro* – exercer o papel de vigiar as entradas principais da favela e avisar a todos os envolvidos, por meio do emprego de fogos de artifício, sobre a presença de policiais na comunidade ou de algum grupo rival. Quanto ao *vapor* ou *aviãozinho*, sua responsabilidade se restringia à venda de drogas no varejo, diretamente aos consumidores, recebendo comissão por tal atividade (CRUZ NETO, 2001; SOUZA; SILVA, 2006).

Quanto à diferença do seu trabalho, no tráfico de drogas, do início, para os dias atuais, está no fato de que, antes, as crianças ou os adolescentes não recebiam salário e tampouco andavam armados. Eles apenas eram presenteados, como retribuição aos serviços prestados. Hoje, além das funções elevadas na hierarquia estarem sendo executadas quase que apenas por adolescentes – desde que dotados de responsabilidade e lucidez –, eles passaram a andar armados (SOUZA; SILVA, 2006).

Quando se pergunta aos velhos favelados o que, do ponto de vista deles, mudou na experiência do crime, eles respondem que antigamente as armas de fogo não estavam tão presentes. [...] A criminalidade, acrescentam, também se juvenizou. [...] a presença militarizada do narcotráfico territorializa fortemente a favela, constituindo-a como um espaço físico que obedece a regras próprias, distintas das que têm curso fora de suas fronteiras. A presença de estranhos só é admitida à medida que conheçam essas regras e obedeçam a certos imperativos. [...] É a vez de reeditarem as jornadas mágicas da sua própria infância – só que agora os mágicos são eles [...] (PERALVA, 2000, p. 130-131).

Outra diferença, nesse caso, considerada positiva pelos moradores das favelas, conforme Salles e Lund (1999), é que, antes, a polícia entrava na favela destruindo tudo. Agora, não mais! Ela demonstra medo, pois sabe que a comunidade está igualmente armada. Há ainda a presença de um desafeto prévio, uma raiva mútua, provavelmente decorrente, em parte, da maneira como o tráfico

de drogas e os moradores da favela foram sempre tratados pelos *Aparelhos Repressores de Estado*.⁵

Ainda no que concerne ao “rejuvenescimento” do tráfico de drogas, existem diversas razões para haver grande interesse no recrutamento de crianças e adolescentes. Entre elas, realçamos as seguintes circunstâncias:

- as crianças serem ágeis para correr da polícia e de “inimigos”;
- os adolescentes serem concebidos como pessoas que gostam de se arriscar e de estar em busca de modelos, ou seja, de ídolos para seguir;
- a impunidade penal das crianças e a “limpeza da ficha” dos adolescentes, quando atingem a maioridade.

Esses aspectos tornam o seu ingresso na atividade cada vez mais precoce. A esse respeito, há pesquisas de acordo com as quais crianças de sete anos já estão envolvidas no ramo, nas favelas do Rio de Janeiro, circulando armadas (CRUZ NETO, 2001; FEFFERMANN, 2006; SOUZA; SILVA, 2006).

Além da agilidade e da ausência de medo, a disponibilidade de armas leves e automáticas tem permitido que as crianças se envolvam em idades cada vez menores e que usem uma força letal comparável à dos adultos. As crianças estão, assim, sendo doutrinadas na cultura da violência, o que provavelmente acaba por “distorcer” seu desenvolvimento, produzindo impactos no futuro da sociedade (SOUZA; SILVA, 2006).

Também se observam mudanças no tipo de relacionamento existente entre os traficantes e os demais moradores da favela. Antes dos anos 90 do século XX, era comum um sentimento de pertença à comunidade, o qual favorecia o estabelecimento de relações amistosas com outros moradores, apesar de tal sentimento não ter o poder de controlar brigas com grupos rivais de outras comunidades. Hoje, tal sentimento foi transferido à facção instalada em cada bairro, a qual tem sua “sede” muitas vezes bem longe da residência do trabalhador do tráfico e dos demais moradores, impondo regras mais rígidas para todos e, com isso, minimizando conflitos entre grupos rivais. Assim, quando as regras são

⁵ Termo cunhado por Louis Althusser (1974) e desenvolvido para designar as instituições criadas pelo Estado que têm por finalidade veicular e fortalecer a ideologia defendida por ele, que, por sua vez, é a da classe social dominante.

acatadas, impera a ordem e a paz nas comunidades. Caso contrário, o preço pago freqüentemente é com a perda da vida (SOUZA; SILVA, 2006).

Assinalamos outras mudanças. Uma delas se refere ao funcionamento das organizações que lidam com o tráfico de drogas. O PCC, por exemplo, tem estatuto e regras de funcionamento extremamente rígidas. Chega até a formar um “caixa único”, que reúne as contribuições mensais do tráfico de drogas. Vê-se, pois, que sua relação com o crime é direta e organizada (FEFFERMANN, 2006, p. 11).

Outra transformação aconteceu no tocante à maneira de se conceber o trabalhador do tráfico (rotulado de bandido) e a polícia (o mocinho). Para os moradores da periferia, sobretudo para as crianças e para os adolescentes, é muito comum a figura do “bandido” (traficante) trazer mais segurança do que a do “mocinho” (policial). Atualmente, o ‘bandido gentil, sedutor e sociável’, que o traficante representa, influencia mais os jovens do que outrora, provavelmente pela falta de outros referenciais de autoridade para guiá-los ou por eles não reconhecerem pessoas que desempenham funções diferentes como dignas de serem concebidas como modelos (PERALVA, 2000). Nesse sentido, tivemos uma inversão: o policial passou a ser visto como o bandido; o trabalhador do tráfico, por sua vez, como o mocinho.

Hoje, há muitas comunidades onde o presidente do bairro ou da associação de moradores é um representante do tráfico de drogas. Tais pessoas costumam auxiliar a comunidade, com a compra de um botijão de gás, o pagamento de uma conta de luz ou de uma cirurgia, manutenção mensal de uma família com cestas básicas e/ou compra de um “kit” de material escolar de primeira linha, para que até a mãe de jovens traficantes volte a estudar. Por isso, na “cabeça” de crianças e de adolescentes, os vilões – reafirmarmos – quase sempre só podem ser os policiais.

E a força de atração do narcotráfico é tanto maior, à medida que a polícia não é um elemento de proteção; ela é, ao contrário, causa de revolta. [...] Nesse meio particular que é a favela, o alistamento no tráfico faz parte, muito mais do que em outros lugares, do leque de possibilidades que se oferecem naturalmente a cada indivíduo.

Entrar nessa vida, como dizem os favelados, se tornar traficante, faz parte das escolhas estruturais que se lhes oferecem – o que está longe de ser o caso, pelo menos com a mesma intensidade, em outros meios sociais. (PERALVA, 2000, p. 133).

Para esse público, ávido para encontrar um modelo a copiar, isto é, em busca de identidade, de pertença a um grupo e de reconhecimento social, o qual na contemporaneidade se dá pela via do consumo e da imagem (BAUMAN, 2005), o engajamento numa atividade com o *glamour* que o traficante aparenta ter, com a mídia ressaltando suas “façanhas”, vem a responder suas expectativas. Na pesquisa de Peralva (2000, p. 134), o tráfico aparece como

uma via de mobilidade social, permitindo uma melhor integração à sociedade de massa, e assegurando ao mesmo tempo um status superior no sistema de estratificação interno ao universo favelado. Revolta e desejo de poder se confundem. [...] A vontade de poder permitiria reduzir a distância entre o mundo dos ricos e o mundo dos pobres. A revolta alimentaria a vontade de poder.

O mundo capitalista e “cientificado” – que está vazio de referências positivas, especialmente entre os representantes da autoridade, para uma construção de certo tipo ético-moral – provoca um desamparo nas pessoas, com proporções insuportáveis. Em nosso país, a realidade tem aumentado a miséria, colaborando para o rompimento de vínculos genuínos e produzindo pactos que preservam os mais fortes, de sorte a lesar, cada vez mais, os fracos, como nos tempos chamados de *barbárie* (FEFFERMANN, 2006). Esse cenário acentua a concentração e exclusão social, e o tráfico de drogas surge como resposta à marginalidade econômica de países, regiões ou parcelas da população vítimas do crescimento econômico desigual e da desilusão social.

Para o adolescente que vive, segundo a psicanálise, um reposicionamento de seus primeiros processos de identificação, o trabalho no tráfico é um “prato cheio”, já que a figura do traficante se tornou um modelo de autoridade reconhecido e idealizado, pelo menos nas comunidades menos favorecidas economicamente.

Lembramos que, segundo Laplanche & Pontalis (1988, p. 295), a identificação é um

processo psicológico no qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Para Freud (1915/1996, p. 255), a identificação está ligada à fase oral ou canibalesca do desenvolvimento libidinal e se dá inicialmente com os pais. Além disso, “[...] é uma etapa preliminar da escolha objetal, que é a primeira forma – e uma forma expressa de maneira ambivalente – pela qual o ego escolhe um objeto”. Conforme o autor, tal processo é fundamental no processo de formação do caráter.

3. A estrutura do tráfico de drogas e o mercado de trabalho

Até este ponto, abordamos o tráfico de drogas como um trabalho. Vamos explicitar os motivos de tratá-lo dessa forma, bem como de ele ser, a nosso ver, diferenciado de outras práticas consideradas criminosas⁶.

Quanto à diferença em relação a outros tipos de crimes, é que o traficante não tira nada de ninguém, nem força ninguém a pagar (como ocorre no roubo, no furto e no seqüestro). Ele, ao contrário, vende a sua força de trabalho e recebe, portanto, por ela (CRUZ NETO, 2001). Normalmente, não obriga ninguém a lhe dar dinheiro, se a pessoa não tiver realizado alguma compra ou estiver lhe devendo. Como em todo comércio, caso haja uma venda, é necessário seu pagamento, senão a dívida será cobrada e o meio a ser pago é quase sempre com a perda da vida.

Como toda oferta de trabalho, ademais, ela se alimenta da demanda de pessoas que precisam trabalhar e que não conseguem emprego. Nesse sentido, é um mercado de trabalho.

⁶ Apesar de ser uma atividade criminosa, é a que mais se aproxima de um padrão de “legalidade” do mercado formal de trabalho.

Outra semelhança é que tal mercado exige igualmente experiência anterior, sobretudo na forma de requisitos éticos. Em decorrência, discordamos da reflexão de Cruz Neto (2001, p. 125) a esse propósito:

Enquanto seus segmentos “legais” [do mercado de trabalho] multiplicam o fechar de portas para os integrantes das classes mais pauperizadas da sociedade – que, por não atenderem ao perfil do “trabalhador moderno”, passam a ser tachados de “desqualificados” – o tráfico de drogas amplia seus negócios, abre novas “vagas” e apresenta como estratégia expansionista o fato de não exigir de sua mão-de-obra pré-requisitos [...].

Há, no município em que realizamos a pesquisa, uma busca de sujeitos que preencham certas exigências, muito próximas às demandadas pelo mercado formal de trabalho citado por ele. É evidente que isso depende do cargo a ser ocupado.

Como na maioria das empresas, também no ramo do tráfico de drogas é necessário identificar as pessoas certas para ocupar os lugares certos, à moda da ideologia de Taylor (MORAES NETO, 1989).

O perfil do candidato deve atender, assim, a certos pré-requisitos, alguns explícitos, outros implícitos. Entre os implícitos, está o fato de, geralmente, “contratarem” pessoas que trazem marcas de frustrações pessoais, familiares e sociais, buscando avidamente seu direito de pertencer à sociedade de consumo. Os traficantes conseguem perceber quem são as pessoas com esse perfil (CRUZ NETO, 2001). Entre os explícitos, podem ser relacionados itens, tais como: ser confiável (aqui poderíamos pensar que há um “currículo”, o qual seria sua história na comunidade); dinâmico; perspicaz; criativo; responsável; dedicado; equilibrado emocionalmente; capaz de atuar em equipe; ambicioso; ousado; ter boa expressão oral; raciocínio matemático desenvolvido, entre outros aspectos.

Ele está, ainda, geralmente submetido a um *patrão* e a um *gerente* – termos emprestados do vínculo empregatício que o empregado mantém com o empregador ou quem o representa, para se referir às pessoas que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia, ou simplesmente aqueles de quem adquirem a droga e para os quais devem prestar contas.

A organização do tráfico de drogas tem ainda uma estrutura que, segundo o relatório da CPI do tráfico de drogas (MAGALHÃES, 2000), é dividida em *grupo*, *consórcio* e *organização* de traficantes. O primeiro se dá sob o comando de quem tem mais capital para investir na compra da droga e a distribui em *bocas*, que são postos de venda a varejo. O *consórcio* é realizado por dois ou mais grupos que se unem para obter menores preços e maiores lucros. E a *organização* respeita uma hierarquia rígida, com funções, responsabilidades e cargos definidos, tais como: *dono*, *gerente geral*, *gerente específico* de acordo com a droga comercializada, *abastecedor*, *vapor*, *olheiro* (em nossa cidade, são chamados de *campana*), *prestador de serviço*, entre outros, de acordo com a localidade.

No caso da *organização*, há um “plano de carreira”. Isso faz com que haja avaliação de desempenho e de produtividade dos “funcionários”, como na maioria das empresas.

A carga horária estipulada para o trabalho tende a ser grande, nos cargos que exercem funções de menor importância na hierarquia, porque os adolescentes querem ganhar mais dinheiro. Para tanto, eles têm que trabalhar mais. Há plantões organizados em revezamento, de acordo com a quantidade de empregados na função (SOUZA; SILVA, 2006). Na cidade onde a pesquisa foi realizada já pudemos observar tal organização, em algumas regiões. Inclusive, há uma Comunidade em que a qualquer hora do dia ou da noite, independentemente das intempéries do tempo, sempre há o grupo responsável pela função de *campana*.

Em resumo, o adolescente trabalhador no tráfico exerce um trabalho como qualquer outro. Afinal, ele é obrigado a exercer um esforço freqüentemente incomum, uma atividade produtiva, e recebe salário por ela – exatamente três definições de trabalho, conforme o dicionário *Hoauiss* (HOUAISS; VILLAR, 2001).

É certa a objeção de que o seu trabalho é ilícito e extremamente insalubre. Realmente o é! Contudo, o trabalhador que desenvolve uma atividade lícita, freqüentemente está também submetido a condições insalubres e, assim como o trabalhador do tráfico, pode perder a vida a qualquer momento. Se não a

concreta, pelo menos a *simbólica*, visto que, uma vez demitido, é geralmente excluído da cadeia produtiva (salvo raras exceções), além de ter sua força de trabalho extremamente explorada (arriscamo-nos a dizer que bem mais do que na indústria do tráfico de drogas).

Sobre o caráter legal, todos nós sabemos que as leis são produzidas socialmente. Logo, elas servem para possibilitar a vida societária. Nesse sentido, indagamos o que mais tem produzido ou pode produzir desarmonia social: o consumo de bebida alcoólica (ou de chocolate, que sabidamente contribui para a obesidade mórbida) ou de um cigarro de maconha?

4. A “ausência” de referências, a família e a mídia

Conforme salientamos, a inversão de valores em relação aos “bandidos e mocinhos”, bem como a indagação feita no item anterior, a respeito dos males de determinada droga, reforçam a falta de outras referências que poderiam se tornar exemplos para os processos de identificação dos jovens. Isso ocorre porque quem deveria ser modelo e proteger os cidadãos, como a polícia e as pessoas que executam as políticas públicas, têm deixado a desejar no exercício de suas funções, permitindo que esse lugar seja ocupado, por exemplo, por traficantes de drogas.

Esse empobrecimento ou mudança de modelos está sendo capturado pela indústria midiática, que dá a ver ao espectador, com ênfase, todos os passos dos “criminosos famosos”. A esse respeito, Feffermann (2006, p. 93) assevera que, “na juventude, a falta de referência da autoridade, da lei⁷, tem efeito direto” sobre a formação do aparelho psíquico.

Vivendo numa *sociedade do espetáculo* – pouco importando o meio empregado, desde que se tenha fama – a indústria midiática favorece que os jovens se espelhem em “criminosos”, pois o espaço que eles têm nesse meio de comunicação lhes garante audiência. Dessa maneira, quando noticia à exaustão a

⁷ Usamos a palavra “lei” conforme definição de Ferreira (1988, p. 389): “norma, preceito, princípio, regra”. Entretanto, compreendemos neste trabalho que há as leis formais da sociedade e as leis da Comunidade de pertença dos adolescentes.

ocorrência de determinados atos infracionais, destacam-se muito mais delitos do que “boas ações” praticadas.

A maioria das pessoas já ouviu falar em personagens julgadas criminosas que ficaram famosas, como José Carlos dos Reis Encina (Escadinha), Enaldo Pinto Medeiros (Uê), Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar), Pablo Escobar e Juan Carlos Abadia. Todavia, provavelmente nunca ouviram falar de pessoas julgadas eticamente do “bem”, como o sociólogo Betinho (mesmo porque parece que tais pessoas praticamente inexistem).

Outro aspecto é que se transmitem mensagens ambivalentes, quando dedicam a maior parte dos noticiários a tais pessoas ou quando mostram quantias consideráveis de dinheiro sendo gastas com e por eles. Em matéria produzida e publicada por Bortoloti (2007), descobre-se que somente neste ano – 2007 – o Estado brasileiro gastou o equivalente a dois milhões de reais (640 mil euros)⁸ com um desses traficantes “famosos”, a fim de providenciar a sua transferência de presídio. Divulga-se ainda a soma razoável de dinheiro movimentada por ele, em seus negócios julgados ilícitos. Conforme Bortoloti (2007, p. 58), “seu império [do traficante citado] movimenta **mensalmente** cerca de R\$ 500.000 reais”, ou seja, o equivalente a 160.000 euros. Cabe esclarecer que isso ocorre, mesmo ele estando privado de liberdade.

A cultura atual idealiza, dessa forma, de acordo com Calligaris (2000), as pessoas que estão fora da lei, como *gangsteres*, chegando inclusive a classificar alguns deles como heróis.

O campo da política partidária é modelo a esse respeito. Por exemplo, um determinado município da Região Sul do país elegeu em 2008, pela quarta vez, um prefeito (que inclusive já esteve preso) considerado pela população como aquele que “rouba, mas faz”. Ele tem excelente aceitação dos eleitores, uma vez que, na perspectiva da maioria dos moradores, ele “rouba dos ricos e ajuda os pobres”, à moda das personagens de ficção, como *Robin Hood* e *Zorro*. Tais informações, a nosso ver, podem atrair qualquer pessoa que deseja ser aceita na *sociedade de consumo*.

⁸ Valor do euro em outubro de 2008 (€ = 3,125).

Em resumo, crianças e adolescentes, não encontrando exemplos de autoridade reconhecidamente valorizados para se mirar, espelham-se nesses “bandidos”, percebendo o valor que a sociedade lhes atribui. Diante da dificuldade em obter tal reconhecimento social de outra forma, o jovem pode escolher essa via, a fim de afirmar sua identidade, sobretudo desenvolver atividade profissional no tráfico de drogas, por seu caráter de semelhança com o trabalho formal e pelo prestígio social e financeiro de que gozam os seus membros, junto às respectivas Comunidades de pertença.

É nesse contexto que inserimos o papel da família, nos dias de hoje.

Desde o século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e do movimento higienista, a sociedade passou por profundas transformações. Quanto à família, a mulher e o homem que, até então, tinham uma vida social intensa, passaram a cuidar mais da casa e dos filhos. Assim, eles acabaram a desempenhar funções distintas no seio familiar (FREIRE COSTA, 1999). Vê-se, por isso, que a esfera privada começou a ser mais valorizada do que a pública, criando-se, em decorrência, o *sentimento de intimidade*.

Em conseqüência, o lugar do homem sofreu alterações. Ele se tornou mais vinculado ao lar, “domesticou-se”, ou seja, toda sua dedicação se voltou para a família, em especial aos filhos. Cabe sublinhar o possível interesse, dos representantes do poder social dominante da época, de que ele ficasse ocupado em assistir à esposa e aos filhos. Assim, não sobraria tempo para se organizar em sindicatos e, em decorrência, se rebelar contra o sistema social vigente.

Soma-se a esse fato a preocupação com os cuidados da saúde frágil das crianças, tendo em vista que, até então, os partos eram feitos por comadres. Com o processo de higienização, os médicos assumiram tal lugar, bem como o de “cuidador” da família (DONZELOT, 1986).

Radicalizou-se, além disso, a divisão entre pobres e ricos, passando os indivíduos pertencentes às camadas populares a serem associados à sujeira, à preguiça, ao perigo e ao crime. A criança pobre e desamparada – agora vista

como delinqüente – começou a ser concebida como aquela que também cometia atos infracionais (VIOLANTE, 1982; MARCÍLIO, 1998; FREIRE COSTA, 1999).

Outro fenômeno é que com o desenvolvimento da sociedade industrial moderna, aumentou a demanda por trabalhadores nas fábricas. Em razão disso, as mulheres, as crianças e os adolescentes foram sendo cada vez mais valorizados pela sociedade como mão-de-obra. Acrescentamos que crianças com nove anos de idade – as quais já eram consideradas capazes de responder por seus atos – passaram a ser recrutadas para o trabalho fabril (RIZZINI; PILLOTTI, 1995).

O lugar da mulher, em decorrência, foi transformado, pois o seu “poder” aumentou. Ela veio a ocupar papel central na sociedade e também na vida familiar. Como conseqüência, a autoridade do pai sofreu abalos consideráveis, já que deixou de único provedor e local de poder na família, tendo a mulher começado a dividir tais tarefas.

Quanto à educação das crianças – se sequer fazia sentido falar em infância –, a partir desse momento ela passa a ser vista como um valor e a família, a instituição responsável pela sua proteção e sua educação.

Atualmente (século XXI), parece-nos que a criança voltou a ser objeto de responsabilidade do Estado⁹. Isso ocorreu porque se descobriu que a família não estava desenvolvendo seu papel, qual seja, o de proteger e educar os infantes.

Por esse motivo, o bem-estar dos filhos e a satisfação de suas necessidades ganharam – teoricamente – acentuada atenção da sociedade. Agora, não são apenas os pais e os demais educadores que têm direitos. As crianças e os adolescentes os têm, igualmente. Em acréscimo, estudos psicológicos têm constatado que o uso de determinados métodos educativos e

⁹ De acordo com Gramsci (*apud* MOCHCOVITCH, 1990, p. 43), “Estado” é “o conjunto de órgãos por meio dos quais a hegemonia e a coerção da classe dominante (ou classes dominantes) são exercidas sobre as classes subalternas da sociedade”. Logo, o Estado é a “soma” da sociedade política com a sociedade civil. Sociedade política, para o referido autor é o Estado propriamente dito. Sociedade civil, por outro lado é “constituída pela rede complexa de elementos ideológicos, em função dos quais a classe dominante exerce a sua direção intelectual e moral sobre a sociedade” (*idem*, p. 32).

corretivos – como o emprego do castigo físico – se mostraram antipedagógicos. Como resultado, uma atitude executada por um educador de qualquer espécie (por exemplo, pais, professores e religiosos), caso seja contrária aos direitos e à dignidade da pessoa humana, como apregoa o *Estatuto da criança e do adolescente* – ECA (BRASIL, 2003), pode acarretar até a privação de sua liberdade.

Dessa maneira, receosos por esta possibilidade, por um lado, os adultos passaram a ficar temerosos de reprimir as suas crianças e seus adolescentes. Por outro, tais seres acabaram freqüentemente tirando proveito da situação. Contudo, cabe sublinhar que isso somente aconteceu, a nosso ver, porque os adultos não souberam lidar com a situação nova, caracterizada pela circunstância de que, hoje, tais indivíduos deixaram de ser apenas sujeitos de deveres.

Para Donzelot (1986), essas variações não representam uma crise na família contemporânea, porém uma busca por novos arranjos, os quais já se modificaram ao longo da história, como bem exemplificou e pode ser verificado em detalhes em Ariès (1963/1981). Em resumo, segundo sua opinião, esta não é a primeira e talvez não seja a última mudança que essa instituição sofrerá.

Apesar de tudo, Violante (1982) recorda que a formação típica da família nuclear burguesa – na década de 80 (séc. XX) – ainda persistia no ideal da maioria das pessoas.

Em razão disso, cabe a seguinte indagação: como a família tem sido idealizada atualmente? Parece que tal agência de socialização, assim como a escola – com todas as dificuldades que têm enfrentado – até hoje foram consideradas, mesmo pela sociedade, como os principais meios de educação das crianças (OLIVEIRA, 1984). Há, por conseguinte, a tentativa do Estado em fazer com que tais instituições voltem a assumir efetivamente o seu papel de veículo da ideologia da classe social dominante. Logo, mais do que denunciar os desmandos da família e da escola, o Estado (com o ECA e as legislações equivalentes, o que o reveste de defensor dos direitos das crianças e dos adolescentes) está

preocupado em fazer com que tais instituições passem a funcionar segundo um modelo (que nem ele mesmo o pratica).

Assim, atualmente, por meio de várias políticas públicas, o Estado tem se proposto cada vez mais assumir o lugar da família e, desse modo, possibilitar proteção e educação. Entretanto, ele tem falhado, a ponto de as crianças e os adolescentes, especialmente as pertencentes às camadas menos favorecidas economicamente, estarem sendo deixadas “à deriva”. Por esse motivo, tais seres estão sendo obrigados, segundo Birman (2006, p. 26), a amadurecer prematuramente, com a finalidade de se autoprotegerem – exatamente o que deveria ser a função de tais políticas:

Lançadas muito cedo na brutal experiência social, estas crianças são obrigadas a ser jovens e mesmo adultos muito cedo, convivendo precocemente com coisas terríveis e mesmo quase impossíveis, para as suas idades biológicas.

Nessa perspectiva, Birman (idem, p. 33) enfatiza a importância dos *operadores social e político* na construção do psiquismo. Por intermédio deles, as crianças sentem diretamente as conseqüências das mudanças sociais, as quais têm gerado dúvidas nos familiares e em outros educadores, quanto à condução do processo educativo.

Acreditamos, assim como Roudinesco (2003, p. 199), que a família contemporânea deve ser reinventada a todo o momento pelas pessoas que desejam formá-la. Por exemplo, aqui e acolá surgem movimentos de horizontalização e eliminação de fronteiras nas relações. Porém, não podemos deixar de salientar que se a sua estrutura triangular é criticada por alguns, ela é, por outros, desejada. Dessa maneira,

[...] incessantemente [procura-se] restaurar na sociedade a figura perdida de Deus pai, sob a forma de uma tirania. Confrontada com esse duplo movimento, a família aparece como a única instância capaz, para o sujeito, de assumir esse conflito e favorecer o surgimento de uma nova ordem simbólica.

A autora aponta para a necessidade da família retomar para si o papel de inserir *um terceiro* nos relacionamentos, que represente a autoridade e sirva como referência. Marca também a relevância de ora manter as relações de forma hierarquizada, ora igualitária e assim seguir cumprindo seu papel de introduzir os sujeitos em uma ordem *simbólica*.

Tal é a dificuldade desta tarefa que proliferam, na atualidade, soluções para essa “falha” da *função paterna*, delineando uma lógica de subjetividade que privilegia a imagem, em detrimento do símbolo. Exemplo disso é a submissão (até o fanatismo em alguns casos) das pessoas às novas religiões e líderes.

Uma das conseqüências dessa cultura é confundir *autoridade* com *autoritarismo*, pois as pessoas entendem a necessidade de viver de acordo com alguma autoridade, porém muitas vezes só encontram o ditatorialismo. A compreensão da autoridade se dá em um processo simbólico ocorrido durante a constituição subjetiva e independe de quem a exerça. Tem um representante *simbólico*, procura manter a organização social e ampliar a vida em prol do coletivo. Por outro lado, o autoritarismo é imposto e geralmente tem uma pessoa que o faz valer, mediante aplicação de certa força e não pela aceitação de sua existência. O autoritarismo é arbitrário e mantém a imagem de um tirano, que geralmente restringe a liberdade e não admite expressões de vida.

A fronteira entre a autoridade e o autoritarismo ainda é pouco explorada pela família e por outros educadores, e muitos não sabem como exercer autoridade sem serem autoritários, optando ora por não impor as interdições necessárias à constituição subjetiva das crianças e dos jovens, ora pela imposição violenta da sua vontade.

III – ASPECTOS SOBRE A “INVENÇÃO” DA ADOLESCÊNCIA

De acordo com Pinheiro e Moura (1999), a palavra *adolescência* teve origem no termo *adolescere*, cujas raízes estão na civilização greco-romana. Para ela, havia o verbo *adolere*, que significava “arder, queimar”. Dela se originou, na época, apenas a palavra *adultum*. O prefixo *ad* indicava “uma direção na qual se ia”, enquanto a raiz *dolere* significava “sofrer uma dor, estar triste”. As autoras salientam, pois, que em nossa língua seu significado se conservou como “ir em direção à dor, ao que arde”. Somente na modernidade é que tal termo passou a designar um novo período de desenvolvimento, denominado de *adolescência*.

Cabe assinalar que, conforme Ariès (1963/1981), nem a infância, nem a adolescência, como épocas específicas de desenvolvimento, existiram desde sempre, na história da humanidade. Sequer a noção de inocência infantil havia, antes da Idade Média. Lepre (*apud* COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005) afirma que as primeiras tentativas de definição da adolescência foram feitas no século XVIII. Contudo, a adolescência passou a ser vista como uma etapa da vida, com características e atributos psicológicos específicos, a partir do século XX.

Em outros termos, inventada na modernidade¹⁰, a adolescência é caracterizada como uma fase de transição do desenvolvimento psicossocial dos seres humanos que se encontra entre a infância e a adultícia (RUFFINO, 1993; RASSIAL, 1999; MIDDLEJ, 2005). Diferente da puberdade, a qual por si só provoca alterações físicas, químicas e, conseqüentemente, psíquicas nos jovens, independentemente da época e do local onde eles vivem, o *adolescere* passou a ser considerado pelos estudiosos como uma fase com características singulares.

Todavia, a idéia de uma adolescência com aspectos comportamentais específicos e previamente definidos, pelos quais todos passariam, foi questionada em 1951 por Mead (1951) e, depois, por autores como

¹⁰ “1. Termo que se opõe a clássico, tradicional. Considera-se que, do ponto de vista histórico, a filosofia moderna inicia-se com Descartes e Francis Bacon, caracterizando-se por sua ruptura com o pensamento medieval, sobretudo com a escolástica. O pensamento moderno valoriza o indivíduo, a consciência, a subjetividade, a experiência e a atividade crítica, em oposição às instituições, à hierarquia, ao sistema e à aceitação dos dogmas e verdades estabelecidas, que caracterizam a ordem social medieval e o pensamento escolástico” (JAPIASSU, H.; MARCONDES, 1989).

Guattari (1990), Deleuze (1992), Foucault (1996), Coimbra, Bocco e Nascimento (2005). Basicamente, as críticas dizem respeito ao fato de se conceber os indivíduos, que estão nesse período, como dotados de características universais e, portanto, a-históricas e homogêneas. Segundo Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 8), “os sujeitos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente”.

Existem ainda outras críticas, como a formulada por Calligaris (2000). Apesar de ele concordar com os demais autores de que ela é uma invenção moderna, atenta para o fato de que os indivíduos nela situados – os adolescentes – são colocados num estado de moratória.

[...] há um sujeito capaz, instruído e treinado por mil caminhos – pela escola, pelos pais, pela mídia – para adotar os ideais da comunidade. Ele se torna um adolescente quando, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a competição, não é reconhecido como adulto. Aprende que, por volta de mais dez anos, ficará sob tutela dos adultos, preparando-se para o sexo, o amor e o trabalho, sem produzir, ganhar ou amar, ou então produzindo [trabalhando], ganhando e amando, só que marginalmente [ou seja, numa condição de moratória]. (CALLIGARIS, 2000, p. 15-16).

A presente pesquisa partilha dessa noção de que não existe adolescente, mas sim adolescentes (ABRAMO, 1994). Em outras palavras, os adolescentes e a adolescência – não obstante as semelhanças entre si – são singulares.

No entanto, a psicanálise estabelece um padrão de desenvolvimento psíquico para os seres humanos, o qual será ponderado aqui, provavelmente decorrente dos costumes da época em que tal ciência foi construída (a modernidade). Dessa forma, se pensarmos que a atualidade não rompeu totalmente com essa época, mesmo porque seria impossível (afinal, a inovação, deliberadamente ou não, parte da tradição), algumas idéias nos poderão ser válidas. Porém, examinamos os conceitos psicanalíticos sempre a partir de uma perspectiva histórica, logo, não natural e tampouco homogênea.

Para tanto, destacamos idéias que, a nosso ver, podem contribuir para a compreensão do fenômeno em tela (o adolescente trabalhador no tráfico de drogas). Fundamentalmente, utilizamos conceitos formulados por Jacques Lacan (1901-1981), tais como: *real*, *simbólico*, *imaginário*, *significante*, *função* e *metáfora paterna*. Desse ponto de vista, analisamos adolescentes que estão trabalhando no tráfico de drogas, segundo o presente referencial teórico.

Feito esse preâmbulo, teceremos, na seqüência, considerações sobre as relações entre a adolescência, os adolescentes pobres, a lei e a realidade vivida por eles.

1. Considerações sobre a adolescência, o “adolescente pobre”, a lei

Assim como aconteceu com a criança, o adolescente tornou-se objeto de intervenção do Estado Moderno, uma forma de também serem abandonados, isto é, colocados nas “Rodas dos Expostos”¹¹. O interesse por eles começou a ficar mais agudo apenas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A intenção era a de – naqueles tempos de guerra – aproveitar a força física de tais indivíduos, sua coragem e seu vigor. Além disso, com a perda de inúmeros adultos, cabia aos adolescentes serem os responsáveis em reerguer e em reanimar a sociedade. Com isso, eles passaram a ser vistos como **esperança de um futuro melhor**.

Em 1927, foi aprovado o primeiro Código de Menores, em razão da preocupação com a situação dos “menores em situação irregular”, desativando a “Roda” e passando a institucionalizá-los. Em 1941, foi criado o *Serviço de Assistência ao Menor* – SAM, substituído em 1964 pela *Política Nacional de Bem-Estar do Menor*, tendo como organismo gestor, no Estado de São Paulo, a *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor* – FUNABEM – e, depois, a *Fundação para o Bem-Estar no Menor* – FEBEM, atual *Fundação Casa*.

¹¹ Chamava-se Roda dos Expostos o local onde eram deixadas as crianças indesejáveis, sendo um “aparelho mecânico, formado por um cilindro, fechado por um dos lados, que girava em torno de um eixo e ficava incrustado nos muros dos conventos”. No Brasil, há referências a ela desde o século XVII (SILVA, 1998, p. 39).

No Paraná, atualmente, as instituições responsáveis pelos adolescentes que cometeram atos infracionais são os *Centros Sócio-Educativos* – CENSE 1 e 2. Tais serviços tinham e ainda têm práticas semelhantes, ou seja, apesar de teoricamente terem sido criados com propósitos educativos, acabaram sendo direcionados para manter a ordem social vigente, por intermédio da constante vigilância, do controle e da punição (VIOLANTE, 1982).

Quanto à educação formal, a partir do século XVIII, a sociedade introduziu o uso dos confinamentos, como a escola, a fim de ensinar as regras da “moral e dos bons costumes”. Esperava-se, com esse procedimento, que os adolescentes se tornassem produtivos e úteis quando adultos (ARIÈS, 1963/1981).

Atualmente, há resquícios desse tempo, já que se observam poucas mudanças na prática da instituição escolar (é evidente que estamos nos referindo a um contexto geral, em tese). A queixa principal das instituições educativas formais tem posto em evidência, segundo a opinião dos docentes, que as crianças e, sobretudo, os adolescentes estão se mostrando extremamente refratários à incorporação das regras e dos valores morais, consoante o ideário democrático (justiça, respeito mútuo, diálogo e solidariedade). Isso não significa dizer que eles não estão pautando seus comportamentos por uma moral, tão somente a priorizada é aquela efetivamente vivida e demonstrada concretamente em outros meios de transmissão cultural (por exemplo, a mídia, a moral dos guetos e da comunidade de pertença).

Em acréscimo, a escola parece não ter mais por finalidade a transmissão da ideologia da classe social dominante e a formação de indivíduos para servir ao capital, mas de órgão policial. Desse modo, indagamos: qual o papel que está lhe cabendo? Não estamos com isso fazendo a apologia da escola em si, mas apenas a questionando, quando busca assumir o papel de agência da sociedade política, isto é, como mecanismo disciplinador e punitivo.

A propósito: essa ideologia reproduz em parte o pensamento das *sociedades disciplinares* de Foucault (1987), as quais tinham – segundo ele – como objetivo o confinamento dos cidadãos em instituições como fábricas,

escolas, prisões e hospitais. Nelas, os sujeitos viviam em espaços fechados, enclausurados, eram constantemente vigiados e deviam seguir normas estabelecidas pela classe social dominante. Tais sociedades, cabe dizer, classificavam seus integrantes como produtores, porque acreditavam no trabalho como chave para a ascensão social. Posteriormente, elas passaram a ser denominadas *sociedades de controle*, pois o controle foi substituído pela vigilância das pessoas “a céu aberto”, além da classificação de seus integrantes como consumidores (FOUCAULT, 1987).

Na perspectiva daquela época (século XVIII), tais serviços buscavam reproduzir a idéia de que o jovem, principalmente o pobre, era um “delinqüente”¹² em potencial; logo, os membros daquelas instituições trabalhavam com o fim de evitar que ele seguisse por esse caminho, o da criminalidade. Para tanto, era preciso que ele estudasse e trabalhasse, uma vez que era essa a forma de ser ou de se transformar em uma pessoa “de bem”. Com isso, a sociedade resolvia seu problema de crescimento e de produção, pois o jovem, por sua vitalidade, tinha todos os ingredientes necessários à produção de *mais-valia*.

Mesmo acatando as normas para se tornarem pessoas “de bem”, segundo Castro e Abramovay (2002), nas décadas de 60 e 70 (séc. XX), a população brasileira, em especial a juvenil que freqüentava o ensino médio e o superior, enfrentava um severo controle político-ideológico do Estado, a ponto de ter sua liberdade de expressão cerceada. Inspirados em ideologias como a da Revolução Cubana na América Latina, jovens organizados em movimentos estudantis e religiosos, aliados aos operários e aos camponeses, lutavam contra a ditadura militar. A decorrência, como se sabe, foi a imposição de atos institucionais cada vez mais severos, como o AI-5, e o conseqüente aumento da repressão.

¹² Segundo Rassial (1999, p. 55), na etimologia da palavra *delinqüente*, *linquere* significa “deixar algo ou alguém” e o “de” marca “a separação, o destacamento”. Por isso, é aquilo ou aquele que se desaloja do lugar que lhe é atribuído. *Delinqüir* é mudar de posição, de lugar, e em nada se associa, na origem da palavra, a atos infracionais. Seriam, no máximo, as crianças abandonadas pela família. A associação à criminalidade adveio da concepção de menino e menina de rua, formulada nos séculos XVIII e XIX, ligada à idéia de que crianças de rua são sinônimos de “marginais” (ROURE, 1996).

Desse tempo até a década de 80 do mesmo século, as políticas pedagógicas partiram do pressuposto da importância da escolaridade para o crescimento econômico e social das pessoas e da sociedade; o que significava, na verdade, a produção de mão-de-obra técnica qualificada, para servir aos interesses das multinacionais e como forma de abrandar possíveis movimentos de contestação do *status quo* vigente na época.

Com o passar dos anos, as oportunidades de mobilidade social (via escolarização e profissionalização técnica) foram se reduzindo. O desemprego aumentou com a crise econômica e política, a partir de meados da década de 70 e prosseguiu nos anos 80 (século XX). Embora não sejamos adeptos de certa sociologia mecanicista, é fato que o aumento da pobreza, da fome e da criminalidade aconteceu justamente quando o país estava mergulhado no desemprego e na crise econômica.

A antiga receita (“estudar + trabalhar = melhores condições de vida”), portanto, já não se mostrava mais eficiente, uma vez que estudar não garantia trabalho e conseqüente ascensão social e, assim, não era possível absorver toda a demanda de trabalhadores aptos. Com isso, acabou se produzindo o que Bauman (2005) chama de *refugo humano*.

Para os jovens de camadas populares, essa realidade é ainda mais crítica. A contradição entre a economia de mercado e o tempo de estudo os afeta mais do que aos pertencentes às outras camadas sociais e ao universo adulto.

Como toda a sociedade, os jovens sofreram com os processos que privilegiam a acumulação do capital em detrimento dos investimentos sociais. Os reflexos dessa opção, contudo, parecem ser mais perversos em relação aos jovens e crianças: aumento da prostituição infantil e exclusão dos jovens do acesso à educação e ao mercado de trabalho. (FRAGA E IULIANELLI, 2003, p. 10)

Por conseguinte verifica-se que, quando atingiam idade para entrar no mercado de trabalho, esbarravam na concorrência e/ou na conseqüente ausência de oferta de emprego. Em decorrência, muitos pararam de estudar, já que o estudo não estava cumprindo mais a sua “promessa” (se é que alguma vez conseguiu cumpri-la, totalmente): possibilitar a obtenção de trabalho juridicamente

legal, *status* social e financeiro e, como resultado, realizar o sonho de tornar-se membro da horda dos consumidores.

Ademais, com a desocupação profissional e escolar e as condutas que costumam apresentar, quando colocados em estado de moratória (transgressão das leis legalmente estabelecidas), os jovens começaram a ser considerados marginais em potencial. E a equação se fecha. Fomentada, em grande medida, pelos *mass media*, a juventude desocupada passou a ser sinônimo de adolescentes violentos e envolvidos com drogas.

Em função desse quadro, desde a década de 80 do século passado (XX), ao consolidar a imagem do jovem pobre, marginal, drogado e violento, as políticas públicas buscaram criar programas de “prevenção”. O **jovem pobre passou, assim, a ser visto – a priori – como um problema social.**

Quanto às políticas destinadas a esse público, por mais que tenham evoluído, ainda são preconceituosas, ancoradas no pressuposto de que o adolescente é potencialmente um criminoso e, por essa razão, os agentes públicos trabalham para evitar esse “certo” fim. Além disso, esperam que eles aceitem passivamente sua condição social e se mantenham “dominados” pelas pessoas consideradas “de bem”, proponentes do é bom para eles (VIOLANTE, 1982).

É nesse contexto que, em 1990, foi aprovado o ECA (BRASIL, 2003), produzindo algumas nuances inovadoras em relação às formas de controle desse público, porém sem grandes rompimentos na concepção que se tem deles.

Para Saliba (2006, p. 103) o trabalho realizado com os adolescentes autores de ato infracional contém uma “ação dissimulada de controle social e coercitivo”, disfarçada na proposta sócio-educativa, comandada por juízes e promotores e executada por “técnicos judiciais” (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros). Ele afirma ainda que o sistema busca, assim, colher todas as informações necessárias, por meio do “acompanhamento” (“invasão de privacidade”) junto ao adolescente e à sua família, de sorte a identificar, caso futuramente seja necessário, o criminoso adulto e, em decorrência, evitar a surpresa (a infração).

Ainda que o referido pesquisador avalie que as mudanças operadas pelo ECA são apenas nuances e de concordarmos com ele, quanto à possibilidade da efetivação desse documento, é certo que há avanços nessa lei, a ponto de poderes constitucionalmente instituídos solicitarem a sua modificação (como a redução da idade penal).

O ECA propiciou ainda mudanças na forma de os agentes sociais se relacionarem com o jovem autor de ato infracional. De “menor infrator” evoluiu para “menor em situação irregular”, depois a apenas “menor” e, atualmente, é chamado de “adolescente”, igualando-se (teoricamente) aos jovens de outras classes sociais, sem a pecha de necessariamente infratores.

Com isso, se antes somente os adolescentes abandonados ou os que cometiam ato infracional eram vistos pela Justiça, com a implantação do ECA, todos – mesmo os que não se encontravam nessas condições – vieram a ser objeto de interesse da lei. Assim, qualquer adolescente, hoje em dia, é passível de receber atenção do direito penal, caso tenha seus direitos violados (SILVA, 1998).

Roure (1996, p. 40), ao discorrer sobre o aumento da violência e os métodos de extermínio de pessoas “marginalizadas” – fenômeno atual em nossa sociedade –, salienta que, “na prática, [o ECA] ainda não conseguiu muitos dos sentidos ainda presentes em nossa sociedade sobre crianças e adolescentes pobres.” Segundo ela, o *pano de fundo* para a eclosão da violência está no extremo desequilíbrio na distribuição de renda do nosso país, causa das desigualdades sociais decorrentes de um sistema capitalista falido e de políticas públicas deficientes para a população de baixa renda.

Ainda mais: o “olhar”, sobretudo em relação ao adolescente desfavorecido economicamente, ainda é discriminatório, porque se tem medo e/ou se espera pouco deles. Esse pensamento se reproduz nas políticas públicas contemporâneas, quando o Estado, representado por suas instituições, parece ainda acreditar que tais adolescentes se tornarão infratores, caso não recebam uma intervenção direta, isto é, caso não sejam encaminhados para projetos sócio-educativos, cursos profissionalizantes e para outros atendimentos que seus representantes (educadores) julgarem necessários. Se for o caso de já terem sido

acusados de cometerem um ato infracional, a descrença na sua “recuperação” é ainda maior (RAMALHO, 2002).

Desse modo, na pretensão de “prevenir” ou de “reintegrar”, está implícita a idéia de que o jovem não está integrado à sociedade e, portanto, é aventada a possibilidade de ele se tornar infrator.

A concepção ideológica dominante da “marginalidade-reintegração” produz: um tipo de indivíduo “à margem” da sociedade; o reconhecimento de sua existência; o desconhecimento das condições concretas que o produzem; ao lado do reconhecimento da necessidade de recolocá-lo como membro integrante da sociedade, como se já não o fosse, através da ação institucional sobre o indivíduo, e não sobre as condições materiais que o produzem, de modo a adaptá-lo à sua condição de dominado (VIOLANTE, 1982, p. 187-188).

Feitas essas considerações, dissertaremos a seguir sobre a adolescência e o adolescente, segundo a perspectiva de autores psicanalistas, a fim de esclarecer nossa concepção acerca da constituição subjetiva e as possíveis implicações que ela pode ter, para o envolvimento desse público no trabalho com o tráfico de drogas.

Nossa opção não quer dizer que desconsideramos a influência de outras variáveis, como a do desemprego. O que pretendemos é lançar mão da hipótese, construída por Pelegrino (1987), de que o pacto edípico, para se concretizar, necessita estar em consonância com o pacto social.

2. A ascensão do sujeito, segundo a psicanálise e a importância das funções parentais

Na perspectiva da psicanálise, a construção do aparelho psíquico se dá desde o período fetal, segundo Tinoco¹³, tendo continuidade na infância e na adolescência. Em consequência, esses são momentos privilegiados para a

¹³ Essa concepção nos foi apresentada pela Dra. Denise Hernandes Tinoco, por ocasião da sua participação na banca do nosso Exame de Qualificação, realizado em 20 de agosto de 2009.

realização de intervenções que possam minimizar sofrimentos psíquicos e alterar o encaminhamento que o desenvolvimento psicológico possa ter (DOLTO, 1971).

Dessa forma, tudo o que gira em torno da criança e do adolescente poderá influenciar na sua constituição subjetiva, até mesmo o mito familiar e sua “pré-história”, ou seja, a história de sua gestação, de seus pais, de seus avós, bisavós e outros membros tidos, pelos próprios sujeitos, como significativos na família.

Rodolfo (1990, p. 17), a esse respeito, assevera que, “[...] para entender uma criança ou um adolescente de fato (inclusive, um adulto), temos que retroceder onde ele ainda não estava”. Desse ponto de vista, enfatiza-se a importância dos *significantes* na construção da subjetividade, pois eles circulam na família desde antes do nascimento do bebê e também na sociedade.

Nesse sentido, Rodolfo (1990, p. 21) salienta que, para algo ser *significante*, tem que se repetir; não pode ser próprio de ninguém; precisa passar por várias pessoas, inclusive ultrapassar para o social; é imperioso que seja algo que diz do sujeito, da família, do social onde vive; e tem de demandar um posicionamento sobre ele. Ele não tem um significado único, porém traz consigo outros *significantes* e comporta transformações, de acordo com o que o Outro diz dele (RODULFO, 1990). Lacan (1964/1998, p. 194), por sua vez, sustenta que a identidade do sujeito depende do *significante*, e o *significante* está primeiro no campo do Outro, quer dizer, na palavra de quem faz a *função materna*.

Feita essa digressão, na gestação, o que acontece com a mãe influencia diretamente o filho. Ao nascer, a criança encontra um mundo pronto e precisará se adaptar a ele. Logo, ela deve ser submetida a um processo educativo, para que se transforme em sujeito, porque assim reconhecerá os outros e, em decorrência, será aceita socialmente. Basicamente, ela deve agir de acordo com os valores da sua família, da sua comunidade e da sua cultura. Assim, conforme Ruffino (1993), ela é obrigada a entrar em dois campos: o *simbólico* e o *imaginário*.

O campo *simbólico* é representado pelas palavras, constituindo tudo aquilo que dá sentido à vida do sujeito. O autor (idem, p. 26-7) ressalta que tal campo:

[...] produz, determina, sustenta e altera a subjetividade humana de modo constitutivo; [...] ao incidir sobre o sujeito, se inscreve no inconsciente, sob a forma e com a modalidade de funcionamento do significante; [...] interpõe, semelhante a um pacto, em posição de terceiro, como mediação regularizadora, entre o sujeito e tudo aquilo com que ele se confronta; [...] se apresenta como Lei – ao mesmo tempo exigente e interditora, mas também possibilitadora – para a sustentação da subjetividade e da comunidade humanas.

Dessa maneira, os adultos, especialmente os interessados nela – representantes das funções parentais¹⁴ –, obrigam a criança a se inscrever no campo *simbólico* (não significando, necessariamente, que ela entrará nesse campo). Trata-se de apropriar-se de um modo único do que falam sobre ela e para ela, ou seja, dos *significantes* que circulam ao seu redor. Situando-se nessa cadeia de *significantes*, poderá tornar-se sujeito, com suas próprias marcas ou referências *simbólicas*.

Quem faz tal função parental, para a criança, é geralmente quem a introduz na ordem *simbólica*. Os sentidos atribuídos por essa pessoa às ações e às reações corporais ou orgânicas do bebê vão fazendo as marcações do *simbólico* que esse sujeito poderá levar para toda a vida. Por exemplo: isso pode vir a acontecer, quando se fala que o bebê é preguiçoso porque bocejou, ou que ele é ansioso, porque chorou após ter molhado as fraldas, ou até mesmo antes de nascer, ao empurrar a barriga da mãe e dizerem que a criança será um bom jogador de futebol. As palavras “preguiçoso”, “ansioso” e “bom jogador” serão marcas *simbólicas*, as quais poderão acompanhar a criança por toda a vida. Pode-se dizer, assim, que o bebê ganha sua primeira identidade.

Em geral, será quem faz igualmente a *função materna* que suprirá as necessidades fisiológicas da criança, além das psíquicas. Mais do que alimentá-lo,

¹⁴ As funções parentais não são necessariamente cumpridas pelos pais biológicos. Maiores detalhes serão discutidos adiante.

fazer sua higiene e protegê-lo, quem está nessa posição o acolherá. Somente assim ele se sentirá seguro e contido. Ainda lhe oferecerá seu olhar e sua voz, para lhe conferir, aos poucos, autonomia (RASSIAL, 1999).

Winnicott (1971/1975) alude ao papel vital, para o bebê, que é desempenhado pelo meio ambiente. Cabe dizer que ele ainda concebe a realidade como um todo indissociável. O autor define esse momento como *maternagem*, cuja tarefa envolve o segurar, o manejar e o apresentar à realidade. No início da vida, o meio ambiente é, por conseguinte, totalmente representado por quem faz a *função materna*.

Nessa função, segundo Infante (1999), há mais um papel: o de antecipar a ação do bebê, de acreditar que ele terá determinada atitude, apostar que ali já existe um sujeito, com gostos e desejos próprios. Laznik-Penot (1997, p. 39), a esse respeito, destaca: “[...] trata-se, sobretudo, de uma forma particular de investimento libidinal, que permite aos pais uma ilusão antecipadora onde eles percebem o real orgânico do bebê, aureolado pelo que aí se representa, aí ele poderá advir [como sujeito]”.

Como demos a entender, o ser humano não nasce sujeito, mas pode se tornar um. Todavia, para tanto, é capital que haja pelo menos uma pessoa encantada pelo bebê e disposta a investir nele, isto é, demandada a fazer as funções parentais. Em decorrência, quem faz a *função materna* não pode promover cuidados mecanicamente. Ao contrário, deve estar presente com seu mundo psíquico, já que assim conversará e se relacionará com a criança, supondo que ali há uma pessoa capaz de compreender ou de se beneficiar com o que está fazendo; interpretará as expressões do bebê como resposta ao que fala e, desse modo, estimulará a criança a se relacionar, contribuindo para a formação de seu mundo mental.

Com o passar do tempo – desde, é evidente, que a criança se relacione –, é necessário que essa pessoa venha a introduzir algumas regras para o *infans*. Acontece, por exemplo, quando ela (a mãe ou a substituta) tenta regular o “horário de sono” e o de “mamada”. Dessa maneira, ao fazer a *função materna*, começa igualmente a realizar a *função paterna*, outro aspecto essencial para a

constituição subjetiva. Não se pode, é óbvio, deixar a criança a morrer de fome. Estamos, apenas, salientando que, para se viver neste mundo, é preciso ser submetido a limites, cortes, rachaduras, castrações; o alimentar-se, segundo horários previamente determinados, é um deles.

Entretanto, tudo isso só poderá ser concretizado se quem está nesse lugar tenha internalizado os valores da cultura, sobretudo os da sua família e da sua Comunidade, além dos presentes na sociedade contemporânea, isto é, que tenha instaurado a *metáfora paterna* (DOR, 1991).

Mediante a existência dessa translação é possível instaurar outros processos importantes para a constituição subjetiva: a separação mãe-bebê e futuramente a castração ou interdição do incesto, uma vez que quem assume a *função materna* deve se ver também castrado – ou seja, marcado pela falta –, já que só assim educará a criança para entregá-la ao mundo. Rassial (1999, p. 48) escreve que, para tanto, é necessário “que a mãe tenha sustentado o lugar *imaginário* do pai, [...] que permite atribuir ao pai um poder e um saber a mais”.

A castração, nesse sentido, beneficiará a ambos, sobretudo o bebê, pois somente ao separar-se da mãe poderá sentir sua falta e manifestar-se, reivindicando sua presença. Em outros termos, apenas pela ausência é que poderá desejar algo e comunicar-se, arriscando balbucios que futuramente o inserirão no campo da linguagem.

Mãe é uma só, mas não a encontramos nem só na barriga que carregou o feto nem só no corpo que pariu com dor [nem só em quem assumiu a função materna, independente dos laços consangüíneos], mas naquilo que a faz consentir em encarnar o Grande Outro¹⁵ e introduzir um filho no campo da linguagem, para perdê-lo para o mundo: a função paterna. (BERNARDINO, 1994, p. 82).

¹⁵ Outro com “O” maiúsculo vem para diferenciá-lo do semelhante. (RASSIAL, 1999, p. 78) Também representa o Código Simbólico Social ou os Discursos Sociais Dominantes (ARIAS, 2005, p. 144).

Assim, para que um bebê se torne sujeito, segundo a teoria psicanalítica, ele necessitará das *funções materna* e *paterna*, independentemente de elas serem executadas por seus pais biológicos (RUFFINO, 2004).

A esse respeito, sublinhamos que Freud e Lacan foram os primeiros autores a “desbiologizar a paternidade, destacando uma *função paterna* – esta estrutura, que é do campo *simbólico*” (BERNARDINO, 1994, p. 78).

Dor (1991, p. 16), abordando essa questão, ressalta:

De fato, a instância do Pai simbólico¹⁶ é, antes de mais nada, a referência à Lei da proibição do incesto, a qual é, portanto, prevalente sobre todas as regras concretas que legalizam as relações e trocas entre os sujeitos de uma mesma comunidade. Em conseqüência, é porque o Pai simbólico é apenas o depositário legal de uma lei que lhe vem de outro lugar, que nenhum Pai real pode se vangloriar de ser seu detentor ou fundador. Mas, em compensação, recai sobre ele o ter que se fazer valer sem ser seu representante.

O *Pai simbólico* é, portanto, **o representante da lei**, é aquele que, apenas com a autorização da pessoa que faz *função materna* (a qual, por motivos práticos, passaremos a chamar de mãe), poderá interditar a relação fusional entre ela e o bebê. Cabe ressaltar que também as autoridades do poder público são representantes do *pai simbólico*, no campo social. Porém, neste momento, vamos nos deter apenas nas questões familiares.

É fundamental que fique evidente essa distinção entre o pai da realidade e o *Pai simbólico*. Há, segundo Dor (1991), proposições *pedago-lógicas* em torno da “carência do Pai”. Com todas as transformações a respeito das formações familiares atuais, observa-se que não é mais possível contar com a presença física, real, de um pai na família, ou, mesmo quando isso acontece, muitas vezes se tem apenas a parte real e *imaginária* de sua presença (não a

¹⁶ As definições de *Pai simbólico*, *Pai imaginário* e *Pai real*, na teoria de Lacan (1995), não estão colocadas de forma estanque, pois isso restringiria os inúmeros significados que poderiam ser atribuídos aos seus significantes. (LAPLANCHE, 1988, p. 625) Mesmo assim tentaremos esclarecer nossa compreensão acerca daqueles que são relevantes para o presente estudo.

simbólica). E mesmo que a presença física fosse um fato, na atualidade, o necessário para a construção do aparelho psíquico é justamente o *Pai simbólico*,

[...] porque a dimensão do Pai simbólico transcende a contingência do homem real, não é, pois, necessário que haja um homem para que haja um pai. (p. 19) [...] Basta que ele o seja no discurso da mãe, de tal forma que a criança possa entender que o desejo da mãe se encontra, ele mesmo, referido a ele – ou, em caso extremo, que o tenha estado, ao menos durante um tempo (DOR, 1991, p. 57).

Verifica-se, portanto, que, a nosso ver, há extrema relevância da palavra da mãe para a concepção de *função paterna* na família. Contudo, esta parece – também em nossa concepção – que passa despercebida, independentemente da presença de um homem. Nota-se ainda que, desde a sociedade patriarcal, a *função paterna* foi associada à figura masculina e até hoje sobram resquícios dessa vinculação ao homem, ao *pai imaginário*.

Quanto à dimensão *imaginária*, por exemplo, quando as pessoas imaginam um pai, vêem freqüentemente aquela figura autoritária e indesejada de outrora. Por causa disso, as mães acabam tendo dificuldades em sustentar, até mesmo no discurso, a autoridade, seja do homem real, seja a dos representantes do poder público e inclusive a sua própria, isto é, a de que ela pode ser a responsável pelo exercício da *função paterna*.

Cabe ressaltar que a mãe precisa mostrar-se submetida a alguma autoridade e a algum saber maior do que ela mesma, representante do *pai simbólico*. Se não for o *pai imaginário*, ela necessitará sustentar a *função paterna* em outra instância. Esta poderia ser desde um trabalho, até uma lei que ela considera válida. O importante é que ela demonstre estar sujeita a algo além da relação mãe-bebê. Na sociedade atual, muitas referências legalmente estabelecidas estão destituídas de valor, assim como ocorre com muitas autoridades e muitos pais da realidade, dificultando a manutenção do *pai simbólico* como elemento relevante para o adolescente (na palavra da mãe).

Lebrun (2004, p. 23) aborda a história da paternidade para referenciar o que chama de *declínio do sistema patriarcal*, que começou a ocorrer

“a partir do fim do século XVIII... [levando a] uma progressiva limitação do poder paterno, para chegar a sua pura e simples absorção no conceito de autoridade parental”. Considera que a ciência (inicialmente com a área jurídica, depois com a psicologia e com a pedagogia, entre outras) contribuiu consideravelmente para provocar o “mal-estar da civilização” atual, descrevendo seus mecanismos da seguinte forma:

[...] desabono da função paterna, infiltração por um simbólico virtual, abalo da responsabilidade; e suas conseqüências, para cada um, do fascínio pelo método científico: elisão da enunciação, desaparecimento do sentido do limite e perda da faculdade de julgar (*idem*, p.20).

Freire Costa (2006, p. 21) refere-se ao mesmo fenômeno como decorrência do “enfraquecimento moral da autoridade”, por sua vez, produto do “declínio do valor da tradição”.

Assim, segundo Lebrun (2004) e, sob certos aspectos, conforme igualmente Freire Costa (2006), fica invalidada a autoridade paterna. Ela é, legalmente, em 1970, substituída pela autoridade parental, a saber: ela é diluída no casal. Essa co-responsabilidade parental estabelece uma série de conseqüências.

[...] ao pôr fim à perspectiva de não-igualdade que organizava as relações entre o pai e a mãe durante a história das sociedades humanas, acarretou a desaparecimento do conceito de autoridade em proveito daquele de responsabilidade, assim deixando entrever que, dali por diante, os deveres dos pais são superiores a seus poderes, estes cada vez mais diminuindo frente aos direitos subjetivos da criança [...] (LEBRUN, 2004, p. 25).

Dessa maneira, ao longo da história, constatamos toda uma transformação do lugar do homem, em especial na família. Como já frisamos, nessa instituição, a autoridade do pai era considerada absoluta (LEBRUN, 2004). Depois, passou a ser de ambos – pai e mãe (OLIVEIRA, 1984; LEBRUN, 2004). Hoje, parece que é das crianças e dos adolescentes (PEDRO-SILVA, 2006; LA

TAILLE, 1998). Vale dizer que tal fato é uma amostra do que acontece no plano social mais amplo.

De acordo com Lebrun (2004, p. 14), em resumo, a nossa sociedade está profundamente modificada pelo desaparecimento de ritos e de papéis, pela “evolução” da família (será que é evolução?) e suas conseqüências no destino da figura paterna. Com o fechamento da família em si mesma, a partir do século XIX, “a hierarquia desapareceu no casal e se esfuma entre gerações” (*idem*, p. 14). Não há mais um terceiro significativo a ocupar o lugar do *primeiro estranho* na família – antes ocupado pelo pai. Agora, nessa *família igualitária* poupa-se o pai e qualquer outro da tarefa de separar a criança da mãe. Dessa forma, declina a autoridade de quem assumia esse lugar de alteridade e cresce o poder da mãe, a qual decide quando, como e com quem põe seus filhos no mundo. “Ela se tornou, de alguma forma, simultaneamente pai e mãe na origem da criança” (LEBRUN, 2004, p. 15).

Durante todo o início da vida, o bebê está passando, geralmente, pelo primeiro estágio do que Freud (1905/1996) chamou de fases da organização sexual, a fase *oral*. Se tudo correr bem, isto é, se a criança interagir com o Outro, ele ascenderá a todas as outras: *anal*, *fálica*, de *latência* e *genital*. Isso significa que, em cada uma delas, há uma parte do corpo, em um determinado momento, que é mais investida do que outras e, em conseqüência, produtora de sensações prazerosas (FREUD, 1905/1996).

Cabe dizer que, na seqüência, nos deteremos mais na *fase fálica*, pois é onde ocorrem fenômenos importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo.

Para Freud (1924/1996), nesse momento inicia-se o *Complexo de Édipo*. Baseado na tragédia dos reis de Tebas, escrita por Sófocles (496 aC. - 406 aC.), Freud formulou a premissa de que há um sentimento exaltado, geralmente pela pessoa representante da função parental do sexo oposto ao da criança, provocando-lhe excitação, a qual procura descarregar nas atividades de masturbação. Segundo Freud (1914/1996, p. 100), forma-se aqui o *ego ideal*, o qual é “alvo do amor de si mesmo e será sede de toda perfeição”, uma vez que a

criança busca – nesse instante – recuperar seu narcisismo primário. Ao mesmo tempo, constitui-se também o *ideal do ego*, construído a partir das críticas e dos ensinamentos morais e éticos dos pais e dos demais agentes sociais, levando-a a construir um ideal criado por ela (RAPPAPORT, 1993, p. 15).

Dolto (1971, p. 79) aponta para a aquisição de um senso moral, nessa fase, pelo qual a criança deverá aprender a distinguir entre o certo e o errado, formando um esboço do *superego*. Ela age assim em função do temor de perder o amor daquele adulto eleito como especial por ela. Este demonstrará, na melhor das hipóteses, que não importa o que a criança faça, que o seu objeto amado prefere um outro adulto para amar. Logo, a criança passa a reconhecer que ela ocupa posição de segundo plano, nesse triângulo. Isto a faz desistir da rivalidade, para que seja potencialmente capaz de amar todos os outros.

Acontece que esse processo deixa marcas, pois mesmo renunciando ao seu objeto de amor, durante todo o processo de conquista, o sujeito buscou identificar-se com a figura amada, que, por sua vez, apresentava outros interesses, além da criança. Como consequência, ela recua em suas investidas em relação à mãe – no caso do menino –, internalizando a proibição do incesto e freqüentemente identificando-se com os valores paternos. Esta é a forma de a criança humanizar-se, segundo a psicanálise, ou seja, reconhecer e internalizar as leis necessárias à convivência social.¹⁷

Nesse momento, a libido é interrompida, mediante as repressões impostas pelos adultos em relação às manipulações que as crianças fazem dos próprios órgãos genitais, sofrendo, inclusive, com as ameaças de castração. Em decorrência, em prol de não abdicar do amor de quem a reprimiu, elas abandonam a masturbação e entram em um período de espera, chamado de fase de *latência*.

As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai

¹⁷ Não enfocamos o desenvolvimento da organização sexual da menina porque não encontramos sujeitos do sexo feminino, que colaborassem com o presente estudo. Além disso, é sabido que a teoria freudiana a respeito da formação do aparelho psíquico da mulher é problemática e motivo de intensos debates.

e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal (FREUD, 1924/1996, p. 196).

Após esse período, a criança entra na puberdade, durante a qual vive a adolescência. Essa é a ocasião em que deve deixar seus hábitos infantis, mas ainda não pode fazer tudo o que um adulto faz, nem é considerada como adulto. Passa, pois, a ser chamada de adolescente.

3. A adolescência: *pacto social* e vida em grupo

Para Freud (1916/1996, p. 347), a juventude – no caso, a adolescência – é um período da vida cuja principal característica é a fraqueza das inibições morais.

Pedro-Silva (2006) acrescenta, todavia, que essas inibições não são naturais e, no caso de nossa cultura, são decorrentes do contato dos adolescentes com outros grupos sociais. Esse aspecto faz com que tais indivíduos acabem por relativizar os valores familiares até então tidos como absolutos. Nesse sentido, mais do que uma inibição, para o referido pesquisador, essa situação leva ao conflito moral (valores mais afeitos ao público) e ético (mais circunscritos ao privado).

Não se pode desconsiderar, ainda, que os adolescentes devem estar em processo de “reconstrução” de sua identidade assim, como ocorreu na primeira infância.

Em síntese, a adolescência geralmente carrega consigo características próprias, como a da necessidade de confirmação de sua identidade e de reconhecimento social. Por causa disso, o adolescente busca novas identificações, desenvolve o gosto por andar em grupos, pode apresentar certa “rebeldia” e condutas de contestação, buscando, dessa maneira, afirmar-se como sujeito. Como já viveu um primeiro momento de identificar-se com um dos pais e procurar a confirmação de sua existência por meio do olhar que tinham para ele, agora o faz no âmbito social.

Midlej (2005, p. 13-14) comenta que a adolescência

[...] exige um reapossar-se do corpo, uma revalidação deste. Aí é que o olhar do Outro, adulto no caso, entra como suporte. Esse aval deve ser tanto imaginário quanto simbólico, pois quando um adolescente pede um reconhecimento do seu corpo ele quer saber de sua imagem narcísica (esta é a dimensão do eu ideal) e ele quer saber também se é um adulto capaz de realizações sexuais, amorosas e sociais – afinal esses são os valores que lhe foram transmitidos na infância e são todos esses estatutos que estão em jogo (dimensão do ideal do eu). [...] A adolescência reedita o estádio do espelho: quando a criança conta com o olhar materno para reconhecer a integridade do seu corpo, da sua imagem.

A autora concebe essa fase, em decorrência, como uma “nova chance” de elaboração da identidade que o sujeito vai criando ao longo do seu desenvolvimento. É um momento no qual ele pode confrontar tudo o que aprendeu até aquele instante e refazer seus pensamentos e conceitos, em face de novas identificações e elaborações do *ideal do ego* (que ela chama de *ideal do eu*). Nessa fase, o olhar do outro volta a ser fundamental para seu reconhecimento como sujeito.

Ruffino (2005, p. 44) pondera que a adolescência, por não haver outros dispositivos ou rituais para simbolizar as mudanças inerentes a ela, aparece como “uma resposta do sujeito provocada pela irrupção do Real da puberdade”. O adolescente moderno do ocidente precisa simbolizar as mudanças da puberdade por si só, criando seus próprios rituais de passagem ou, como salienta Calligaris (2000), para também manifestar sua insatisfação em ter sido colocado numa condição de moratória.

Vale lembrar que houve um tempo em que, para as meninas, os bailes de debutantes faziam o papel do rito iniciático. As moças, quando completavam 15 anos, eram apresentadas à sociedade e passavam a ter permissão para ir aos bailes e usar sapatos de salto alto, até então proibidos a elas. No presente momento, eles transformaram-se em festas de 15 anos, perdendo seu valor de iniciação, pois as meninas geralmente já freqüentam boates (o que pode ser comparado aos bailes) e usam sapatos de salto alto muito antes desse evento. Os trotes em calouros, na entrada na universidade, deixaram igualmente de ser considerados como ritos de iniciação, além de não conseguiram

impedir a morte de alguns iniciados, a ponto de, hoje, não serem mais socialmente aceitos.

A maioria dos ritos de passagem, de acordo com Tubert (1999, p. 51), inclui a morte e a ressurreição *simbólica*, portanto, configurando-se como um segundo nascimento. Durante esse processo, uma parte do corpo do sujeito morre ou é sacrificada para protegê-lo do sacrifício total, como uma garantia de proteção.

Vê-se que verdadeiros ritos de passagem, como os existentes em determinadas culturas indígenas, tais como *Nueva Gales Del Sur*¹⁸ e em tribos na Austrália Central (TUBERT, 1999), estão ausentes em nossa cultura. Se eles existissem, poderiam, como enfatiza Calligaris (2000), substituir a condição de moratória a que nossos adolescentes estão submetidos.

Levisky (2005, p. 89), ao comparar a sociedade ocidental com a oriental, nos dias de hoje, afirma, aludindo à primeira:

Não há um ritual de passagem, mas é necessário galgar várias etapas, em diferentes setores da vida psicológica, social, comunitária, econômica, profissional, legal, religiosa, moral e outros para poder atingir, ou melhor dito, conquistar o status adulto.

Ainda sobre os rituais, o autor entende que eles facilitam o processo de integração à comunidade adulta, indicando claramente que determinados requisitos são necessários para chegar até a ela. Os rituais marcam a ruptura dos laços domésticos e a passagem para a vida social, cultural e comunitária e, sobretudo, a aceitação e o reconhecimento desse indivíduo na sociedade adulta.

Acontece que, na nossa sociedade, com a construção da adolescência e a ausência de rituais, fica-se praticamente sem parâmetros para a sua definição. Basicamente, a sociedade tende a concebê-la somente em função da sua durabilidade cronológica. Quanto aos comportamentos, igualmente é

¹⁸ Nesse ritual, os púberes passam por uma cerimônia secreta da qual somente podem participar aqueles que já estiveram nela. Realiza-se, como parte do processo, uma fratura traumática em um dente do iniciado e, em seguida, é-lhe atribuído um novo nome. Já na Austrália Central, o rito compreende a circuncisão. Em ambos os casos, acredita-se que um ser mítico leva o jovem para longe, mata a criança que existia e a ressuscita, mais tarde, marcando a passagem da infância à idade adulta.

indicado apenas que a superação desse período se dá pela aquisição de responsabilidade e de aceitação das regras estabelecidas socialmente (LEVISKY, 2005).

Dessa maneira, atualmente, os adolescentes passaram a se rebelar contra as normas impostas pelos adultos, como a de não poder casar, a de não trabalhar e a de não se divertir. Com isso, uma das conseqüências é o gradativo cerceamento de seus espaços de circulação social, em prol de sua “proteção”.

Hoje, apesar de não fazer parte de um rito de iniciação, os jovens devem ficar “confinados” em escolas formais e/ou profissionalizantes, com a finalidade de conter seus desejos sexuais, de trabalhar e de questionar. Enfim, eles não são reconhecidos socialmente, a ponto de fazer parte do mundo adulto.

Calligaris (2000) escreve, a esse respeito, que o jovem foi colocado no *limbo*, pois, em nossa cultura, é necessário aproximadamente 12 anos para uma pessoa ser reconhecida pela Comunidade como alguém que saiu da infância. Quando chega lá, mesmo se sentindo psíquica e fisicamente pronto, o adolescente é obrigado a esperar, no mínimo mais seis anos, ou seja, metade do que viveu até aquele momento, para ser considerado adulto.

Alguns adolescentes – evidentemente, insatisfeitos – forçam sua entrada no mundo adulto antes que esse lugar lhes seja permitido legalmente. Muitas vezes o fazem cometendo atos infracionais, o que os leva – quando surpreendidos por um poder repressor constituído – a sofrer as conseqüências previstas na lei (BRASIL, 2003).

Aparentemente, tais atitudes lhes permitem obter certo reconhecimento social e – é natural – uma identidade, já que, “não sendo reconhecido dentro do *pacto social*, tentará ser reconhecido fora ou contra ele” (CALLIGARIS, 2000, p. 41). O tráfico de drogas, segundo o referido psicanalista, é uma das atitudes que desmonta essa moratória, inserindo o adolescente no mundo adulto, ou seja, na sociedade de consumo.

Cabe reproduzir aqui algumas considerações feitas por Pellegrino (1987, p. 198) acerca da relação do ser humano com a Lei¹⁹. Segundo ele, a Lei – para ser respeitada – tem que ser temida “Uma lei²⁰ que não seja temida – que não tenha potência de interdição e de punição – é uma lei fajuta, de fancaria, impotente”.

É oportuno alertar, porém, que exclusivamente o temor, produziria uma lei perversa, uma “lei do cão”. Avaliamos que a lei do tráfico seja uma “lei do cão”, autoritária, pois é imposta aos seus trabalhadores e aos moradores do bairro, diferentemente das leis da sociedade, as quais foram construídas coletivamente, por meio dos representantes do povo e – em tese – estão ligadas à pulsão de vida. É evidente que as pessoas inseridas no tráfico de drogas podem optar por não trabalhar nesse ramo, assim como os moradores podem mudar-se do bairro. No entanto, se escolherem ficar, terão que obedecer. De modo diverso da democracia, onde as leis podem ser questionadas e até alteradas, conforme reivindicações de organizações de pessoas da sociedade civil, no tráfico isso não é possível – mesmo que não devamos esquecer: a democracia é a ditadura da maioria. Logo, na prática, acreditamos que há semelhança entre a Lei construída no seio democrático com a do tráfico.

Faz-se necessário também o amor e a liberdade, para que o sujeito estabeleça uma relação positiva com a Lei, já que ela existe – cabe sublinhar – para estruturar o desejo humano. “O Édipo é a Lei do desejo. À Lei do desejo pode – e deve – corresponder um desejo da Lei” (*idem*, p. 199).

De acordo com o mencionado pensador (1987, p. 202-203), há atualmente uma *patologia social* presente no *capitalismo selvagem brasileiro*, que ameaça ou até pode quebrar o *pacto edípico*, ou a Lei do Pai²¹. Esse pacto

¹⁹ Pellegrino (1987, p. 198) se refere aqui à “Lei primordial, que marca a passagem – o salto – da natureza para a cultura”. Esta prepara a criança para se tornar um ser social, para inserir-se na cultura e nas sociedades humanas.

²⁰ Pellegrino ora escreve lei com o “L” em maiúsculo, ora com minúsculo. Embora Lacan faça distinção entre ambas, esse não parece ser o caso do autor citado. Apesar disso, quando nos referirmos à *Lei primordial*, adotaremos o “L” maiúsculo. Em relação às outras, usaremos minúsculo.

²¹ “Pai” com “P” maiúsculo, porque ele alude ao pai simbólico ou à *Função paterna*.

edípico (de renúncia aos desejos incestuosos) prepara e possibilita o *pacto social*, indispensável para que, assim, o sujeito possa trabalhar e amar.

Tais considerações foram tecidas, tendo como parâmetro a década de 70 até meados da de 80 (séc. XX). Contudo, consideramos que elas são válidas para explicar determinados fenômenos atuais, como, por exemplo, um dos significados para o ingresso do adolescente – como trabalhador – no tráfico de drogas.

Feita essa observação, conforme Pellegrino (1987, p. 204), o “surto crescente de violência e de delinqüência”, em nosso país, é o resultado dessa *patologia social*, a qual desrespeita o direito do trabalhador formal de receber, em troca de seu trabalho, o mínimo para a sua integridade física e psíquica. Assim, ele avalia que é mais honrado ser um “delinqüente fora da lei” (como os sujeitos do nosso estudo) do que em nome dela, segundo o fazem os criminosos do “colarinho branco”.

Por conseguinte, a Lei do desejo (a que o interdita) precisa ter correspondência com a lei social. Caso contrário, mesmo se tendo a primeira (a da interdição do desejo), ela não terá “forças” para se opor à segunda (a social). Desse modo, ainda que o sujeito tenha internalizado a noção de que o trabalho no tráfico é imoral, ele acabará se deixando seduzir por esse *canto da sereia* e, em decorrência, morrerá afogado, isto é, se envolverá com o tráfico de drogas (atividade considerada ilícita).

Quanto à idéia de que o adolescente necessita dos grupos para seu reconhecimento social, Freud (1921/1996) afirma que o indivíduo, quando está inserido em um deles, tende a apresentar novas características, a exemplo do sentimento de poder invencível, o qual, comparado ao indivíduo sozinho, teria que ser reprimido; o autor cita a sugestibilidade adquirida num conjunto de pessoas, chamada por ele de contágio.

Freud (1921/1996) sustenta que o grupo é impulsivo, influenciável, mutável, irritável, levado quase totalmente pelo inconsciente; é imperioso, não obedece a interesse pessoal, nem sequer ao de autopreservação; não tolera demora entre o desejo e sua realização, há um brutal sentimento de onipotência, a

ponto de não se colocar a noção de dúvida ou de incerteza. Além disso, é tão intolerante quanto obediente à autoridade, exigindo de seus ídolos força ou violência.²²

Compara a admiração ao chefe com a hipnose, uma vez que a pessoa sofre a influência do líder, alterando a atividade mental, intensificando a emoção e diminuindo o poder da razão (e a conseqüente capacidade de crítica). Nas palavras de Freud (1921/1996, p. 89), um grupo “quer ser dirigido, oprimido e temer seus senhores”.

No tráfico de drogas, segundo Feffermann (2006), observa-se a existência de grupos altamente organizados. Por causa disso, os seus membros não podem sair dele sem enfrentar algumas dificuldades, como a de pagar tudo o que devem; abrir mão do “poder” atribuído a eles nessa atividade; diluir os vínculos construídos; deixar o único lugar onde são reconhecidos como pertencentes à sociedade de consumidores e enfrentar novamente a sociedade excludente – no caso, o cenário social mais amplo. Para ela, há um “enredamento que dificulta a saída” (*idem*, p. 240).

Nesses grupos, geralmente há um líder, a quem têm que prestar contas e que pode ser visto como *pai simbólico*. Os outros podem ser comparados aos irmãos, cujas ações mantêm vivos os laços afetivos que os unem. Esses laços comportam relações fraternais e parentais. Nas primeiras, há uma uniformidade e igualdade; nas segundas, há certa hierarquia. Quanto aos liderados, verifica-se a busca de modelos, a qual constitui a forma original de laço afetivo com um objeto, já vivida na fase edípica, que formará o *ideal do ego*. Tais características, de acordo com Freud (1921/1996), são originárias no *Complexo de Édipo*, pois há no grupo a idéia da horda primeva, em que o mais forte deve ser assassinado, para que a horda seja transformada em comunidade de irmãos, não podendo, dessa forma, alguém ter mais poder do que outro, a não ser *simbolicamente*.

Em face desse contexto, esse modo de funcionamento no grupo, a nosso ver, é emblemático em relação aos adolescentes. Eles costumam eleger um

²² O romance escrito por Sir William Golding (1960) exemplifica, de maneira bela e assustadora, a força do grupo.

conjunto de pessoas com dinâmicas que lhes sejam interessantes e identificam-se com eles, buscando pertença. Por outro lado, passam a praticamente desconsiderar outros grupos, nesse momento, a ponto de serem julgados indivíduos que não conseguem ter bom convívio social, seguir regras, respeitar autoridades ou hierarquias. Tais atitudes geralmente levam a pensar que eles estão se encaminhando para uma estruturação problemática do *ego* e do *superego*, uma vez que aparentemente só fazem desacatar as normas sociais.

Embora, em nossa sociedade, atualmente haja certa busca de nivelamento das relações entre autoridade e não autoridade – além da descrença nos governantes –, ainda se avalia que apenas alguém que respeita hierarquias e regras socialmente estabelecidas tem pleno funcionamento psíquico, ou seja, é alguém que desenvolveu *ego* e *superego* “saudáveis” e, conseqüentemente, sentimento de culpa. O que pensar, assim, de alguns dos nossos políticos?

Ao contrário disso, supomos que os nossos sujeitos têm normas e valores interiorizados (*superego* estruturado). Contudo, eles só sentem culpa por desrespeitar uma regra – como dissemos –, quando se trata dos grupos de pertencimento; caso contrário, eles julgam ter agido de forma correta, de acordo com o funcionamento do seu grupo. Este geralmente se considera excluído do social maior, portanto, para que respeitar as regras de uma horda à qual ele não pertence? Ou: será que ele está respeitando as regras, já que – nos parece – o desrespeito a elas é a norma da nossa sociedade?

IV – PROBLEMA E OBJETIVOS

Perguntamos, diante do exposto, como se articulam, na constituição subjetiva, o trabalho dos adolescentes no tráfico de drogas com a *função paterna*?

Examinamos tais articulações e buscamos responder às seguintes indagações:

1. Como foi o ingresso nesse ofício?
2. Quais são as pessoas que eles reconheciam como modelos, ou seja, figuras de autoridade?
3. Em que medida tais modelos, na opinião dos próprios adolescentes, contribuíram para a sua inserção no trabalho do tráfico de drogas?
4. O que mudou em sua vida, após iniciarem seu envolvimento com o tráfico de drogas?
5. Como eles concebem o seu trabalho no tráfico?
6. Como foi a sua vida, desde quando se lembram, ou o que lhes contaram sobre ela?
7. Quais eram as perspectivas e sonhos que nutriam?

Visamos, ao responder tais questionamentos, contribuir para a literatura da área, visto que – como apontamos – são poucos os estudos psicológicos existentes. Em outros termos, como escreveu La Taille (1994, p. 20), “não basta que a Sociologia explique a guerra; é também preciso explicar o guerreiro”.

V – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Empregamos, para tanto, o estudo de *casos múltiplos*. Apesar das críticas a esse método de pesquisa, como a falta de rigor e o problema da generalização científica, reconhecemos nele a melhor forma de abordar o assunto desta investigação, uma vez que ele propicia um aprofundamento das questões relevantes por nós destacadas.

Yin (2005, p. 32) assevera que os estudos de casos atendem ao desejo do pesquisador de compreender fenômenos sociais complexos, a partir da análise de histórias de vida individuais relacionadas ao momento histórico-social vivido. Em razão disso, o pesquisador investiga o acontecimento, levando em consideração o contexto da vida real onde ele ocorre. Com isso, reconhece que “os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O tipo explanatório é uma estratégia de coleta e análise das informações em que é possível narrar minuciosamente o fato estudado e responder ao “porquê” da ocorrência de determinado evento.

Quanto às críticas citadas, Yin (2005, p. 29) responde que a falta de rigor depende do modo como o pesquisador conduz seu estudo. Em sua ótica, este “deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa”. Assim, o cuidado na busca de informações foi extremo, na execução desta pesquisa, além do uso de instrumentos adequados, em nossa opinião.

A justificativa para a escolha desse método se deveu ao tipo de sujeito que pesquisamos (adolescentes que trabalham no tráfico de drogas).

Quanto ao fato de optarmos pelo estudo de casos múltiplos, amparamo-nos na convicção de que tais sujeitos – mesmo submetidos a condições sócio-econômicas e culturais semelhantes – se constituíram de maneira singular.

Já em relação à generalização, o autor garante que “são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos [...] seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar freqüências (generalização estatística)” (YIN, 2005, p. 29-30). Assim, a finalidade desse método é expandir *teorias*.

Adotamos nesta pesquisa, desse modo, a abordagem qualitativa, a qual – por não se preocupar com números – possibilita aprofundar uma questão, bem como, em consonância com a psicanálise, reconhece e considera o lugar da subjetividade nas relações e na produção do conhecimento.

Utilizamos ainda, para a análise das informações, a teoria psicanalítica *extramuros*. Essa modalidade de trabalho insere-se numa área definida por Laplanche (1988) e defendida por psicanalistas como Mezan (2002) e Freire Costa (1989).

Em conseqüência, os conceitos da psicanálise usados neste estudo, serviram para construir compreensões de fenômenos sociais, como o trabalho dos jovens com o tráfico de drogas.

Explicamos, em acréscimo, que, apesar da sugestão de Mezan (1998) para que pesquisas psicanalíticas sejam escritas na primeira pessoa do singular, optamos por usar a primeira pessoa do plural, porque consideramos que a produção desta pesquisa se deu num conjunto entre os pesquisadores e os participantes e seria contrário à ciência e cair num certo tipo de positivismo, ou em uma posição ingênua, excluir qualquer ator aqui envolvido. Pensamos que Mezan (*idem*, 1998), ao se referir a esse aspecto, estava preocupado em dizer aos pesquisadores para que não tivessem receio de assumir a sua autoria. Não obstante, acreditamos que não é o nosso caso, porque estamos assumindo a nossa autoria e a dos sujeitos que auxiliaram na tecitura deste estudo.

Cabe sublinhar que Freud (1913/1996) chegou a dar subsídios a uma psicanálise *extramuros*. Sua teoria não se restringia à busca da cura de afecções nervosas no *setting* terapêutico. Em *Totem e tabu* (1913/1996), em *O futuro de uma ilusão* (1927/1996) e em *O mal-estar na civilização* (1930/1996), alinhava reflexões a respeito dos possíveis sentidos e reflexos da cultura e da sociedade, na subjetividade humana. Para ele, o desenvolvimento da civilização e do ser humano passa por processos semelhantes: ambos dependem da renúncia às pulsões libidinais. Com isso, ele nos permite concluir que sair do espaço clínico e evidenciar a importância de se compreender também a sociedade é tarefa do pesquisador-psicanalista.

Por conseguinte, a nossa finalidade foi a de construir um conhecimento do psiquismo humano e, assim, contribuir para a elucidação de um problema social. Nessa trama, a relação não se deu entre analista e paciente, mas entre pesquisador e pesquisado. Igualmente, não aconteceu em local previamente definido; tampouco objetivou “aliviar” sintomas.

Para Oliveira (1984), o uso da teoria psicanalítica é pertinente em pesquisas psicológicas, mesmo fora da clínica, porque é uma teoria que busca a compreensão da conduta humana para além do comportamento manifesto. Nesse sentido, mediante aportes psicanalíticos, procuramos compreender, por meio do *registro simbólico*, conforme definição de Lacan (1998), as regras norteadoras das ações das pessoas no cotidiano, atribuindo-lhes significações e intenções até então desconhecidas.

Entendemos que a “conversa-escuta-entrevista” foi o melhor instrumento, neste caso, pois permitiu que houvesse certa espontaneidade nas falas do pesquisador e pesquisado, além de possibilitar atingir os objetivos do estudo, sem impedir a livre circulação da palavra.

O registro do Simbólico tem, na linguagem, sua expressão mais concreta: é o âmbito da palavra e suas conseqüências na constituição do ser humano, chamado [...] de falante, por depender sua qualidade humana do fato de falar. Este registro inclui o inconsciente, condicionado, pela linguagem, assim como também a interdição do incesto, a lei que ordena a vida dos homens e os diferencia dos animais. Ou seja, presentifica a cultura. (CESAROTTO; LEITE, 1989, p. 60).

Dessa forma, a palavra dos adolescentes foi o nosso instrumento para buscarmos compreender quais as articulações entre o trabalho no tráfico de drogas e a *função paterna*, a ponto de influenciar e “determinar” as suas histórias de vida.

Ainda se deve ressaltar que, especificamente em relação ao nosso objeto de estudo (adolescentes que trabalham no tráfico de drogas), temos convicção de que escutar os meninos envolvidos em uma atividade que promove tanta tensão, morte e violência, sendo neutro e imparcial, é, a nosso ver,

impossível. Dessa maneira, temos clareza de que não fomos neutros e tampouco imparciais. Esse aspecto foi, inclusive, observado por outros pesquisadores (VIOLANTE, 1982; DIÓGENES, 1998; ATHAYDE, 2005; GUIMARÃES, 2005; SOUZA; SILVA, 2006).

1. Universo estudado (sujeitos)

O presente estudo se propôs conhecer o jovem que se encontrava na faixa etária entre 11 e 16 anos, morador de comunidades menos favorecidas economicamente e que trabalhava no varejo do tráfico de drogas, em uma cidade da Região Sul do país.

Ainda que nossa intenção inicial fosse a de entrevistar adolescentes de ambos os sexos, conseguimos fazê-la apenas com três adolescentes do sexo masculino, sendo um com 12 anos e dois com 16 anos.²³

Apresentaremos, a seguir, breve caracterização dos participantes:

1. José (16 anos) cursou até a sexta série incompleta do Ensino Fundamental. Sua mãe frequentou a escola até a quarta série e a sua avó era analfabeta. Era solteiro e pai de uma criança. Sua renda *per capita*²⁴ era de R\$60,00 ou 19,2 euros por mês²⁵. Sua mãe teve quatro filhos, sendo que três sobreviveram. Ele era o mais velho. Sua avó teve quatro filhos, sendo sua mãe a mais velha e a única mulher. Morava com os avós maternos e um sobrinho. Sua família recebia benefício federal de prestação continuada (BPC), devido à doença cardíaca de seu avô. Morava, desde que nasceu, sempre no mesmo bairro (o mesmo em que reside Wellington).

2. Cláudio (16 anos), solteiro, cursou até a quinta série incompleta do Ensino Fundamental. Já a sua mãe, era analfabeta. Sua renda *per capita* era de

²³ Informamos que será considerada também a entrevista com a mãe de um garoto de 13 anos, que optou por não responder às nossas questões. Decidimos assim, pois, foi ele a pessoa que mais nos motivou a realizar o presente estudo, além de ele ter – reiteradas vezes – pedido para que a sua mãe nos auxiliasse.

²⁴ A renda oriunda do tráfico de drogas não está incluída na *per capita* das famílias, pois não é declarada.

²⁵ Valor em outubro de 2008. (€ = 3,125).

R\$50,00, ou 16 euros por mês²⁶. Sua mãe teve cinco filhos, sendo ele o mais novo e o único homem. Morava com a mãe e duas sobrinhas. Sua família recebia benefício federal de transferência de renda (Bolsa Família) e, esporadicamente, “cupom alimentação”. Assim como José, também morava no mesmo bairro desde que nascera.

3. Wellington (13 anos), solteiro, cursou até a sexta série incompleta do Ensino Fundamental. Quanto a sua mãe, frequentou o curso primário até a quarta série. Sua renda *per capita* era de R\$30,00 ou 9,6 euros por mês²⁷. Sua mãe teve cinco filhos, sendo ele o penúltimo. Morava com a mãe, o irmão mais novo e um sobrinho, também mais novo. A família recebia benefício federal de transferência de renda (Bolsa Família) e, esporadicamente, “cupom alimentação”. Morava desde que nascera no mesmo bairro em que José.

4. Gabriel (12 anos), solteiro, cursou até a segunda série incompleta do Ensino Fundamental e sua mãe até a oitava série. Sua renda *per capita* era de R\$69,00, ou 22,08 euros por mês²⁸. Sua mãe teve cinco filhos, sendo ele o penúltimo. Morava na rua, com um irmão mais velho (aproximadamente um ano e meio a mais do que ele). Sua mãe morava com marido e filhas com menos idade do que ele. A família recebia benefício municipal de transferência de renda.

Por se tratar de uma pesquisa que poderia envolver riscos contra a vida do pesquisador e do pesquisado, alguns cuidados foram tomados, como estabelecer um acordo com os participantes, informando-os – e enfatizando – a respeito dos objetivos do estudo, de que a sua identidade e mesmo a localidade onde moram seriam resguardadas.

Sublinhamos que, como a maioria dos encontros se deu na própria comunidade, a presença de um “estranho” conversando com os jovens poderia despertar a curiosidade das pessoas do bairro. Todavia, já tínhamos realizado trabalho nas Comunidades, em conjunto com as assistentes sociais do município. Acreditamos que tal aspecto diminuiu o estranhamento quanto à nossa circulação pelas ruas. Mesmo assim, sabe-se que toda conduta de pessoas alheias à

²⁶ Valor em outubro de 2008. (€ = 3,125).

²⁷ Valor em outubro de 2008. (€ = 3,125).

²⁸ *Idem*.

comunidade é vista com certa desconfiança. Triviños (1987, p. 143), a esse respeito declara que:

[...] suas atitudes e comportamentos [do pesquisador] são rigorosamente avaliados, buscando neles qualquer sinal de desvio que possa ser considerado como uma manifestação negativa de sua evidência de ser neutral.

Reforçamos, assim, o nosso posicionamento de respeito, de cautela, de distanciamento de rivalidades e de não vinculação a grupos específicos, sejam eles da comunidade, sejam mesmo de partidos políticos.

Cabe dizer ainda que, pelo fato de sermos funcionários da Prefeitura do referido município onde foi desenvolvida a pesquisa, foi inevitável a associação da nossa função, como servidores, com a de pesquisadores. Salientamos que, na medida do possível, procuramos distinguir ambas as funções, uma vez que as atividades guardam especificidades.

Além disso, em obediência ao Comitê de Ética que legisla sobre a realização de pesquisas com seres humanos, somente entrevistamos os sujeitos, após a obtenção da assinatura do *Termo de consentimento livre e esclarecido*.

2. Instrumento para a coleta das informações (dados)

Pesquisas semelhantes, como a de Diógenes (1998), evidenciam que a conversa é um dos melhores meios para obtenção das informações junto ao referido universo. As informações, posteriormente convertidas em dados, foram obtidas por meio de entrevistas semi estruturadas, as quais direcionavam a conversa em alguns aspectos, mas, igualmente, favoreciam a livre circulação da palavra, como já apontamos.

Nesse momento da investigação, o pesquisador, segundo Minayo (2000, p. 99), “deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e aprofundamento da comunicação”. Pensando nisso, buscamos estimular a fala dos jovens, fomentando relatos valiosos para atingirmos os nossos objetivos, além de

desviarmos nossa atenção de dados julgados irrelevantes, conforme as metas do estudo.

Assim, por meio da entrevista semi estruturada e das “conversas livres”, obtivemos informações sobre os seguintes aspectos:

- história de vida;
- motivos que os levaram a buscar o trabalho nesse ramo;
- atividades desenvolvidas, carga horária e salário;
- mudanças ocorridas na sua vida e na dos familiares, depois de terem começado a trabalhar no tráfico de drogas;
- grau de conhecimento e de julgamento dos familiares acerca da atividade desenvolvida por eles, bem como a postura que assumiam, diante deles;
- conhecimento de histórias trágicas acontecidas com pessoas próximas que estavam ou não envolvidas com o tráfico de drogas;
- pessoas admiradas e aspectos que julgaram importantes, na sua vida;
- histórico de situações violentas (físicas e psicológicas) sofridas por pessoas ligadas ao tráfico;
- desejo de mudança de atividade laboral;
- perspectivas e sonhos (projetos de vida) para o futuro.

3. Procedimento geral de coleta de informações (dados)

Para a coleta das informações, procedemos da seguinte maneira:

1º) entramos em contato com adolescentes que trabalhavam no tráfico de drogas. Cabe esclarecer que já realizáramos intervenções junto às Comunidades onde há *projetos* sócio-educativos, desenvolvidos para o atendimento dos adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e de vulnerabilidade social. Dentre eles, havia adolescentes que trabalhavam no tráfico de drogas e tal informação circulava entre crianças e adolescentes;

2º) nessas ocasiões, convidamos tais sujeitos para participarem do nosso estudo. Aproveitamos tais momentos, além disso, para oferecer todos os

esclarecimentos necessários (em consonância com as orientações do Comitê de Ética);

3º) ao aceitarem, agendamos, de acordo com eles, o melhor local e horário para que pudéssemos, primeiramente, solicitar autorização da família;

4º) em seguida, com a autorização do responsável, iniciamos as primeiras conversas, as quais versaram sobre aspectos que respondiam aos nossos objetivos, bem como sobre outros assuntos relacionados ao interesse dos adolescentes;

5º) no caso do adolescente que não demonstrou interesse em participar, mesmo com autorização do responsável, aceitamos a oferta da sua mãe para responder às nossas perguntas, de acordo com o que ela avaliava ser o pensamento dele. Vale dizer que, nesse caso, buscamos obter a autorização dele, para podermos usar as falas de sua mãe;

6º) o número de encontros necessários, para atingirmos os objetivos propostos, foram os seguintes: com José, tivemos quatro encontros, sendo que, em um deles, sua mãe estava presente; com Cláudio também realizamos quatro encontros (em dois, sua mãe estava presente); já com Wellington, fizemos dois encontros com sua mãe e, com Gabriel, nos encontramos somente uma vez;

7º) embora o nosso instrumento de coleta tenha sido a entrevista semi estruturada, fizemos observações julgadas relevantes para a consecução da investigação;

8º) uma vez obtidos os depoimentos, eles foram imediatamente escritos. Agimos dessa forma, já que o uso de qualquer instrumento (gravador, filmadora), no momento das entrevistas, poderia se constituir em risco para pesquisador e pesquisado.

4. Cuidados éticos

Conforme já frisamos, a presente pesquisa obedeceu às determinações da Resolução 196/96, do Ministério da Saúde, para a realização de pesquisas com seres humanos.

Nesse sentido, antes do início das conversas com os jovens, trabalhadores do tráfico de drogas eleitos para a presente investigação, os mesmos foram informados sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa. Após concordarem em contribuir, foram entregues a eles os *Termos de Consentimento Livre e Esclarecido*, para que somente aqueles que quisessem participar espontaneamente o fizessem, com a autorização dos respectivos responsáveis. Como já explicamos, o garoto que não participou concordou que a sua mãe nos desse a entrevista. Todos foram informados de que estavam livres para desistir, a qualquer momento, ou mesmo para se negarem a falar sobre algum assunto, aspecto que somente se configurou com Wellington.

Por se tratar de menores de idade e trabalhadores do tráfico de drogas, tais sujeitos foram indagados se sua segurança não estaria em risco, ao dialogar conosco. Cumpre repetir que já freqüentamos suas residências e Comunidades, para intervenções dos *projetos* sócio-educativos. Mesmo assim, por causa das conversas, fomos cuidadosos para não “fragilizar” ou colocar em risco a vida dos participantes-

A pesquisa obedeceu a critérios éticos que incluíram uma avaliação dos riscos e benefícios previstos para os atores sociais envolvidos. Submetê-los a qualquer ato degradante ou que viesse a lhes trazer sofrimento era inaceitável. Cabral Filho (2004) enfatiza que a investigação científica deve seguir “[...] o preceito hipocrático de não só buscar o benefício do paciente, mas também não lhe causar dano. Para isto, portanto, a integridade moral e o domínio dos métodos de pesquisa pelo investigador são dois fatores imprescindíveis”. Em consequência, o bem-estar do participante da pesquisa esteve acima do interesse da ciência.

5. Procedimento geral para análise das informações (dados)

De início, montamos uma “ficha” de que constavam informações básicas de identificação do participante, tais como: nome (fictício), sexo, escolaridade, composição familiar, situação econômica (ou *renda per capita*),

benefícios sociais de transferência de renda (Bolsa-Família, por exemplo), estado civil, prole e tempo de residência na comunidade.

Quanto à análise dos resultados, primeiramente, organizamos as informações, tendo por parâmetro os objetivos do estudo. Posteriormente, estruturamos outros dados coletados nas conversas e nas anotações de campo.

Segundo já observado, em pesquisas qualitativas, a subjetividade de cada ator envolvido é relevante. Considera-se que o pesquisador e o pesquisado têm seus próprios valores, os quais podem ser muito diferentes uns dos outros e das Comunidades em que vivem. Por isso, esse fator foi levado em conta, na análise dos dados. No entanto, buscamos não emitir julgamentos de valor (pelo menos para os sujeitos), pois não estávamos ali para isso, ou seja, não era o caso de orientar os jovens de como seria melhor agir, quanto à sua própria vida.

Creemos que, ao proceder dessa forma, respondemos ao objetivo principal de nossa proposta de estudo, a saber: como se articulam, na constituição subjetiva, o trabalho dos adolescentes no tráfico de drogas com a *função paterna*?

VI – RESULTADOS

1. Entrevistas

1.1 Aspectos da biografia dos sujeitos

1.1.1 A biografia de José (16 anos)

Principiamos as nossas conversas/entrevistas, pedindo para que ele contasse a sua história²⁹, desde o momento em que se lembrava da sua existência.

Ele soube, pela avó, que quando sua mãe tinha 12 anos de idade, à revelia de seus progenitores, fora morar com aquele que veio a ser o seu pai. Antes de José, ela tivera um filho que *não vingô* [sic]³⁰, isto é, morreu ainda quando era bebê. Dois anos depois, ela engravidou de José. Sem ter consciência do seu estado (que estava grávida), separou-se do pai dele. Segundo seu relato, ela agiu dessa forma, porque ele a agredia fisicamente e esta, mesmo quando ficara sabendo que estava grávida, não mudou sua opinião quanto à separação. Por causa disso, voltou a morar com os seus pais.

Quando José tinha seis meses de idade, sua mãe foi trabalhar fora e conheceu o atual marido, com quem se casou depois de transcorridos seis meses, portanto, quando José já estava com um ano de idade. Com essa pessoa, ela continuava casada até o momento da entrevista.

Em virtude do casamento, mudou-se da casa dos pais, para morar com o marido. Porém, sua mãe não deixou que ela levasse José, que passou a ficar sob os cuidados da avó, razão pela qual sua mãe decidiu residir próxima do filho e, assim, poder manter contato freqüente com ele.

Provavelmente, por esse motivo, José passou a considerar a avó como a sua mãe, a ponto de chamá-la assim. Quanto à mãe e aos tios, ele começou a chamá-los de irmãos. Esses seus “irmãos”, desde que se lembrava,

²⁹ Esclarecemos que a sua mãe estava presente, no momento do referido relato.

³⁰ As falas literais dos sujeitos estão em itálico e onde houver erros ortográficos foi usado “sic”.

sempre se envolveram com o tráfico de drogas e, especialmente um deles, que era o ídolo de José, foi morto pela polícia.

Segundo suas palavras, foi a partir do assassinato desse “irmão” (na realidade, tio) que ele iniciou sua vida no tráfico de drogas. Sua intenção, bem como a dos demais familiares, era *vingá a morte do irmão* [sic].

Apesar de concordar com a vingança, tanto a sua mãe quanto a sua avó buscaram utilizar justamente a morte do “irmão” (tio) como justificativa para que José não viesse a ingressar no mundo do tráfico, e acabasse tendo o mesmo destino trágico do seu tio querido. Elas chegaram, inclusive, a lhe dar vários conselhos. Contudo, todos foram em vão, pois José – com 12 anos de idade – começou, de fato, a trabalhar no tráfico de drogas.

Ela (a mãe biológica de José) tinha três irmãos, sendo ela a primogênita e a única filha. De acordo com José, a dinâmica familiar girava em torno da sua avó, porque, além do fato de ele morar com ela, ela era a *mais brava* e tinha mais saúde do que o seu avô (chamado, por ele, de pai). Este tinha problemas no coração e não gostava de ver as crianças sofrerem (inclusive, era precisamente ele quem mais lhe dava presentes, quando criança).

A educação de José ficou a cargo da sua avó. Ele a respeitava muito, a ponto de nunca lhe responder e de sempre buscar cumprir suas ordens. Acontece que, na prática, ele acabava não acatando todas as resoluções tomadas por ela. A propósito: esta nos pareceu ser uma característica marcante de José, que sempre dizia que acataria, mas terminava não cumprindo o prometido.

Além dele, sua mãe biológica teve mais dois filhos com o atual marido. Ele conta (distante dela) que, atualmente, sua mãe biológica parou de trabalhar no tráfico, permanece casada e se converteu ao protestantismo.

Ele nos expôs ainda que, se o seu pai biológico estivesse presente, provavelmente ele não teria seguido o caminho do tráfico, pois este poderia lhe ter dado conselhos, conversado mais com ele. Essa é também a opinião de sua mãe.

Todavia, reclama: *Ele nunca ajudô cum nada* [sic] [nunca ajudou com nada na criação do filho, financeira ou emocionalmente].³¹

José relatou o episódio em que, quando era *pequeno*, a avó paterna pediu à sua mãe biológica que o levasse para conhecer o seu pai. Foram duas vezes. Não o fizeram mais, pois a nova mulher de seu pai, na época, demonstrou não gostar da presença de José em sua casa – sem contar que a nova família do pai sempre acusava sua mãe biológica de ter engravidado para reatar o relacionamento com o seu pai biológico.

Em outras oportunidades, costumavam dizer que José não era filho legítimo. Nesse momento, sua mãe interrompeu o relato e completou: *Ele é a cara do pai dele, que nunca foi envolvido com coisa errada* [ele é muito parecido fisicamente com o seu pai, pessoa que nunca se envolveu com drogas ilícitas].

José, quando entrevistado pela primeira vez, em setembro de 2007, tinha 16 anos. Como salientamos, ele trabalhava no tráfico desde os 12 anos de idade. Começou a fumar maconha com 11 anos e ainda o fazia, na época das entrevistas. Essa era a única substância entorpecente utilizada por ele, que na sua visão, não era compreendida como droga. Ele a concebia como um calmante, diferentemente da cocaína e do *crack*³², por exemplo.

José já brigou muitas vezes com gangues rivais. Apesar disso, nunca conseguiram acertar um tiro nele. Sempre portava arma. Só não o fazia, quando ia desenvolver atividades no *Projeto*. Tinha três armas (uma 12, uma 357 e uma 9). Quando tinha que se deslocar, saía sempre com uma delas. Segundo suas palavras, já tinha matado quatro desafetos, além de ter ferido *um monte* [vários outros].

³¹ Buscaremos apresentar em alguns casos, entre colchetes, comentários aos relatos feitos pelos entrevistados. A nossa intenção é a de auxiliar a compreensão dos leitores, pois os sujeitos entrevistados costumam a fazer uso de gírias e termos que não costumam fazer parte sequer da linguagem coloquial.

³² Droga surgida no Brasil em 1988, desde quando seu consumo tem aumentado vertiginosamente. Foi originada da cocaína e causa efeitos parecidos ao seu uso por via intravenosa. Entretanto, a forma de usar o *crack* é diferente, sendo inalada com o auxílio de um cachimbo. Foi batizado com esse nome, porque a palavra “crack” imita o som emitido da combustão da cocaína, quando misturada com água e bicarbonato de sódio, transformando-a em “pedras” ou “balas” (FEFFERMANN, 2006).

Quando tivemos nosso último contato, José estava internado pela quarta vez, por tráfico. Ele tinha sido apreendido, porque estava portando 200 *balas de crack* [“pedras” de *crack*, cf. nota de rodapé]. Ele nos disse: *Marquei bobera, tava empolgado na festa da vila e marquei bobera* [sic] [Não tomei as precauções necessárias, pois estava empolgado com uma festa que estava ocorrendo no meu bairro].

Nas três vezes anteriores em que fora preso ficou internado provisoriamente, não ultrapassando, portanto, os 45 dias determinados pela Lei 8.069 (BRASIL, 2003). A razão para tais internamentos, além do tráfico e de formação de quadrilha, foi por furto.

1.1.2 A biografia de Cláudio (16 anos)

Assim Cláudio iniciou o relato de sua vida: *O pai que me criou, é meu padrasto e ele já morreu* [sic] [a pessoa que me criou/educou foi meu falecido padrasto]. Este era o pai biológico de suas duas irmãs (ambas mais velhas do que ele).

Sua mãe lhe contou que ela e seu padrasto estavam separados, quando ela engravidou de Cláudio. Na época, seu pai já tinha se casado com outra mulher. Logo depois, ainda grávida, reatou seu relacionamento com o ex-marido (o padrasto a quem ele se refere como pai), com quem ficou até Cláudio completar 13 anos de idade. A mãe afirmou que Cláudio se parecia muito com seu pai biológico, o qual era jovem e muito bonito (realçou bastante essa característica).

Contou que vira seu pai biológico, a pedido do próprio pai, poucas vezes. Não entrara em contato com ele outras vezes, porque a sua mãe não deixou mais. Ela argumentava que a esposa de seu pai demonstrava não aceitar a presença de Cláudio, em sua casa. Ainda conforme o seu relato, seu pai tinha um trabalho formal. Cláudio não se lembrava de nada em relação ao pai biológico, a não ser o que a mãe havia lhe contado.

Do padrasto lembrou que ele fez o muro de sua casa e pintou o portão. Recordou-se de uma vez ter apanhado de cinta dele e ter sido repreendido quando ia à sua casa (e acabava mexendo em suas coisas, a ponto de desmontar o seu rádio). Isso tudo ocorreu, cabe informar, quando eles já não moravam mais juntos, evidenciando, que a relação foi mantida, mesmo após a separação dele com sua mãe.

Ainda que tenha mantido um bom sentimento pelo padrasto, entendia que sua mãe foi quem lhe ensinara tudo o que sabia. Quanto à educação que sua mãe teve de seus avós, revelou saber que ela morava no sítio e que apanhava de *couro de boi* [espécie de chicote feito com tiras de couro de boi trançadas], escolhido por ela própria e seus irmãos, quer dizer, os pais dela pediam que escolhessem com qual *couro de boi* queriam apanhar.

Cláudio avaliou que sua mãe lhe deu boa educação. Entretanto, disse que, se o seu pai estivesse presente, tudo seria diferente, porque aprenderia mais, seria mais obediente: *Pai é mais pá, né?![sic]* Perguntamos o que significava ser “mais pá” e ele respondeu: *Ah, pai é mais bruto, fazia eu obedecê [sic] [pai é mais bravo e por isso eu o obedeceria mais].*

Apesar disso, citou um amigo que morava com o pai e a mãe, e era justamente ela a pessoa mais brava, além de trazer os filhos para casa, quando estavam na rua. Segundo suas palavras: *Ela que cuida, o pai num fala nada [sic]* [quem cuidava dos filhos era a mãe, mesmo o amigo tendo pai. Este era uma pessoa que praticamente não auxiliava na educação dos filhos].

Esse garoto, mencionado por Cláudio, era irmão de um amigo seu, assassinado pelos policiais recentemente, provavelmente em decorrência do seu envolvimento com o tráfico de drogas e roubo.

Cláudio revelou sua vontade de ser pai, pois gostava de brincar com as crianças da vizinhança. Sua mãe interferiu nesse momento e argumentou que ele não poderia ser pai, visto que não tinha paciência e já havia maltratado muito uma de suas netas (sobrinhas dele). Ele se defendeu, frisando que com as crianças da rua ele se dava bem e que gostava de *brincá, mas cuidá... nem de*

mim eu cuido! [sic] [gostava de brincar, mas não de cuidar, pois não conseguia sequer cuidar de si mesmo].

Salientou que, para fazer seu filho obedecê-lo (quando o tivesse), buscaria *conversá, si precisá vô dá uns puxão de ôreia, tem que multá, pra logo obedecê, desde criança* [sic] [buscaria conversar e, se ele julgasse necessário, faria uso do castigo físico e de outras formas de punição]. Pedimos para ele explicar o que quis dizer com “multar” e respondeu: *Ah, que nem de trânsito, sabe?*

Disse que seus pais não chegaram a ficar juntos. Apenas se encontraram uma vez. Por ter *sofrido* com o primeiro marido (o padrasto de Cláudio), a mãe não quis casar-se com ele, mesmo grávida. Segundo ela, marido *mais atrapalha du que ajuda, antes só que mal acompanhada, ele não era muito de trabalhá* [sic] [marido mais atrapalha do que ajuda. Por isso, prefiro ficar sozinha, mesmo considerando o pretendente trabalhador]. Afinal, era ela quem fazia tudo: trabalhava, cuidava dos filhos e trazia dinheiro para casa. Separou-se dele *quando num deu mais* [sic]. Acrescentou que ele era bem mais velho de idade do que ela, tanto que, no momento da entrevista, o homem já tinha um filho de 40 anos.

Sobre esse filho, o qual encontrava-se preso, o rapaz nos informou que era hábito ele escrever à mãe de Cláudio (que, como se observou, não era a sua mãe), para ela *levá as coisa* [sic] [levar, na cadeia, cigarro, produtos de higiene, entre outros]. Mesmo diante dessa situação, ela garantiu que costumava se desfazer das correspondências, sem ao menos lê-las (até mesmo porque ela era analfabeta e quem as lia, para ela, eram os seus filhos).

Com esse homem, teve quatro filhas, todas *no susto* [todas sem planejamento], pois achava que não devia engravidar, devido às dificuldades financeiras. Entretanto, sempre quis ter um menino e ele – Cláudio – só foi concebido na quinta gestação, quando já estava separada desse marido. Ela não soube explicar o desejo de ter um menino. Apesar disso, contou que tivera 11 irmãos e sua mãe falecera, após complicações decorrentes do parto de seu irmão

caçula. Ela tinha 12 anos. Aos dez havia saído da casa dos pais, para trabalhar na casa de uma família, onde passou a morar. Dali não voltou mais para o antigo lar.

Não há pessoas na família envolvidas com atividades ilícitas. Quando foram morar no bairro onde residem atualmente, em sua opinião, ele não era perigoso como estava nos dias atuais (cheio de *maloqueiros*). O garoto lembrou, ainda, que sequer as ruas eram asfaltadas.

Quando Cláudio foi preso pela primeira vez, aos 14 anos, uma irmã sua bebia muito e *judiava* [maltratava] das crianças (filhas dela). Por esse motivo, ao sair do Centro Sócio-Educativo, sua mãe o tinha levado para residir em uma cidade vizinha, onde morava sua irmã. Ela compreendia que lá ele aprenderia a desempenhar atividades relacionadas à vida no campo. Porém, ele acabou voltando para a casa da mãe – depois de transcorridos dois meses – e para o exercício de atividades julgadas ilícitas.

Usava maconha desde os 12 anos, desconsiderando que isso fosse um problema. Relatou que se sentia bem mais tranqüilo, quando estava sob o efeito dessa substância. Não usava *crack*, pois, para ele, *quem usa acaba cum tudo, consome tudo que tem* [sic] [quem emprega tal droga, acaba por perder todos os bens materiais e imateriais, culminando na perda da própria vida].

Após ingressar nessa atividade ilícita, sua relação com a mãe piorou muito, de acordo com sua avaliação. Eles passaram a se desentender e a brigar muito, a tal ponto que moradores do bairro chegavam a se afastar quando ele chegava, além de proibir que as crianças ficassem próximas dele.

Cláudio afirmou que gostaria de *voltá a sê criança. Eu ia mudá tudo, num ia repeti os memo erro* [sic] [voltar a ser criança, pois então buscaria mudar tudo, ou seja, não repetir as mesmas situações erradas que cometera]. Para resistir a esse mundo sedutor do crime, afirmou que iria ficar na escola, porque hoje só vê *decepção e morte* – e frisava que pensava assim, porque um de seus grandes amigos tinha sido assassinado havia uma semana. Diante da tragédia (toda a comunidade, inclusive ele, sentira muita dor por essa perda) ele teria tentado parar com a atividade ilícita e mudar de profissão, porém, por necessidade financeira, acabou voltando a trabalhar na venda de drogas.

Na ocasião de uma de nossas conversas, contou um sonho que tivera naquele dia, o qual o fez acordar assustado: estava andando na rua, quando viu *uns cinco cara assaltano. Chegô a viatura da Choque, com as arma e mandando deitá nu chão cum a mão na cabeça!* [sic] [cinco pessoas cometendo um assalto. Foi nesse instante que uma viatura da Polícia de Choque chegou e exigiu que todos deitassem no chão e colocassem as mãos na parte occipital da cabeça]. Segundo ele, a intenção dos policiais não era de matá-los. Contudo, depois eles mudaram de opinião e afirmaram: *Esses cara num é digno de viver, não* [sic] [tais pessoas não são dignas de permanecerem vivas] – e saíram atirando em todos. Quando acordou e pensou em si mesmo, lamentou: *Ai, ai, ai...* [será uma premonição?]. Por causa disso, foi ter uma conversa com um pastor sobre o sonho e este o alertou ser, o sonho, um aviso de que deveria repensar sua “escolha profissional”, pois estava arriscando sua própria vida e a das pessoas que amava (mãe, irmãs e sobrinhas).

Cláudio relatou ainda que outro morador de seu bairro ficara zombando dele, dizendo: *esse rapaz só vai na igreja, porque existe o inferno e ele tem medo, senão num ia, não* [sic]. Perguntou-nos: *Cêis acha que Deus num tá escutano isso?* [sic] [Vocês duvidam de que Deus não está ciente de todos esses aspectos?] Sua formação religiosa, conforme se lembrava, aconteceu quando sua mãe o levava para a casa da sua tia, onde freqüentou uma igreja evangélica, chegando até a aprender um pouco a tocar violão.

Disse que sua mãe, inclusive, estava freqüentando a igreja evangélica e suas sobrinhas cantavam num coral. Concluiu que era lá o local onde ofertavam aulas de música, para as quais ela já o havia convidado a participar.

Nesse momento, sua mãe lembrou que naquele dia haveria um culto em frente à sua casa, circunstância que a fez convidá-lo a participar. Ele nada respondeu, permanecendo em silêncio. Vale dizer que, antes de ele chegar, a mãe já havia relatado que Cláudio andara fazendo perguntas *sobre o inferno, coisas assim* [coisas dessa natureza].

Ele costumava compor letras de *rap* e, em uma das entrevistas, cantou uma dessas músicas (não de sua composição): era um *rap* que falava da

relação do rapaz com a sua mãe. Pedimos a letra dessa música e de qualquer outra, que fosse de sua autoria. Ele prometeu que nos traria, mas tal fato não ocorreu.

1.1.3 A biografia de Wellington (13 anos)

De acordo com sua mãe, o pai de Wellington foi o seu terceiro marido. Ela nos disse que “sofreu” muito com os dois anteriores, que realizavam atividades criminosas, como roubar e matar (ambos já falecidos, inclusive um deles assassinado).

O pai de Wellington era trabalhador (exercia trabalho formal) e não sabia que ela era usuária de drogas, quando começaram a se relacionar amorosamente. Quando soube, aconselhou-a a *largar* o vício. No entanto, ela não o fez. A única mudança se deu em relação à exposição do uso das drogas, isto é, passou a usar com mais cautela, para não ser vista por ele. Na terceira vez que a flagrou, ele rompeu a relação com ela. Não relatou se, nessa época, estava grávida de Wellington ou se ele já tinha nascido. Porém, continuou o seu relato com a descrição das condições do nascimento do menino: *depois que a bolsa estorô ainda fiquei três dia cum ele na barriga! Ele nasceu na marra, cum um kilo e poco. Era feio. Ficô na incubadora e eu ia lá brincá cum ele. Eu tinha muito leite. Cum 28 dias ele veio pra casa. Chego aqui e tudu mundo falava que ele num ia vivê, até o pai dele falô!* [sic].

Depois do nascimento de Wellington, ela ainda teve mais um relacionamento, do qual proveio outro filho (aproximadamente seis anos depois de Wellington nascer). Não quis morar com esse novo rapaz, pois *ele era noivado* [sic] [noivo] Contou, ainda, que, ali *num póde arrumá otro* [marido] *pur que tem que respeitá us cara.* [sic]

Explicou-nos que só se amasiou com o pai de Wellington, porque os seus outros dois ex-amásios estavam mortos. Caso contrário, não poderia, devido às regras do bairro (explicaremos tal regra, quando dissertarmos, mais adiante, sobre “as mulheres no tráfico”). Entre o nascimento de Wellington e o de seu

irmão mais novo, ela foi presa, tendo sido encontrada em uma casa vizinha, com grande quantidade de drogas. Alegou que o material não era dela, saindo da cadeia após dois meses.

Ao chegar ao bairro, tinha uma faixa pendurada na rua, desejando-lhe boas vindas. Wellington conseguiu sobreviver ao nascimento difícil e quase morreu de novo, ao levar um tiro de raspão, num confronto no bairro, aproximadamente aos seis anos de idade. Depois disso, ela passou a poupá-lo de algumas atividades físicas, por recomendação médica.

A criança freqüentou a escola até a terceira série, todavia sem concluí-la. Justificou o abandono dos estudos formais, porque não queria mais ir à escola no período diurno, pois se considerava muito grande de estatura, comparado às demais crianças da sua sala de aula (havia reprovado alguns anos). Segundo a mãe, ele ia aguardar completar 14 anos de idade e, então, pretendia voltar a freqüentar a escola com ela, no período noturno.

Ele não consumia drogas, sequer tomava bebida alcoólica. De acordo com ela, é por isso que os *patrões* gostavam dele. Quanto ao seu *hobby*, ela revelou que *é fanático por jogo de bola*, mas ela nunca o colocou para treinar, por causa do acidente na cabeça.

1.1.4 A biografia de Gabriel (12 anos)

Gabriel era conhecido há bastante tempo pelos funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social. Ele tinha um irmão dois anos mais velho do que ele (na época da entrevista preso no Centro Sócio-Educativo, por ter sido flagrado roubando nessa mesma avenida³³ em que encontramos Gabriel). Ambos eram usuários de maconha e *crack* e viviam na rua. Segundo um serviço da assistência social que os atendia com freqüência (projeto municipal de abordagem e atendimento de pessoas que viviam na rua, em situação de mendicância ou exploração do trabalho infantil), eles buscavam se protegerem.

³³ É uma avenida com comércio e edifícios de alto padrão.

Os irmãos já foram abrigados várias vezes, mas não aderiam a essa medida protetiva, preferindo viver nas ruas. Não podiam voltar ao bairro onde sua mãe morava, pois roubaram um botijão de gás de um morador, ato condenado pela Comunidade e penalizado com sua expulsão.

Sua mãe também não os desejava em casa, uma vez que se casou com um homem o qual *prefere não ter problemas*. Ela abandonou a casa que “ganhou” de um projeto municipal e foi residir em outro bairro, com o companheiro. De acordo com relatos dos assistentes sociais que acompanhavam a família, a convivência do casal não era muito boa, tendo já o referido marido agredido a mulher fisicamente. Além disso, o irmão de Gabriel prometeu matá-la pela escolha que fez (deixá-los por causa do novo companheiro), o que reforçava o desejo de ela não ficar com eles.

Apesar desse discurso, quando eles necessitavam de ajuda, iam até a sede do serviço antes mencionado. Lá, além de receberem o auxílio buscado (alimentação, higienização, encaminhamentos para um abrigo ou serviço da área da saúde), aproveitavam para pedir que entrassem em contato com sua mãe, para saber se ela estava bem. Ressentiam-se de ela não querer ficar com eles, mas, ao mesmo tempo, demonstravam preocupação com ela.

A mãe já foi ameaçada de ser presa, por negligência. No momento da entrevista estava cumprindo medida judicial determinada pela Vara da Infância e Juventude, de prestação de serviços à comunidade. Depois desse fato, solicitou às assistentes sociais que retirassem Gabriel de sua composição familiar, no cadastro da família. Não sabemos se ela também pediu para tirar seu irmão, tampouco as razões que a levaram a ter tal atitude.

Seus filhos nunca chegaram a ficar um mês consecutivo na casa-abrigo. A última tentativa havia sido há três meses. Logo após se evadirem, foram detidos com a acusação de terem jogado solvente no rosto de um comerciante da avenida onde costumavam permanecer. Alegaram estar junto com quem fez isso, mas negaram terem sido eles os autores de tal ato.

Gabriel esteve na delegacia várias vezes, porém nunca foi preso porque não tinha idade³⁴ (na época da entrevista, havia acabado de completar 12 anos). Além disso, ele era bem pequeno, o que dava a impressão de ser ainda mais novo. Quanto ao seu irmão, apanhou muito da polícia nessa apreensão, segundo a técnica responsável por ele, no Centro Sócio-Educativo. Por essa razão, garantiu que vai matar os policiais que fizeram isso.

Ficamos sabendo da fama de Gabriel de ser “contador de histórias”. Igualmente, tomamos ciência de que o seu irmão costumava ter um discurso mais violento do que efetivamente uma prática correspondente (apesar de mais velho, era considerado mais ingênuo do que Gabriel).

Este afirmou que começou a fumar maconha aos cinco anos de idade: *cum cinco anos já colava na banca fumano* [sic]. Pedimos para que ele explicasse com outras palavras a expressão utilizada. Ele “traduziu” a fala: *colava cum os ladrão e fumava maconha* [ficava próximo de ladrões e aproveitava-se da situação para fumar maconha]. Depois, passou a roubar para ter dinheiro e comprar sua droga. Posteriormente, iniciou o trabalho no tráfico de drogas, de sorte a obter dinheiro e atingir o mesmo objetivo: comprar drogas, além de roupas e sapatos.

De acordo com seu ponto de vista, entrou para *vida do crime* por causa de sua mãe. Quanto à casa-abrigo, pronunciou-se assim: *num gosto do abrigo, ficá dependente do governo, de nada, educador jogá na cara, qué que fique lavano loça, limpano chão* [sic] [não gosto da Casa-Abrigo, pois não quero ficar dependente do Governo ou de qualquer outra pessoa ou entidade. Além disso, quando fico na Casa-Abrigo, sou obrigado a realizar vários serviços domésticos, coisas que não gosto de fazer] é regra no abrigo que todos devem ajudar com o serviço da casa.

³⁴ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, depois de verificada a prática de ato infracional, somente os adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) podem receber as medidas sócio-educativas. Estas podem ser: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 2003, art. 112).

Nesse momento passaram dois cegos com bengalas e ele falou: *eu ajudo eles a atravessá a rua, sabia? Os cara tamém qué tacá pedra neles, mas eu ajudo e num deixo tacá pedra* [sic]. Segundo ele, ninguém o ensinou a agir assim. Ele atribui a sua capacidade de generosidade a um poder divino. É por isso que, interpelado sobre quem lhe teria ensinado essa atitude, responde: *Ninguém... Deus.*

1.2 Primeiro emprego e algumas regras do trabalho no tráfico

1.2.1 José

Como dissemos, ele iniciou seu trabalho no tráfico de drogas *pra cobrá a morte do irmão*³⁵ [sic] [com a intenção de vingar a morte de seu tio], o qual morreu assassinado pela polícia. Ele julgava que esse ato fora injusto, pois – apesar de ele ter fugido, quando abordado – não encontraram nada com ele, ou seja, o seu irmão não portava drogas e tampouco algum tipo de arma. Acrescentou ainda que o policial, autor dos disparos, freqüentava diariamente a *vila* (o bairro) e todos os dias lhe cobrava R\$ 50,00 reais (cerca de 16 euros)³⁶ para que ele não fosse preso, por estar realizando atividade ilícita (tráfico de drogas).

Seu primeiro trabalho foi como *boléia*, isto é, ele buscava e entregava quantidade considerável de droga; diferentemente da maioria dos iniciantes, que começam a atividade profissional, no ramo, como *campana* (designação para quem exerce a função de vigia). Somente depois, alguns chegam a exercer a função de *boléia*.

José começou buscando 1.500 papelotes de cocaína em sua própria cidade, local em que ele também os comercializava. Depois, ele passou a buscar a droga diretamente no Paraguai. Na época da entrevista, ele já tinha sido promovido à função de *gerente da boca* do seu bairro e de outro, localizado em uma cidade vizinha.

³⁵ A pessoa a que José se refere como irmão, na verdade era o seu tio.

³⁶ Valor de outubro de 2008. (€ = 3,125).

Esclarecemos que o *gerente* é a pessoa responsável por cuidar do estoque, recolher e repassar o dinheiro da venda da droga para o superior imediato (*patrão*).³⁷ Seu salário, na época – por menos de uma hora de trabalho diário –, era de aproximadamente R\$ 7.500,00, ou seja, 2.400 euros por mês.³⁸

A “empresa” (no caso dele, quase uma empresa familiar, pois vários membros de sua família trabalhavam nela) prestava serviço ininterruptamente. Para os *boléias*, havia dois turnos de trabalho: das 7h às 19h e das 19h às 7h. As regras para o trabalho, além da exigência do cumprimento do horário, eram a de abordar os carros que parassem próximos deles, observar se quem estava no carro tinha comportamentos suspeitos (por exemplo, típicos de um policial ou de um investigador disfarçado). Em caso negativo, sua função se restringia a verificar qual o “produto” desejado e em que quantidade. Além disso, solicitavam aos clientes que dessem “uma volta” e retornassem depois de alguns instantes, enquanto eles iam buscar a mercadoria, somente entregue mediante o pagamento previamente combinado.

Outra regra era jamais dizer onde, quando e com quem tinham adquirido o produto. Se eles não cumprissem as regras, primeiramente *leva[va] uns tiro nas perna* [sic] [eram penalizados com a disparos de projéteis de armas de fogo nas pernas]. Caso continuassem as descumprindo, eram mortos. Era também norma³⁹ o pagamento estipulado da droga adquirida, podendo vendê-la pelo valor que quisessem. Geralmente, eles aplicavam margem de lucro de 50% sobre o valor de compra na *boca*.

A idade do “contratado” não era exatamente uma regra, mas geralmente se preferiam garotos mais velhos, ou seja, com mais de 12 anos. No entanto, conforme soubemos, havia um garoto de nove anos que já estava trabalhando como *campana*, tendo demonstrado *ser bom* para isso. José, contudo, entendia que esse menino ainda era muito imaturo.

³⁷ Basicamente, a hierarquia ali é *campana*, *boléia*, *gerente* e *patrão*.

³⁸ Valor de outubro de 2008. (€ = 3,125).

³⁹ Estamos, fundamentados em comunicação verbal com o Prof. Dr. Nelson Pedro da Silva, de modo a tomar como sinônimo os termos “regras”, “normas” e “valores”.

O dinheiro juntado era usado para pagar as despesas da casa. Assim, podia poupar a sua avó de determinadas despesas, sugerindo que ela guardasse o dinheiro que ganhava (também obtido no tráfico). Ele sustentava igualmente a família do “irmão” (outro tio) que estava preso. Quanto ao restante do seu salário, ele gastava *festando* e comprando roupas, acessórios, presentes, dentre outros produtos.

José relatou que sua vida mudou após sua entrada no tráfico de drogas, já que começou a usufruir diversas regalias, até então impensáveis, como comprar o que quisesse, poder ir aos lugares que nunca tinha ido e ser mais respeitado, não só ali na vila, mas na cidade inteira.

1.2.2 Cláudio

Seus primeiros contatos com o tráfico de drogas se deram *quando comecei a vê como era o mundo e a matá aula, era massa andá cum us cara envolvidu, eles eram maior e ninguém vinha mexê com a gente* [sic]. Sentia-se protegido por eles. No momento da entrevista, já não havia mais nenhum deles no bairro: *Alguns tão presu, outros morto e outros trabalhano* [sic] [alguns foram presos e estão cumprindo pena, outros colegas foram mortos e os demais estão trabalhando (trabalho formal, ou seja, mudaram de vida)].

Contou também que *esses cara ficava na rua até tarde, podia andá pra qualqué lugar, tinha uma danceteria, que hoje fechô por que lá morreu muita gente, que, se não fosse eles, eu não podia entrar. Lá foi a primera vez que vi um cara baleado. Depois disso dei um tempo... Depois acabei voltano. Hoje na turma é só os menor memo* [sic] [que seus colegas ficavam na rua o quanto eles quisessem. Eles podiam freqüentar qualquer lugar e, por causa deles, permitiam que eu entrasse em uma danceteria (atualmente desativada). Foi inclusive nesse local que vi, pela primeira vez, uma pessoa baleada. A cena me provocou tamanho impacto que por algum tempo deixei de “andar” com tais colegas]. Foi assim que começou seu envolvimento com a criminalidade.

Contudo, ele começou a trabalhar realmente no tráfico de drogas com 14 anos de idade. Tentou, antes, trabalhar como jardineiro. Porém, logo desanimou em razão de ter considerado que era um *serviço pesado*. Raciocinou, por conseguinte, que para conseguir outro trabalho teria que voltar a estudar e isso *demora muito*, mesmo no supletivo. Como queria ter dinheiro logo, para comprar suas coisas e presentear a namorada, conversou com o pessoal que ficava pelas ruas do bairro, conseguiu uma quantidade da droga e começou a vender.

Vendia *crack* e maconha, mas ganhava dinheiro mesmo com o *crack*. Revelou já ter vendido cocaína. Todavia, parou de comercializá-la em razão de, segundo ele, ser uma droga cara e a preferida pelos policiais, portanto, havia mais risco de perder a droga para a polícia, como já havia lhe acontecido.

Foi preso pela primeira vez logo no início de sua “carreira”, ainda com 14 anos (em 2006), por assalto (artigo 157 do *Código Penal Brasileiro*) e por tráfico (antigo *artigo 12*, mencionado por ele). Na segunda e na terceira vez, foi por tráfico. Nas duas últimas vezes (setembro/2007 e janeiro/2008, respectivamente), ficou pouco tempo apreendido. Assim que saiu do internamento, retomou suas atividades anteriores, ou seja, voltou a comercializar drogas ilícitas.

Ganhava em média 50 reais ou 16 euros por cerca de 13 horas diárias⁴⁰, quer dizer, aproximadamente 600 reais ou 192 euros por mês. Isso significava que ele estava na labuta todo o horário em que permanecia acordado, todos os dias da semana, mesmo nos feriados. Além de vender, era ele mesmo quem fazia a mistura para produzir o *crack*. Disse que, se quisesse parar de trabalhar no tráfico, poderia fazê-lo, uma vez que ali era ele *quem mandava*. Todavia, ele não tinha esse desejo: *Quero vê quem vai me fazê pará* [sic].

Usava seu dinheiro para comprar coisas para ele e a namorada. A mãe quase não aceitava sua ajuda em casa, ou seja, ela tentava resistir. Entretanto, em momentos de maior necessidade, acabava aceitando e fazendo “vista grossa” quanto à origem do dinheiro.

⁴⁰ Valor de outubro de 2008. (€ = 3,125).

Em relação ao seu contato com as armas de fogo, Cláudio relatou que, certa vez, comprara um revólver calibre 38, o qual já tinha perdido para a polícia. No momento da entrevista, disse não ter mais arma de fogo.

1.2.3 Wellington

Segundo sua mãe, ele começou a trabalhar no tráfico de drogas porque queria dirigir carro e moto, assim como os meninos envolvidos com o tráfico faziam (nesse bairro, é muito comum crianças e adolescentes andarem motorizados). Ao ter atingido seu objetivo de aprender a guiar veículos automotivos, parece que perdeu o interesse em continuar no trabalho do tráfico. Ainda segundo o depoimento de sua mãe, com esse tipo de atividade, ele satisfazia outro desejo seu, qual seja, comprar roupas.

Ela disse que ele era econômico e costumava guardar seu dinheiro. Quando gastava, era com jogos de computador, além de ter adquirido um aparelho de DVD e gostar de assistir a filmes violentos (troca de tiros, combate, *matano polícia, essas coisa* [sic] [assassinato de policiais, dentre outros do gênero]).

Ela não gostava de aceitar o dinheiro dele para pagar suas despesas. Conforme suas palavras, não queria incentivá-lo, nem demonstrar que estava dependendo dele. Enfatizou: *pra não incentivá ele, num dá o braço a torcer, mas uma vez aceitei, tava precisano.* [sic]

Confessa que a sua postura em relação ao dinheiro dos patrões era diferente. Nesse caso, ela o aceitava. Tanto é que eles lhe compraram material escolar de primeira qualidade e botijão de gás. Mesmo assim, ela evitava lhes pedir favores; do contrário, eles também lhe pediam, por exemplo, para guardar droga em sua casa.

Wellington trabalhava como *campana* no tráfico de drogas, e seu horário era das 7h da manhã às 19h. No momento da entrevista, era o segundo ano que estava sem estudar, além de não freqüentar mais o *Projeto*.

1.2.4 Gabriel

Entrou para essa vida – do crime – por causa de sua mãe. *É por causa da mãe que faço isso, ela me pounhou na rua* [sic] [me colocou para fora de casa]. *Ela é chata memo* [mesmo], *prefere o marido que nós* [sic]. Acho que ela *qué vê eu a sete palmo da terra* [sic] [Acho que ela quer que eu morra].

Ele trabalhava no tráfico para ter seu próprio dinheiro e, com isso, comprar sua própria droga, além de suas roupas e de seus sapatos. Teria começado quando uma pessoa, na rua, veio lhe oferecer vaga para vendedor de drogas, época em que ele tinha apenas seis anos de idade. Segundo suas palavras: *robei* [roubei] *a mão armada pra tê* [ter] *dinhero pra comprá 10 grama de nóia* [sic][crack, que é também chamado assim pelo efeito psicológico que causa: paranóia]. *Bati* [desfiz as “pedras” de crack], *vendi e fiz um e oitocentos* (R\$1800,00, ou 576 euros⁴¹) *Então fumava maconha e vendia pros boy daqui do centro. Eles falava: “Ô, menor, cê* [você] *num tem uma maconha aí, não?* [sic]

Conta ainda que a cidade estava sem maconha, pois tinham sido apreendidos muitos quilos, recentemente. Para seu próprio consumo, ele possuía, porque tinha suas artimanhas, de acordo com suas palavras: *Faço as minha correria* [sic] [eu tenho vários contatos que me fornecem a droga, se um não tem, “corro” atrás de outro]. Disse que ganhava de 1.000 a 3.000 mil reais por mês (cerca de 320 a 960 euros), a depender do movimento. Somente traficava para ter dinheiro e não tinha pretensões de ser “dono de boca”, *pra num tomá tiro* [sic] [pois não queria correr o risco de perder a vida].

Ele também ajudava a mãe com a renda que conseguia. Afirmou que ela sabia o que ele fazia para ganhar esse dinheiro.

Após começar a trabalhar com isso, sua vida mudara, porque passou a ter *mais treta e maldade* [sic]. Não soube, ou não quis explicar mais sobre essas “tretas e maldades”, porém imaginamos que signifique que ele aprendeu formas de se defender na vida no crime e na rua, ou seja, deixou de ser ingênuo, de modo a não ser mais enganado. Alegou ter um revólver 38, com mira *laser*.

⁴¹ Valor de outubro de 2008. (€ = 3,125).

1.3 Quando eu crescer quero ser como ele

1.3.1 José

Quando indagamos quem ele admirava, inicialmente nos perguntou: *É quem eu quero sê qui nem ele, sê ele assim?* [sic]. Dissemos que sim e, então, ele respondeu: *O Bin Laden. Mó massa [Super legal] sê terrorista, quiria sê terrorista...ele derrubô as torre, tudu mundo viu, ficô falano e disse que vai derrubar uma outra...*[tentou dizer que ia derrubar a torre Eiffel]. *Cê viu as gravação dele escundido debaixo da terra?* [sic]

José gostaria também de ser piloto de avião: *É mó massa!* [sic] [é super legal, emocionante]. Todavia, relatou que já foi reprovado muito na escola e não dá mais (para voltar a estudar). Insistimos que dava, não importava que tivesse sido reprovado. Ele arregalou os olhos, como quem diz “Será?”, mas pareceu não acreditar ser possível. Perguntou-nos: *Cêis já andô de avião?* [sic] [você já viajaram de avião?] Respondemos afirmativamente e perguntamos se ele não acreditava ser capaz de realizar tais sonhos, se não se achava inteligente. Disse que os outros falavam que ele era inteligente, porém não sabia, achava que não dava – e riu.

1.3.2 Cláudio

Segundo seu relato, quando mais novo, ele admirava um jovem, também morador do seu bairro, mais velho do que ele cerca de dez anos. Era um *cara envolvidu, eles eram maior e ninguém vinha mexê com a gente* [sic] [era uma pessoa que trabalhava para o tráfico de drogas, adulto, com musculatura desenvolvida e respeitado no bairro. Por isso, quem andava com ele era igualmente respeitado ou temido], com quem começou a andar por volta dos dez anos de idade. De acordo com ele, foi *quando comecei a vê como era o mundo e a matá aula* [sic]. Esse rapaz era respeitado pelas crianças, pelos jovens e pelos adultos envolvidos em atividades ilícitas, sendo temido pelos outros moradores do

bairro. Cláudio sentia-se protegido por ele e, além disso, valorizava o fato de ele poder andar pelas ruas até tarde da noite e freqüentar bares e boates. Quando passou a andar ao seu lado, conseguiu fazer tudo o que ele fazia (inclusive envolver-se com a criminalidade). Esse rapaz morreu assassinado pela polícia, num confronto ocorrido no bairro, antes de completar 25 anos de idade. Nesse aspecto, Cláudio disse que, por “sorte”, ainda não está como ele (morto).

Antes disso, quando freqüentava a escola e era criança, *pequeno, queria sê cientista, mas us professor falava que tem que estudá muito... que num era fácil sê cientista, cientista que viaja para a Lua* [sic] [quando criança, nutria o sonho de ser cientista. Acontece que professores falavam que, para isso, ele tinha que estudar muito, além de não ser fácil o exercício desse ofício]. Logo desistiu de seu sonho, de acordo com o que parecia ser o desejo de seus professores. Depois desse sonho e do de ser igual ao seu amigo morto pela policia, não conseguiu criar novos projetos de vida.

Chegamos a investigar como imaginava que estaria dali a 10 anos e Cláudio respondeu que só queria estar com sua mãe.

1.3.3 Wellington

Conforme sua mãe, um sonho que ele tinha era o de *ter um quarto só pra ele, bem arrumado, pra podê jogá dinheiro no chão, na cama, um monte! E fala que vai deixá trancado pros irmão não entrá* [sic].

1.3.4 Gabriel

Seu sonho era o de ser jogador de futebol da seleção, ser cantor de *rap*, sair do mundo da criminalidade, morar em um prédio luxuoso e com espaços amplos, ter dinheiro *pra caraio, pra até limpá a bunda com dinheiro, pra falá: vô comprá aquele carro. Não, num é esse que quero, quero aquele!* [sic]. Apesar disso, disse não ter desejo de ser poderoso, *ninguém tem poder, quem tem poder*

é *quadrado*. Perguntamos sobre o que significava esse termo, mas ele não soube ou não quis explicar.

1.4. A mulher no tráfico

1.4.1 José

As mulheres, segundo depoimento de José, também eram contratadas pela indústria do tráfico, em seu bairro. Todavia, diferentemente dos homens, elas costumavam trabalhar “na cozinha”, isto é, no local de preparo (mistura) e de embalagem da droga.

Nota-se que eles são extremamente rígidos quanto a esse e outros aspectos. Por exemplo, depois de a mulher ter tido um relacionamento estável com um deles, ela não pode mais ter outro companheiro.

Por sua vez, os homens podem estabelecer novos relacionamentos afetivos, enquanto a mulher é compreendida como alguém que passa a ser eternamente propriedade do ex-companheiro, mesmo ele não querendo mais se relacionar com ela.

Salientamos a exigência de que todas as mulheres, envolvidas ou não com a indústria do tráfico, deviam propiciar os cuidados básicos aos filhos (alimentação, higiene, moradia e frequência aos bancos escolares). Eles agiam assim, provavelmente, não só por uma concepção acerca do papel da mulher, mas porque as crianças – quando não cuidadas – ficavam circulando pelas ruas e, em decorrência, acabavam por prejudicar o comércio de drogas.

1.4.2 Cláudio

Em sua Comunidade, se as mulheres quisessem traficar, também poderiam. Lá, não havia regras organizadas quanto ao trabalho, muito menos restrições por gênero.

Na verdade, ele morava em uma Comunidade menos tradicional quanto aos papéis sexuais. Vale dizer também que, talvez pela própria estrutura física e geográfica do bairro, o controle dos moradores não era tão grande quanto no de José.

1.5. Polícia, para quem precisa de polícia⁴²

1.5.1. José

Em sua opinião, os policiais que andavam no carro da POVO⁴³ e até em um dos carros da CHOQUE⁴⁴ cobravam dinheiro deles, diariamente. Tal “acordo” possibilitava que as relações entre os moradores e a polícia, na maioria das vezes, fossem permeadas por menos conflitos.

Apesar disso, quando outros militares resolviam ir ao bairro, costumavam invadir as casas, procurando acusados, drogas ou armas de fogo (lá eles costumavam ter armamentos pesados; recentemente, a polícia encontrou armas escondidas até em uma igreja do bairro), “trocavam tiros”, prendiam moradores e os humilhava, freqüentemente com xingamentos e palavras de baixo calão.

Certa vez, quando José foi preso, os policiais pararam em frente à casa de sua avó, abriram a porta traseira do camburão, onde ele estava, e

⁴² Refrão da letra intitulada “Polícia” composta por Tony Bellotto (1986) e interpretada pelo grupo pop e de *rock and roll* Titãs.

⁴³ POVO, sigla do destacamento *Policiamento Ostensivo Volante*. Tal modalidade de policiamento é voltada à aproximação da Polícia Militar com a comunidade, de acordo com um novo conceito de policiamento, qual seja: melhorar a qualidade de vida das pessoas residentes em determinado bairro, combatendo o crime e o medo do crime. Os policiais são designados para despertar o envolvimento da comunidade na sua própria segurança e, a partir daí, terem condições de aferir os anseios e as reclamações da comunidade em relação à Segurança Pública (Informação disponível em: www.pm.pr.gov.br/pmpr/5bpm/. Acesso em: 30 set. 2009).

⁴⁴ A *Companhia de Polícia de Choque*, popularmente conhecida como CHOQUE, é um corpo de operações especiais da Polícia Militar, encarregado de ações de controle de distúrbios civis, repressão a rebeliões ou motins em presídios, execução de policiamentos especializados ou de características que exijam tropas altamente adestradas (Informação disponível em: www.pm.pr.gov.br/pmpr/5bpm/. Acesso em 30 set. 2009).

dirigindo-se a ela, disseram: *Aí ó, dessa vez tamo levando o lixo. Esse verme vai preso* [sic] [desta vez estamos levando a escória da sociedade].

1.5.2 Cláudio

Ele teve muitos problemas com os policiais e parece que compreendeu nossas conversas como um “lugar” para desabafar e talvez obter algum tipo de ajuda, dados os problemas que estava vivendo. Começou nos relatando uma ação executada por policiais, em seu bairro. Todos os moradores abordados foram obrigados a voltar para as suas casas de meias, carregando os tênis (e, enquanto isso, tais agentes de segurança ficaram a dar gargalhadas).

Há menos de uma semana dessa conversa, um amigo seu, *de infância e de cadeia* (a primeira vez que foi preso, eles estavam juntos), tinha sido assassinado pelos policiais. Estes divulgaram que o garoto trocara tiros com eles. Porém, o participante alegou que essa não era a realidade. Disse que os policiais atiraram e mataram, depois pegaram a arma com um *paninho*, a colocaram na mão do seu amigo, com o seu dedo no gatilho e dispararam. De acordo com ele, o seu amigo não ia atirar, pois estava sozinho e, dessa forma, eles não costumam enfrentar a polícia. De qualquer maneira, com esse procedimento, os policiais conseguiram “provar” que houvera troca de tiros.

O participante achava injustos os conflitos entre policiais e os trabalhadores do tráfico. Para ele, os primeiros empregavam, nas suas ações, metralhadoras que chegavam a ser *maiores do que um braço*, além de usarem coletes, enquanto eles (moradores da favela) não tinham os mesmos apetrechos para se defenderem.

Ele nos explicou, ainda, que era constante a violência sofrida em decorrência da ação da polícia, incluindo a praticada por aqueles que faziam parte das forças especiais: POVO, CHOQUE e ROTAM⁴⁵. *Quando eles tão em quatro*

⁴⁵ ROTAM: Ronda Tático-Motorizada – é uma força policial qualificada para dar atendimento a ocorrências de maior potencial de risco. Vem sendo empregada, diuturnamente, em reconhecimento de áreas urbanas e rurais, localização e prisão de quadrilhas do crime organizado, segurança de áreas conflagradas, tanto rurais quanto

numa viatura num fazem nada, mas se tão em mais de quatro falam: ocêis é tudo cuzão, pega os cano doceis, vamos trocar? Nóis queremos que ocêis faça isso tamém [sic] [Quando eles só estão em quatro na viatura, não costumam fazer nada. Contudo, se estão em mais homens, eles têm o hábito de ficarem nos provocando e fazendo o seguinte convite: Vocês são todos medrosos. Peguem suas armas e vamos “trocar tiros”.] Cláudio relatou que os policiais os provocavam, chamavam para o confronto, batiam bastante neles, torturavam (queimando-os com as chamas de isqueiros), xingavam. Enfim, os humilhavam de todas as maneiras.

Disse-nos ainda: *Se ucêis colocá uma filmadora aqui, ucêis pega tudo isso* [sic] [Se vocês colocarem uma filmadora aqui, terão condições de filmar as barbaridades que eles cometem]. *É bom ucêis sabê memo, as assistente social sabê que num é como eles fala* [sic] [E é bom que vocês façam isso, pois a realidade não é como as assistentes sociais costumam dizer]. Quando questionado sobre a possibilidade de realizar denúncia sobre os maus-tratos, ele disse: *E quem vai acreditá num povo de favela e não na polícia?* [sic].

Narrou igualmente uma ocasião em que perdeu sua droga para os policiais, o que o fez desistir de vender cocaína. O policial girava o saquinho com a droga e dizia, com ironia: *Perdeu ‘PC’*. Era essa a expressão que empregavam para designar os “papelotes” de cocaína. Ainda mais: segundo ele, os policiais iam até a favela *tudo cheirado* [sob efeito de cocaína], *pá enquadrá nóis* [sic], ou seja, usavam cocaína e iam lá provocá-los, para que trocassem tiros ou tivessem motivos para levá-los presos.

Cláudio chegou a falar sobre o que pensava das leis do Brasil: *Ah, no Brasil num funciona nada, policial corrupto, atrás deles tem o governo. A maioria do policial num cumpre as lei, acha droga e leva pra eles memo* [sic].

Ele não considerava que o tráfico de drogas era um trabalho. Sua justificativa era a seguinte: *Porque pra polícia, pra lei, não é*. Citou algumas das

urbanas, roubos a banco, assaltos com reféns, latrocínio e homicídios, furtos e roubos de veículos, entre muitas outras alterações que exigem a pronta ação de equipes adestradas. (Informação disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/pmpr/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1530>. Acesso em 05 out. 2009).

leis que ele ajudou a colocar recentemente no bairro (entre esta e a última entrevista, pois antes elas não existiam). Dentre elas, a proibição de se roubar no próprio bairro, pois tal ato tinha atraído policiais para lá.

1.5.3 Wellington

Sua mãe se referiu reiteradas vezes aos riscos de quando há *troca de tiros* entre traficantes e policiais, no bairro. Tentava, pois, empregar essas situações violentas para mostrar aos filhos (a ele, seu outro filho de sete anos e ao neto de dez, que mora com ela) que *a vida do crime é assim, é nisso que dá*. Com isso, ela desejava afastá-los da criminalidade. Disse que agora seu filho está querendo parar de trabalhar de *campana*. Conforme garantiu, ele nunca sofreu violência, nem extorsão policial, mas em conflito entre bairros rivais (vizinho) ele levou um tiro, sem conseqüências graves.

1.5.4 Gabriel

Afirmou que já foi baleado e levado por policiais para a zona rural da cidade, junto com um traficante maior (seu amigo) e um outro rapaz. Queriam matá-lo, contudo, ao colocarem-no com as mãos no capô do carro, ele teria se aproveitado de um descuido dos policiais e saíra correndo para o milharal. Teriam corrido atrás dele, mas não o pegaram.

Mesmo assim, enquanto estava com eles, levou muitos choques elétricos. Falou que esse traficante que foi com eles é *firmeza* e, nesse momento, bateu no peito, no lado do coração, com o punho fechado. Pedimos para nos explicar melhor essa expressão e ele acrescentou que o referido traficante era *camarada*, pois quando precisava, ele o ajudava: *Ontem eu ia apanhá, num fosse ele dá uma voadora... tem um malocão bêbado no centro que taca pedra na gente, ele também me defendeu dele. Ele só fuma maconha. Maconha e cigarro [sic].*

1.6 Outras informações e algumas observações

1.6.1 No caso de **José**, nossos primeiros contatos foram em setembro de 2007, no *Projeto* onde trabalhávamos. Ele já estava faltando bastante e, pouco tempo depois dessa conversa, parou definitivamente de freqüentar as atividades. Fizemos várias visitas, para convidá-lo a voltar. Em tais oportunidades, ele nos recebia bem, prometia que voltaria, mas não cumpria sua promessa. Nesse dia, enquanto conversávamos, ele pegou uma folha de papel sulfite e recortou com tesoura de picote, produzindo esta figura:



Perguntamos o que tal figura significava e ele apenas falou da sua ação: *Fui fazendo e saiu.*

Nessa ocasião, a sua namorada estava grávida, tendo seu filho nascido em janeiro de 2008. Ele nos disse que deixaria o trabalho no tráfico, quando o seu filho nascesse. Não sabemos se isso ocorreu, porque ele foi preso um pouco antes do nascimento do filho; essa situação perdurava até o nosso último encontro (março de 2008).

Em dezembro de 2007 foi a última vez que falamos com ele, antes dessa última prisão (a quarta delas). Soubemos dessa notícia numa visita que fizemos à sua casa, onde tivemos a oportunidade de conversar com sua mãe biológica, vizinha sua, em janeiro de 2008.

Fizemos visitas ao José no Centro Sócio-Educativo e, em uma delas, contamos a ele que o educador o considerava um garoto tranqüilo, desde que sozinho. Ele nos informou que *coloca fogo nos colega* [sic]. Afinal, José tinha consciência de que era líder da comunidade onde morava e também entre os adolescentes do *Centro Sócio-Educativo*. Confidenciou que lá eles lhe ofereciam casca de banana – produto raro. Ele a fumava de madrugada, para ninguém ver ou sentir o cheiro. Disse: *Dá um barato, porque tem um melzinho!* Parecia avaliar

que essa era uma das demonstrações de aceitação de sua liderança, entre os colegas.

Garantiu-nos que, quando saísse dali, iria trabalhar honestamente e voltaria a estudar, pois agora era pai. Em uma das nossas conversas, ele lembrou que o seu filho estava com nove dias de idade. Porém, ele ainda não o conhecia, já que estava preso. Aguardava, assim, a visita do próximo domingo, para conhecê-lo. Demonstrou animação ao falar do filho, que recebeu seu nome.

A assistente social que o acompanhava na instituição nos informou que ele poderia ficar preso de seis meses a três anos, pois era reincidente. Além disso, sua situação piorara, visto que não estava freqüentando a escola ou o *Projeto* e não havia cumprido a medida sócio-educativa em meio aberto determinada para ele, após sua última saída da instituição.

Coincidentemente, numa dessas visitas, um oficial de justiça foi ao Centro Sócio-Educativo ler a sua sentença. Sua mãe e sua avó estavam lá. Conversamos com elas. Elas manifestaram o desejo de que ele parasse seu trabalho no tráfico, pois elas tinham até *lhe arranjado um emprego, mas não deu tempo de ele conhecê-lo*, pois fora preso antes.

A mãe biológica e ele choraram no momento da leitura da sentença, já que ele teria que ficar detido no mínimo por seis meses, diferentemente das outras vezes, que a sua pena não tinha ultrapassado 45 dias. Como estava algemado, pediu-nos para enxugar suas lágrimas e, em seguida, pediu: *Mais cêis vai continuá a vim aqui, num vai?* [sic] [você continuarão a vir aqui, não vão?]

Nessa oportunidade, reclamou da “técnica de referência” (assistente social ou psicóloga). Ela, que sempre o acompanhou das outras vezes que se encontrava preso, desta, praticamente não o chamava para conversar. Por ser muito sociável, estava sentindo falta das conversas que estabelecia com tal profissional.

Posteriormente, em visita que realizamos aos seus familiares, sua mãe biológica conversou bastante conosco. Enquanto estávamos em frente à sua casa, passou um carro com dois rapazes e o passageiro gritou para ela: *É*

assistente social? – ao que ela respondeu, discretamente e aparentemente sem graça, com um gesto de “positivo” com uma das mãos.

Conversamos inicialmente sobre a transferência de José, do Centro Sócio-Educativo desse município para outro, no mesmo estado. A transferência aconteceu porque, após quatro meses de internação, ele gerou tantos conflitos lá dentro, a ponto de ainda não ter sido liberado para realizar as atividades de esporte, de cultura e de escolarização, nem para ficar em convivência com outros adolescentes – espécie de castigo para aqueles que não têm bom comportamento.

Ele continuava não tendo problemas com os educadores, mas influenciava os outros garotos, devido à posição que ocupava fora daquele ambiente, reconhecida por todos os adolescentes internos. Mesmo isolado dos demais, conseguia se comunicar com eles e incentivá-los a ter determinadas atitudes – demonstrações de poder. Por exemplo: não deixar um adolescente de um bairro “rival” em paz até o tirarem da ala – o que implicitamente era feito em seu nome, garantindo-lhe *status*. A equipe técnica avaliou que, em outra cidade, ele não seria tão influente por ser desconhecido. Lá, segundo a equipe, ele teria mais chances de “ressocializar-se”, voltando a conviver com os outros internos. A família não foi previamente comunicada da transferência e ficou extremamente contrariada com tal atitude.

A mãe disse que pretendia visitar o filho, mas a assistente social da instituição somente podia lhe arrumar a passagem uma vez por mês, de sorte que teria que esperar, ou ir *por conta* [ela própria arcaria com as despesas de transporte] dela mesma. (Esta família não assumiu perante nós que também participava e se beneficiava do tráfico de drogas, demonstrando dificuldades financeiras. José nos pediu para não contar à família que havia revelado o fato de a avó também trabalhar no tráfico de drogas, já que essa era uma regra deles).

Sua mãe salientou, com “ares de brava”, que perguntara à técnica que o atendia se ele era o pior adolescente do Centro Sócio-Educativo. Ela lhe respondera afirmativamente, ao que a mãe ficou ainda mais brava, dizendo não acreditar (realmente, ele não devia ser o pior garoto do Centro, uma vez que é um

garoto alegre, parecia estar sempre de bom humor, sempre sorrindo, era muito fácil lidar com ele!).

Recentemente, soubemos que o lugar de José no tráfico foi ocupado por um garoto que já trabalhava com ele e que, segundo ele, sempre foi seu *fã*. A família desse garoto era também totalmente ligada ao tráfico de drogas. Porém, ele, assim como José, já estava preso.

A avó de José faleceu no segundo semestre de 2008, de problemas de saúde, deixando seu lugar igualmente vago. Parece-nos que ele seria ocupado por sua irmã, que é madrinha de José e muito considerada por ele, desde pequeno.

1.6.2. Quanto ao **Cláudio**, soubemos de seu trabalho no tráfico de drogas pela assistente social do *Centro de Referência da Assistência Social – CRAS* – que desenvolvia atividades no bairro ao qual sua família pertencia.

Ele também tinha 16 anos, e nossa primeira conversa foi em fevereiro de 2008. Quando chegamos perto de sua casa, havia um grupo de adolescentes na rua e um garoto, mais novo, a uma distância maior, a empinar pipa. Fomos perguntar a este último se ele sabia onde morava o adolescente que pretendíamos entrevistar. Ele negou saber onde era sua casa e inclusive conhecê-lo. Porém, posteriormente (em outro dia), vimos os dois conversando e ficou evidente, a nosso ver, que o garoto não quisera falar, por desconfiança.

Depois, em conversa com Cláudio, suspeitamos que ali, em frente à sua casa, ficavam sempre dois ou três adolescentes de *campana* (espécie de vigia), mesmo que não fosse um cargo estabelecido. A impressão é que agiam assim movidos por certa “camaradagem”. Vale dizer que, nesse bairro, a organização do tráfico de drogas ainda não estava tão estruturada a ponto de – à semelhança do território de José – se ter cargos e hierarquias estabelecidas. Tentamos verificar se nossas suspeitas procediam. Contudo, não conseguimos esclarecer, permanecendo a dúvida.

Quando entramos na casa de Cláudio, perguntamos à sua mãe se ela era a namorada do adolescente (pois, aparentemente era jovem) e ela disse

que não era e teve a mesma atitude do garoto da rua: de negar conhecê-la, de nunca ter visto a namorada do filho. Mais tarde, pediu desculpas e nos explicou que a namorada de Cláudio não era benquista por sua família, justamente por incentivá-lo a *fazer as coisa errada e até ajuda ele!* [sic]

No segundo dia em que fomos conversar com Cláudio, apesar de termos agendado previamente, ele não estava em casa. Sua mãe revelou que, em outro dia, ele nos vira parados perto de um carro da polícia e desconfiou. Acontece que não éramos nós! Segundo ela, ele achou que *falô demais* [sic], ou seja, que nos revelou determinadas informações que não devia, ficando, em decorrência, com medo. Pedimos que ela novamente lhe prestasse esclarecimentos, sobretudo os relacionados ao fato de que não pertencíamos à polícia (sequer tínhamos ligação com ela).

Quando estávamos indo embora, ele apareceu acompanhado de amigos. Quando nos viu, afastou-se dos seus amigos e veio conversar conosco. Disse-nos ter esquecido de que viríamos. Falamos que sua mãe havia nos contado sobre seus receios e que compreendíamos. Retomamos nosso primeiro contato, explicando como tínhamos chegado até ele e procuramos justificar os objetivos do nosso estudo. Também lembramos que ele poderia desistir de participar da pesquisa naquele ou em qualquer momento e que sua decisão seria respeitada.

Ele nos perguntou se era para escrever um livro, que estávamos realizando a pesquisa. Explicamos que podia até transformar-se em um, como já acontecera com relatos semelhantes, como a de Athayde, de MV Bill e de Soares (2005), pois sabíamos que ele gostava de *rap*. Oferecemos um livro emprestado e ele interessou-se, declarando que queria ver. Combinamos de levar da próxima vez que fôssemos até lá.

Reforçamos que o nosso objetivo era entender os significados, para sua formação psicológica, de ele desempenhar aquele ofício, e se isso podia estar relacionado com sua relação com o *Pai*. Deixamos para ele a decisão de continuar participando do estudo e se, naquele dia, continuaríamos a conversa ou se

preferiria deixar para outro. Ele preferiu deixar para outro dia. Agendamos para dali a duas semanas.

Quinze dias depois, voltamos e novamente ele não estava em casa no dia e hora marcados, mas demonstrava estar sempre por perto e vigiando a movimentação próxima à sua casa, porque logo apareceu, como da outra vez. Sua mãe revelou que até ela própria havia esquecido de que viríamos. Ele chegou e pediu para aguardarmos ali mesmo, pois ele já voltaria para conversarmos.

Entendemos que Cláudio decidira continuar a colaborar com o estudo. Porém, quando ele saiu, a mãe nos revelou que ele pensava em não nos falar mais nada, mas que comentara com seus amigos e com sua namorada sobre nossa pesquisa. Segundo sua mãe, a namorada de Cláudio chegou até a ficar enciumada (parecendo que a mãe entendera que ele estava orgulhoso de participar).

Enquanto ele não retornava, ela nos narrou sua própria história e a história dela com o pai de Cláudio (se bem que acabou nos falando pouquíssimo sobre esse homem). Mesmo assim, tivemos uma idéia de quais significantes ela carregava acerca da figura dele e provavelmente era essa a que transmitia ao filho.

Quando ele finalmente chegou, mostramos dois livros sobre o trabalho no tráfico: *Cabeça de porco*, de Celso Athayde, de MV Bill e de Luis Eduardo Soares (2005), e *Estação Carandiru*, de Varella (1999). Ele ficou fascinado por este último, considerando que tem várias fotos: folheava e mostrava com empolgação para sua mãe, que demonstrava desprezo. Ficou com esse livro emprestado para ler.

Entre essa e a próxima conversa com Cláudio, ele teve duas brigas violentas com a mãe, quebrando coisas dentro de casa. Ela chamou a polícia e ele fugiu. Parecia que tal atitude o havia intimidado. Entretanto, logo voltou a repeti-la (quebrar os utensílios da casa da mãe) e ela tornou a chamar a polícia, a qual afirmou conhecer Cláudio, tendo até *uma pasta cum a foto dele* [sic].

Sua mãe avisou até seus amigos, que ficavam em frente à sua casa, para saírem dali, pois havia chamado os policiais. Estes, quando chegaram,

procuraram drogas em sua casa e nada encontraram. Cláudio passou a não voltar para casa todos os dias, ficando um período com a namorada, que morava a três casas depois da sua. Pediu desculpas para a mãe e chorou. Esta parecia “amolecer” o coração, sempre que ele fazia isso, mas ainda assim cobrava dele sua geladeira e seu celular, quebrados por ele na briga.

Ela desejava vender a casa e mudar-se do bairro, já que não via outra forma de proteger-se e proteger suas netas que moravam com ela. Relatou que estas já tinham chegado a ser retiradas de sua casa e colocadas em abrigo, por causa dele.

1.6.3. Conversamos com a mãe de **Wellington** (13 anos), em março de 2008, em frente à sua casa, sentados em poltronas que ela colocou ali, debaixo de uma árvore. Este foi o menino que inspirou a presente pesquisa. Chegamos à conclusão de que não conseguiríamos falar com ele, porque ele acabava sempre se esquivando. Ele também era atendido pelo *Projeto* onde trabalhávamos e, desde que parara definitivamente de freqüentá-lo, tornou-se praticamente impossível conversarmos.

Conforme a sua mãe, além de tímido, ele nunca nos falaria sobre o seu trabalho. Quando nos encontrávamos, não nos dava chance de estabelecer qualquer espécie de aproximação. Até mesmo sua mãe, que em outro momento já havia demonstrado confiança para conversar conosco – quando teve conhecimento da pesquisa – pareceu recuar. Chegamos a suspeitar de que ela estivesse evitando nosso encontro com o seu filho, fato compreendido e respeitado por nós. Afinal, sua profissão no tráfico de drogas envolvia riscos a sua e as nossas vidas.

De qualquer maneira, quando estávamos chegando a um dos nossos encontros, ela estava numa esquina e havia mais três mulheres com ela (elas pareciam estar desempenhando alguma atividade relacionada ao tráfico, visto que estavam localizadas estrategicamente). Logo que nos viram, as mulheres se dispersaram. Também aconteceu de, durante a conversa, um rapaz – que, conforme ela, era *vida loka*, ou seja, andarilho – lhe ter perguntado: *Num sobró*

nada? [sic] [não sobrou crack?]. Ela respondeu negativamente e lhe disse: *Se você tivesse vindo mais cedo...* [sic] [se tivesse vindo mais cedo... mas, você chegou muito tarde. Agora, não temos mais nada]. *Vai ali naquela casa* (apontando com o dedo indicador).

Nesse momento, perguntamos se ela queria que saíssemos. Ela prontamente solicitou que não fizéssemos isso, alegando que *ele é doidão, num liga pra ele não* [sic] [ele apresenta problemas mentais, provavelmente, decorrentes do consumo abusivo de drogas; portanto, não deveríamos levá-lo a sério e nem nos preocupar com ele].

A mãe de Wellington era usuária de *crack* e de álcool, a ponto de, de cada duas vezes que nos encontrávamos, em uma delas dizia que havia parado de usar droga e estar ingerido pequena quantidade de bebida alcoólica. Acontece que no outro encontro, a víamos no mesmo estado de antes (fumando *crack* e consumindo bebida alcoólica, abusivamente).

Em 2008, ela voltou a estudar, pois queria terminar o Ensino Fundamental. Matriculou-se na quarta série, apesar de ter nos contado que estudara até a sétima. Entretanto, como tinha perdido o comprovante da escola, matriculou-se na quarta série e aguardava avaliação da professora para uma possível reclassificação.

Disse que, quando fumava *crack*, perdia o horário das aulas e deixava de cuidar dos filhos. Mas, quando estava consumindo apenas bebida alcoólica, suas condutas eram outras: freqüentava a escola e cumpria todos os seus “deveres” de mãe. Julgamos relevante dizer que Wellington não queria que a sua mãe fumasse. Ele habitualmente pedia para que ela parasse, porque via o estado deplorável em que ela ficava, além de ser recriminada pela comunidade por essa atitude e suas conseqüências dela (não cuidar dos filhos).

Ela ainda nos alertou quanto ao cuidado que deveríamos ter com a pesquisa. Perguntamos-lhe se achava que deveríamos falar com os *patrões* e ela inicialmente dizia que deixaria tal decisão a nosso critério. Mesmo assim, pedimos seu “conselho” e ela disse: *Não, é bestage ucês í falá cum eles* [sic] [não, é necessário falar com eles. Vocês estão fantasiando]. Quis saber como nós

falaríamos para eles do assunto e já adiantou que seria complicado explicar como tais informações tinham sido obtidas (pareceu-nos que, inclusive, ela poderia ter problemas no bairro, uma vez que as pessoas nos viam conversando sempre, mesmo antes da pesquisa).

Disse que somos *federal*, ou seja, eles sabem que não fazemos parte da polícia ou de qualquer outro órgão equivalente, mas da Prefeitura (e, para eles, isso já é ser federal). Igualmente nos aconselhou que o pior, ainda, seria falarmos que não gostamos da polícia. *É bestage ucês entrá nesse mundo, o mundo deles é um, o docêis é outro... e o meu é outro. Eles são forte, nós não samo nada pra eles* [sic] [É bobeira vocês entrarem ou desejarem fazer parte do mundo deles. A realidade de vocês é diferente da deles. Eles são poderosos (os *patrões*) e nós não temos importância para eles].

Realmente, seu filho não nos deu a entrevista e desistimos dele, como participante da pesquisa. Entretanto, coletamos as informações dele por intermédio de sua mãe (e também informações dela). Segundo sua avaliação, o relato que nos deu seria certamente o dele.

1.6.4. Soubemos da existência de **Gabriel** (12 anos) por meio de um serviço que o município oferece. Este consiste no atendimento às pessoas que perambulam pelas ruas e residem em calçadas, viadutos e pontes, praticando mendicância, ou às crianças e aos adolescentes que estão trabalhando ilegalmente, geralmente guardando carros, vendendo artigos diversos nos semáforos (guloseimas, aparelhos eletrônicos) ou em situações afins.

Procuramos pelo garoto na avenida onde fomos informados que ele costumava fixar-se. Menos de meia hora o achamos (era abril de 2008). Estava saindo do um canto do estacionamento de uma farmácia. Andamos mais rápido para nos aproximar e o chamamos pelo nome. Ele era de baixa estatura e peso, estava com o corpo e roupas muito sujas; seu corpo franzino tremia todo. Tinha a pele queimada de sol. No final da conversa, começou a nos pedir insistentemente um real para comer um lanche. Não demos.

Ficamos com a dúvida de como deveríamos considerar suas falas, porque ele parecia estar sob efeito de alguma droga, no momento da conversa. Em algumas oportunidades, parecia-nos confuso, em outras, mostrava-se extremamente alegórico.

Após a conversa, decidimos que Gabriel não se encaixava no perfil desejado por nós, pois, apesar de trabalhar no tráfico de drogas, ele o fazia para sustentar seu vício. Lembramos que a nossa intenção era a de entrevistar/conversar com trabalhadores do tráfico de drogas.

A despeito disso, assim como Wellington, acabamos por considerar importante o emprego de algumas das suas falas, no nosso estudo.

No início do nosso encontro, dissemos que estávamos entrevistando garotos que trabalhavam para o tráfico de drogas. Explicamos quais nossos objetivos e quem éramos. Nesse instante, ele comentou: *Bem que achei que ucêis tem cara de psicóloga ou policial* [sic].

No final da entrevista, pediu novamente dinheiro para comer um lanche. Não demos e perguntamos do dinheiro que ele dissera que tinha. Respondeu que seu dinheiro estava contado. Frisamos que o nosso também estava, além de que, por estar fazendo a pesquisa com ele, não poderíamos lhe dar nada em troca. Se déssemos, não poderíamos mais aproveitar o seu relato na pesquisa, já que poderia parecer chantagem.

Contamos que, em pesquisas, também temos leis que precisamos cumprir, como ele em seu trabalho e com a vida nas ruas. Ele não insistiu. Quando disse que organizaríamos e escreveríamos o que ele havia contado, nos perguntou: *No computador? Depois cê vai levá pro delegado?*[sic] Respondemos que de jeito nenhum. Voltamos a falar do sigilo, e ele: *Mas se cê colocá minha idade vão sabê que sô eu!* [sic][mas se vocês colocarem a minha idade vão saber que sou eu que dei o depoimento]. Explicamos novamente que não oferecíamos elementos que pudessem identificá-lo, visto que, no sul do Brasil, certamente há outras cidades com meninos da sua idade e que desempenham a mesma atividade profissional.

VII – ANÁLISES E CONCLUSÕES

Iniciamos nossas análises apontando para o fato de as famílias de baixa renda em nosso país se encontrarem em situação de desamparo pelas políticas públicas, apesar de várias delas receberem benefícios de transferência de renda. Acreditamos não ser somente a problemática da renda que pode levá-las a se sentirem incluídas na sociedade. É necessário que elas tenham acesso efetivo aos seus direitos, previstos na *Constituição brasileira* (promulgada em 1988) ou que eles fossem respeitados.

Segundo nossa compreensão, tais políticas deveriam representar o *pai simbólico*, o qual, como dissemos, é o representante da Lei. Estas deveriam amparar as mães enquanto elas estivessem a cuidar de seus filhos. No entanto, na prática, observamos situação oposta.

Essa situação acabou impedindo que elas dirijam todo o seu investimento libidinal para o filho. Elas são obrigadas – por causa do desamparo, seja do pai da criança, seja do Estado – a abrir mão dessa dedicação, que seria necessária à formação do aparelho psíquico do seu infante. É certo que essa situação dificulta qualquer investimento libidinal. Mais problemático, ainda, quando se trata de mães que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas.

Feito este preâmbulo, notamos que as histórias dos quatro adolescentes têm em comum vários aspectos.

Em primeiro lugar, o fato de o pai da realidade de nenhum deles estar presente. José, Cláudio e Wellington nasceram e cresceram em famílias “matriarcais”. A força familiar acabou por se concentrar nas mãos da avó e das mães, as quais enfrentaram inúmeras dificuldades – sobretudo de ordem econômica – e continuaram a cuidar de seus filhos e/ou de seus netos da melhor forma que lhes foi possível.

Os pais da realidade, nos casos de José e de Cláudio, ficaram destituídos de seu lugar de *pai simbólico*. Como já foi apontado, o progenitor de José agredia fisicamente a sua mãe e nunca a auxiliou no sustento material e *simbólico* dos filhos. Além disso, a sua família teceu várias acusações – segundo a mãe, falsas – como a de que o filho não era legítimo. Quanto ao padrasto de Cláudio, também não exerceu a *função simbólica*, porque a mãe ressignificou que

ele deixava todas as responsabilidades para ela. É provável que, por esse motivo, ela preferisse ficar só.

Quanto ao *pai imaginário*, verificamos a sua presença e pudemos estabelecer os seus contornos nas histórias que nos foi possível aprofundar. Referimo-nos à de José e à de Cláudio. Nelas, há fantasias de que a presença do pai afastaria os adolescentes da criminalidade; pois eles eram pessoas honestas, segundo os preceitos da nossa sociedade.

Inferimos, por meio das falas de José e de Cláudio (reafirmadas pelas respectivas mães), que a presença física do pai da realidade poderia ter exercido a interdição. Porém, a nosso ver, são os significantes atribuídos a ele que poderiam ter tal apreço, o que não necessitava de sua presença física, mas do valor outorgado a ele na palavra da mãe (DOR, 1991).

Ficou evidente que, durante o desenvolvimento dos adolescentes, seus pais da realidade foram pouco valorizados e, portanto, destituídos do lugar de autoridade. Tal aspecto os afastou de serem representantes da *função paterna*, ou do *pai simbólico*.⁴⁶

Julgamos importante apontar que as mães também procuraram – quando os filhos perguntavam pelos seus pais – afastá-los deles. Apesar disso, eles foram referência como *pais imaginários* para José e para Cláudio, acerca de como deve ser um pai. Ambos desejam usar essa referência, quando assumirem tal função. José pretende educar o filho para ser uma pessoa honesta, como foi o seu pai biológico. Cláudio vai dar mais atenção ao filho, como o padrasto lhe deu (no caso dele, consideramos o padrasto como pai da realidade).

Ainda quanto ao *pai imaginário*, ressaltamos as tentativas dos meninos de reconhecê-lo também como *pai simbólico*. Na fantasia deles, seus pais seriam capazes de exercer autoridade, a ponto de refazer o destino deles, seja por meio de conselhos e conversas, seja por outros, de cunho autoritário.

A respeito do autoritarismo, a família é intrinsecamente autoritária:

⁴⁶ Segundo os termos da teoria dos valores, sistematizada por Yves de La Taille (2000), não foi atribuído valor aos pais ou eles eram considerados negativos, motivo de indignação.

O mundo espiritual em que a criança amadurece... assim como as fantasias com as quais povoa o mundo real, seus sonhos e desejos, suas idéias e julgamentos, são inteiramente dominados pelo pensamento do poder do homem sobre o homem, do superior e do inferior, do comando e da obediência. A necessidade da hierarquia... é o molde prévio que estrutura toda experiência nova... Em conseqüência da aparente naturalidade do poder paterno, duplamente fundado em sua posição econômica e em sua força física, e devidamente apoiado pela lei, crescer na família restrita é uma educação de primeira ordem para estrutura autoritária característica da sociedade burguesa... (HORKHEIMER, 1936, p. 56-57 *apud* ROUANET, 1983, p. 159)

Pode dar a impressão de que, apenas concebemos a família como esse lugar de autoridade, porta-voz e formador de homens, segundo a ideologia da classe social dominante. Todavia, assim como Horkheimer (1936 *apud* Rouanet, 1983), Adorno & colaboradores (1950) e Rouanet (1983), igualmente a concebemos como lugar de produção de contra-ideologias.

A família não se limita a educar para a autoridade, na ordem burguesa: cultiva também o sonho de uma vida melhor para a humanidade. Na nostalgia de muitos adultos pelo paraíso perdido de sua infância, na forma com que a mãe pode dirigir-se ao filho que entrou em conflito com a lei exterior, no amor de uma esposa por seu marido, manifestam idéias e forças... que na ordem burguesa somente podem sobreviver na família. (HORKHEIMER, 1936, p. 56-57 *apud* ROUANET, 1983, p. 161)

De fato, o desejo de ter um pai autoritário foi evidenciado na história de Cláudio, quando disse que, se ele estivesse presente, tudo seria diferente. Ele aprenderia mais, seria mais obediente, pois *pai é mais bruto, fazia eu obedecê* [sic].

Já o *pai simbólico* nos pareceu ter marcado presença, por meio da palavra das mães, apenas enquanto os filhos ainda eram crianças. Com isso, observamos sinais de que eles tiveram *função paterna* exercida pela mãe, na infância, além da função desempenhada pelo padrasto, no caso de Cláudio.

Na adolescência, isso se comprovou, porque eles conseguiram seguir as regras impostas para os trabalhadores do tráfico (não delatar, respeitar os horários de trabalho, as formas de negociação e o pagamento das drogas).

Além disso, construíram outros valores da nossa cultura (regras gerais de alimentação, de vestimenta, da necessidade de dormir, de conversar, entre outras).

Dessa forma, o *pai simbólico* ou a *função paterna* não foram sustentados na adolescência, nos casos de José, de Cláudio e de Wellington, nos termos com que Pellegrino (1987) focaliza a questão.

Isso só não ocorreu com a mãe de Cláudio. Ela sempre falou e se mostrou contra seu envolvimento com o tráfico de drogas, inclusive em suas posturas de chamar a polícia para conter o filho.

José, apesar de não desacatar a avó, também desobedeceu à sua palavra (não se envolver com o tráfico de drogas), ainda que obedecesse aos seus “não ditos” (como toda a sua família, envolveu-se no tráfico).

Quanto a Wellington, sua mãe disse ter usado os conflitos no bairro para mostrar-lhe que não valia a pena estar na criminalidade. Não obstante, ela própria estava envolvida, pois era usuária de *crack* e pedia ajuda aos traficantes em troca de favores.

Notamos, dessa forma, que a pessoa responsável pela *função materna*, nos casos de José e Wellington, apontava-lhes, desde quando crianças, para a dinâmica familiar no mundo do crime, significantes importantes para a sua vida.

O sistema educativo formal, por meio dos docentes, também contribuiu para o ingresso de tais adolescentes no tráfico de drogas. Pode-se constatar esse direcionamento, quando, nos casos de José e de Cláudio, foi pronunciado que eles não conseguiriam realizar seus sonhos (por meio do estudo), já que “eram incapazes”. Laznik-Penot (1997) enfatiza a importância da ilusão antecipadora, no desenvolvimento das crianças. E, nesse caso, os professores lhes mostraram uma “desilusão antecipadora”, que encontrou ancoragem no social.

Quanto às regras do tráfico, eles as respeitavam por temor e por terem inúmeros ganhos secundários (por exemplo, reconhecimento social e *status* financeiro). Pode parecer que eles agiam diferentemente dos cidadãos

considerados de “bem”. Entretanto, o não dito pela nossa sociedade é o desrespeito e o “levar vantagem em tudo”. É ter uma atitude predatória, ou seja, apenas sugar os fartos seios da mãe Brasil (CALLIGARIS, 1991). E os jovens entrevistados por nós já tinham percebido isso há muito tempo.

As famílias não seguiram o padrão burguês tradicional. Elas acabaram se reinventando. No caso de José, a mãe foi colocada ora numa ordem fraterna, ora numa ordem de filiação. A mãe de José o entregou para sua genitora, a fim de ir morar com o novo marido. Quanto ao Cláudio, além do fato de ele não permitir que sua mãe namorasse, a confusão se deu com uma irmã mais velha, que confiou duas filhas aos cuidados de sua mãe, com a qual moram até hoje. Tal situação também sucedeu com a mãe de Wellington, que cuidava de um neto para a filha.

Vê-se então que as mães têm filhos e os entregam para as suas avós, que aceitam a incumbência de criá-los. Elas demonstram, assim, falhas em sua própria elaboração edípica, pois *simbolicamente* José pode ser representado como o filho de seu avô com a sua mãe, assim como os sobrinhos de Cláudio e Wellington.

Quanto ao Cláudio, há ainda um agravante em sua relação com a mãe: o fato de ele impedir seu namoro e ela acatar. Tais situações dão sinais de que a Lei primordial que proíbe o incesto está enfraquecida. O problema, contudo, não é o seu desejo (de que ela não namore), mas o dela (de acatar as suas ordens).

Na adolescência, observamos, em relação às histórias dos mesmos três participantes, uma função importante sendo realizada por meio de sua aceitação entre aqueles que foram considerados – por eles – como importantes (José e Wellington envolveram-se diretamente no tráfico de drogas e Cláudio começou a andar com quem era maior do que ele e temido pelas pessoas residentes do bairro). Tais situações parecem ter criado condição confortável para que eles pudessem se afirmar como sujeitos, quer dizer, se sentissem contidos, seguros, reconhecidos pelo olhar do outro.

Parece-nos que, nessa conjuntura, eles encontraram alívio. No caso de José, até mesmo “conforto” para o seu sofrimento de ter perdido o irmão (tio) por *morte matada*.⁴⁷

Descobriram também pessoas que acreditaram no potencial deles para se tornarem adultos. Conforme assevera Midlej (2005), nessa fase da vida, o jovem precisa revalidar sua própria imagem e, para tanto, necessita de confirmação no olhar do outro.

Assim, trabalhar no tráfico de drogas nos pareceu semelhante a um rito de passagem. É onde esses meninos reconstruíram um lugar de sujeito; portanto, capazes de produzir algo. Trouxe-lhes o sentimento de pertença, porque lhes foi oferecida atenção, palavras e olhares que podem ter confirmado *simbolicamente* suas capacidades amorosas, econômicas, sexuais e sociais.

Salientamos: tais “apostas” neles aconteceram ali (lugar considerado pelo social mais amplo como antro da desordem e da barbárie), em detrimento da escola e do mercado de trabalho formal, por exemplo. Em tais lugares, as mensagens “transmitidas” foram justamente as opostas (incapacidade de realizar e concretizar seus sonhos).

José queria ser piloto de avião, Cláudio queria ser cientista. Todavia, como o último já tinha sido reprovado várias vezes na escola e o primeiro (José) fora desacreditado como alguém que pudesse estudar muito, desistiram de tais projetos. Conclui-se que a escola acabou por reproduzir determinadas idéias vigentes no séc. XVIII, época na qual, como já apontamos, ao longo do presente texto, o jovem pobre era concebido como um marginal em potencial. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou o quanto as famílias de baixa renda ainda são consideradas pela sociedade como o *refugio humano*, nas palavras de Bauman (2005).

Se, por um lado, a idéia de escolaridade como via de mobilidade social, em nossa sociedade, não está presente em vários jovens⁴⁸, por outro, no mundo do tráfico ocorre o inverso. Eles vivenciaram experiências que tiveram

⁴⁷ Trecho do poema “Morte e vida Severina” de João Cabral de Mello Neto (2008).

⁴⁸ Não sem razão, pois essa idéia sempre foi uma ideologia imposta pela classe social dominante, com o fito de manter a dominada controlada (FREITAG, 1980).

significado, pois tinham um considerável reconhecimento social e enormes chances de melhorar, de maneira rápida, sua situação sócio-econômica.

Como já frisamos, é certo que eles estão sujeitos – em nome dessa possibilidade de ascensão – a maiores riscos, do que se estivessem freqüentando a escola e/ou envolvidos com a prática de atividades lícitas. Porém, julgamos que tal discurso é apenas ideologia, isto é, um conjunto de representações que busca falsear a realidade. Afinal, na sociedade atual, quem é que vive por muito tempo e com qualidade?⁴⁹

Evidentemente que nossos adolescentes se apropriaram do funcionamento social como um todo, quando são imediatistas e escolheram o “caminho mais curto” para atingir seus objetivos. De fato, a cultura atual assinala ser essa a dinâmica da vez, com a “hiperatividade social”, já que “tempo é dinheiro” e não se pode esperar; logo, tudo deve ser satisfeito instantaneamente. Essa forma de funcionamento social é semelhante à apontada por Freud, quando aborda os processos primários: evitar “as mediações impostas pelo princípio da realidade” (GURFINKEL, 1995, p. 77).

Cabe dizer, no entanto, que no tráfico também se demora a obter o que se deseja. Acontece que, nessa atividade, as possibilidades efetivas de se obter o demandado (por exemplo, ser *gerente de boca* e, assim, ganhar mais dinheiro e *status* social) são palpáveis; por conseguinte, não se configuram como uma mera ideologia.

Atenção: não estamos a nos referir aos meninos e meninas de rua⁵⁰, aos psicopatas, aos ladrões, entre outros. Outra coisa: realmente, na atualidade, há um problema em relação à satisfação das demandas – quando se trata de

⁴⁹ Essa frase baseia-se no filme dirigido por Ridley Scott, *Blade Runner* (1991), quando diz ao detetive que salvou e enamorou-se por uma replicante (que deveria ser exterminada): “Ela não viverá por muito tempo. Mas, quem vive?”.

⁵⁰ A psicanalista Ana Verônica Mautner questiona se tais sujeitos apresentam subjetividade semelhante à nossa ou à do predador (MAUTNER, 1994). Não estamos colocando tais crianças no mesmo nível dos perversos. Apenas estamos buscando afirmar que determinadas ações praticadas por eles são concebidas como ilícitas, quando eles as vêem meramente como meio de sobrevivência. Por exemplo, pegar uma maçã de um quitandeiro e sair a correr. Este vê o ato como um roubo. Já a criança o faz apenas para saciar a fome, pois a cidade é uma selva.

seres que chegaram a construir aparelho psíquico. Todos querem satisfazê-las imediatamente. Realmente, os trabalhadores do tráfico foram seqüestrados por essa mentalidade. Contudo e por incrível que pareça, eles adiam a satisfação, ao passo que os nossos jovens – e nós mesmos – considerados normais e bem colocados, que trabalham no mercado lícito (quando trabalham), não conseguem lidar com essa idéia do adiamento.

Quanto aos modelos, no caso de José, a identificação se deu com o irmão (tio), o *patrão* e o terrorista Bin Laden.

Cláudio e Wellington admiraram aqueles que agiam como adultos, ou seja, que ficavam até tarde da hora na rua, freqüentavam bares e boates, guiavam carro e moto, geralmente em alta velocidade e fazendo muito barulho.

Escolheram – melhor, foram escolhidos – pessoas semelhantes a eles, isto é, “excluídos” e, assim como eles, considerados pela sociedade como “bandidos, criminosos e terroristas”. Com uma única diferença: diferentemente da maioria dos excluídos, estes que se identificaram conquistaram uma considerável fama.

Mostraram que é possível fazer algo grande e ser importante, estando na condição de “excluídos”, lugar em que eles parecem sentir que estão colocados.

Cabe destacar os modelos de Cláudio. Deus – quando citou algumas preocupações com o julgamento divino – e os policiais (mesmo estes não concebendo *trabalho como trabalho*). Outro momento em que nos deu indícios desse fato aconteceu quando afirmou que, se tivesse um filho, iria multá-lo para que, assim, ele lhe obedecesse, sem contar que, em todas as nossas conversas, fazia menção a esses profissionais, mesmo que para falar mal.

Lembramos que uma referência pode ser comparada a uma bússola, ou seja, serve para nos “dar um norte”. Isso não significa que se seguirá em direção ao norte. Se for para o sul, mesmo assim, se tinha consciência acerca do norte para se guiar; que poderia ter utilizado como referência.

Outra questão a ser destacada é a influência da mídia, na construção da subjetividade de José e de Wellington. Os *mass media* conseguiram capturar a

problemática da falta de referências ou a busca de outras consideradas pertencentes ao mundo *underground*, isto é, passaram a idealizar o que está fora da lei (CALLIGARIS, 2000). A esse respeito, José lembra que Bin Laden apareceu na televisão, mesmo estando foragido da polícia, *debaixo da terra*. Wellington gostava de *filmes de tiros*, que matavam policiais (somado ao provável efeito terapêutico que tais personagens produziam em José e Wellington).

Como cidadãos que vivem na *sociedade do espetáculo*⁵¹, nossos adolescentes também desejam ser valorizados e, aparentemente, o caminho que encontraram para “ter audiência”, com facilidade, foi o da criminalidade.

Observamos, conforme Freud (1924/1996), que os nossos adolescentes saíram da família e se direcionaram para o social, ou seja, inicialmente identificaram-se com suas mães. No caso de José, depois com o irmão e, no de Cláudio, com o padrasto.

Posteriormente, escolheram pessoas de fora da família, porém da Comunidade (*patrões*) e enfim, quanto a José, alguém distante geograficamente, mas, provavelmente, sob sua perspectiva, semelhante (Bin Laden).

Isso reforça que o papel exercido pelos meios de comunicação de massa, na apresentação de personagens que acabam servindo como modelos à identificação, é relevante e inverte os valores da sociedade. Em decorrência, indagamos: será que realmente há uma inversão, isto é, será que a sociedade valoriza as pessoas consideradas “de bem”?

Na família de José e de Cláudio, foram-lhes ofertados lugares importantes. José *veio para vingar* sua própria vida e a vida do irmão (tio). Nasceu após a morte de um irmão que morreu ainda bebê (portanto, que *não vingou*) e para vingar a morte de outro (na realidade, do tio).

Cláudio estava sendo esperado desde a primeira gestação de sua mãe, que aguardou o nascimento de quatro filhas antes de ele nascer. Tanto para ela quanto para seu padrasto, ter um filho homem era de extrema importância.

⁵¹ “O que aparece é bom, o que é bom aparece”. A máxima sugerida pelo livro *Sociedade do espetáculo* – prognóstico feito pelo francês Guy Debord, na década de 60 [séc. XX] para um “tempo que prefere a imagem à coisa, a cópia ao original” – se reveste de atualidade num sonho coletivo: virar celebridade, viver um personagem público” (LOBATO, 2003, p. 64).

Nesse sentido, seu padrasto o assumiu como filho, com mais orgulho do que em relação às filhas legítimas. Esse lugar privilegiado, de “sua majestade, o bebê”, parece se manter até a atualidade. Por conseguinte, ambos receberam legados de peso na e da família.

Conforme ressalta Rodolfo (1990), vê-se, portanto, que é importante conhecer a pré-história dos adolescentes. Somente assim entenderemos o lugar que eles ocupam atualmente e até mesmo antes de nascer (no *imaginário* da família), isto é, a casa *simbólica* construída. Isso provavelmente influenciou consideravelmente o futuro dos meninos. Dessa forma, podemos compreender como é difícil para eles mudarem sua forma de viver, mesmo tendo participado de *Projetos* como o nosso, pois, para tanto, eles teriam que abdicar de um lugar que têm, na família, além do sentimento de pertença a um grupo.

Constatamos que, sob a perspectiva de José e de Wellington, a lei das suas famílias e da comunidade era a do pertencimento ao tráfico de drogas, parecendo que, para a formação de suas identidades, eles teriam que “passar” pelo ritual de envolvimento nessa atividade.

Eles também entenderam que a polícia não fazia questão de acabar com o comércio de drogas ilícitas, uma vez que se beneficiava dele. A despeito de ser uma autoridade legalmente constituída, mediante a propina, auxiliava no desenvolvimento do tráfico de drogas.

Segundo Freud (1930/1996, p. 104), a civilização é “construída sobre a renúncia ao instinto” e é regulada pelos relacionamentos sociais, onde não mais impera a lei do mais forte. O passo decisivo da civilização, para isso, foi a substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade, com a contrapartida de uma lei que não deveria ser violada em favor de um único sujeito (FREUD, 1930/1996, p. 101).

Em relação à transformação da criança em sujeito, esta precisa ser submetida ao processo de socialização primária e secundária. Somente assim reunirá condições para fazer parte da sociedade. Dessa maneira, nas primeiras relações que tem com os representantes das funções parentais, ela precisa abdicar ou renunciar seus desejos incestuosos, justamente pelo medo de perder o

amor desses representantes e, em decorrência, ficar exposta a todo o tipo de perigo. Já o adulto teme ser abandonado pela comunidade humana mais ampla (a sociedade a que pertence) e, por essa razão, abdica de seus desejos.

Lembremos: desejo é falta e, portanto, não é enunciável. Quando ele passa pelo desfiladeiro da linguagem, transforma-se em demanda. Esta aliena o sujeito, pois – apesar de aludir ao desejo – o ilude. Comparamos ao sintoma, para Freud (KUPFER, 1990).

Feita essa rápida digressão, podemos dizer que, não havendo respeito à Lei, o que implicaria ceder ao que é proibido, de acordo com as regras sociais do momento, não haveria civilização. Este não parece ser o caso dos adolescentes entrevistados. A comunidade onde José e Wellington vivem, bem como eles próprios, são civilizados.

Todavia, outro olhar poderia questionar tal idéia, porque eles funcionam fundamentados em acordos informais, que não exigem atendimento a todas as leis formais da sociedade. Acontece que eles vivem segundo as que efetivamente são concretizadas.

Desta forma, nos perguntamos: eles internalizaram a Lei primordial? Acreditamos que sim! Afinal, estes adolescentes aprenderam a conviver socialmente – no sentido de conseguir respeitar algumas regras e abdicar e/ou adiar alguns desejos em nome do respeito à lei.

Zambrano (2005, p. 62) afirma que “cada agrupamento humano constrói suas práticas de educação características, constituindo traços de personalidade e formações culturais que lhe são particulares”. A isto, ele chama de cultura e “é ela que nos fornece as normas sobre os modos mais apropriados do comportamento que devemos ter diante das mais variadas situações e nas nossas relações interpessoais” (*Idem*, p. 62)

A cultura local, de aceitação informal do comércio de substâncias ilícitas, deve ter sido decorrente de “acordos” explícitos ou implícitos feitos entre os traficantes e os moradores mais antigos da Comunidade. Tais “contratos” foram se fortalecendo ou sofrendo transformações ao longo do tempo.

Atualmente, tal “acordo” passou a ser mais uma imposição da lei do mais forte – no caso, o traficante. A situação é semelhante, conforme expressão de Feffermann (2006), aos tempos de *Barbárie*. Assim, quem não aceitar este conjunto de “leis” deve mudar-se, como muitas famílias já o fizeram, senão poderão ser assassinados.

Ressaltamos que a sociedade capitalista também tem funcionado como nos tempos de *Barbárie*, pois implicitamente mantém acordos que lesam os mais fracos, ou seja, a quase totalidade da população. Por exemplo, ela opera assim por meio da péssima distribuição da renda no Brasil.⁵²

Acrescente-se o fato de que alguns membros das famílias dos adolescentes que conversamos, seguem as leis do tráfico de drogas por temor de perder o amor dos seus entes queridos e o relacionamento cordial que mantém com os demais moradores.

É uma cultura que se pauta na Lei primordial que, segundo Freud (1930/1996), possibilita o pacto social? Acreditamos que sim, pois o *pacto edípico* encontra ressonância no *pacto social*. Porém, há um ponto que a difere, qual seja: a Lei deve ter um representante, independentemente de quem o seja. Ali, os *patrões* são a própria lei, e não seus representantes. Evidentemente, é uma lei totalitária, típica dos regimes políticos totalitários. Desta forma, os adolescentes identificam-se com quem é a lei, não com quem seria seu representante.

Apesar de totalitária, com ela os adolescentes conseguem rever algo da *função paterna*. É uma lei reconhecida pelas suas famílias e que ali funciona; portanto, não é fajuta, diferentemente das leis da sociedade que (por vingarem apenas no plano formal) não são respeitadas e tampouco funcionam.

Aliás, podemos dizer que esses jovens são as maiores vítimas deste não funcionamento das leis formais ou da falta de ligação ente a formal e a informal. A decorrência é que, com eles, os dispositivos sociais de fachada (assistência social, educação, saúde, esporte, segurança, habitação, renda, entre outras) acabaram não funcionando, pois não os protegeu.

⁵² Segundo ranking do Relatório do Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupava em 2006 a 10^o posição entre 126 países e territórios. Até 2005 era o penúltimo na América Latina.

Vale dizer que a morte é tema recorrente para alguns adolescentes, pois eles buscam “viver no limite”. Porém, deveria ser a morte *simbólica*, da infância, a qual permite a ressurreição para uma nova vida.

Apesar de considerarmos a entrada no tráfico de drogas parcialmente como um ritual de transição para os adolescentes, é necessário citar que a maioria dos ritos de passagem é permeada por simulações de morte e ressurreição, com marcas reais no corpo e isolamento temporário do iniciado. Depois de transcorrido este período e terem sido submetidos a estes “sofrimentos”, os adolescentes acabam por serem aceitos na sociedade dos adultos e, em decorrência, passam a gozar de direitos deste universo. “[...] de certo modo, o sacrifício de uma parte [do corpo] estaria destinado a proteger o sujeito de seu sacrifício total [...]” Além disso, “[...] em numerosos povos, durante a iniciação, se mostra ao iniciado o que até então lhe estava sendo proibido de conhecer [...]” (TUBERT, 1999, p. 52).

Com nossos participantes o papel feito pela entrada no tráfico de drogas lhes possibilitou o ingresso no mundo adulto, pois lhes permitiu acesso ao consumo, bem como *status* social; aspectos importantes (para não dizer os únicos valorizados) na sociedade atual. Contudo, não os poupa da morte prematura. Acontece que se eles correm estes riscos, por outro lado, não morrem cotidianamente de *morte e vida Severina*.

Quanto às marcas que se costuma infringir no corpo nos rituais de passagem, os nossos entrevistados também as possuem. Todavia, elas não são simulações de lutas, mas sim resultado de confrontos reais.

Quanto a estes confrontos que nossos participantes lidam diariamente – geralmente com policiais e/ou com grupos rivais –, talvez o maior deles seja com as leis da sociedade formal. São elas próprias que vitimizam os jovens, especialmente aqueles pertencentes à população de baixa renda.

Por exemplo, com eles não funcionou quase nada do que está renunciado no ECA (BRASIL, 2003), a não ser pelas privações de liberdade. Vamos citar apenas um direito previsto, no Capítulo I, artigo 7º, com o fim de corroborar o nosso julgamento:

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Podemos dizer que as famílias de nossos participantes tinham condições dignas de existência? As políticas públicas estão permitindo que os adolescentes se desenvolvam em todos os aspectos bio-psico-sociais? Eles estão sendo protegidos?

Tentaremos responder a essas questões com as considerações de Pellegrino (1987), de quem emprestamos a expressão *capitalismo selvagem brasileiro*.

Segundo ele, para uma lei ser respeitada ela tem que ser temida. Se a lei da sociedade não funciona, não é temida, portanto não é respeitada. Nossas leis não funcionam para garantir os direitos da maioria das pessoas, nem para cobrar os deveres de certas minorias que detém a maior parte da renda que circula em nosso país (ROURE, 1996). Daí a fala comum dos jovens atualmente quando “resolvem” praticar algum tipo de ato ilícito: “não dá em nada”.

É evidente que Pellegrino (1987) está se referindo a um conjunto de leis que deveriam efetivamente se concretizar. Acontece que o que acaba prevalecendo são leis informais. É exatamente com estas que os nossos adolescentes se identificam e acabam regulando todas as relações interpessoais e até a própria sociedade.

Conseqüência: eles as temem; portanto, elas são respeitadas. Logo, discordamos do discurso que considera o adolescente trabalhador do tráfico um avesso as leis. Pelo contrário! Eles – mais até do que nós – as respeitam.

Esta conclusão evidencia-se quando observamos que as Comunidades funcionam segundo leis próprias (as informais), com a conivência do poder público (por exemplo, os policiais que trocam o combate ao tráfico por propina). Então essa mesma sociedade que os considera inadequados, estimula a prática de condutas inadequadas. Com isso, ela acaba por não contribuir para que eles consigam se adequar e seguir a lei que, por ora, é apenas formal.

Aqui cabem os seguintes questionamentos: será que a sociedade deseja que a lei formal deixe de ser *letra morta*? Empregando expressão de Fefferman (1996), será que ela deseja fechar a fábrica de produção de pessoas julgadas – por ela própria (no plano formal, é evidente) – “marginais”? Será que não há uma espécie de pacto firmado entre membros do Estado e os envolvidos com o tráfico de drogas?

Resgatando as idéias de Pellegrino (1987), nos perguntamos ainda: que pacto é esse? Ele fala da injustiça social presente e necessária à sociedade *capitalista selvagem brasileira*. Os adolescentes foram excluídos pela mesma sociedade que associou a pobreza à vadiagem e à criminalidade nos séculos XVIII e XIX (ROURE, 1996). Hoje se alimenta a concepção do jovem pobre, marginal, drogado e violento e, assim, o pacto de mantém.

Acontece que tais adolescentes são frutos dessa sociedade. E, paradoxalmente, apesar de criticá-los, idealiza sua forma de ser e viver, conforme sublinha Calligaris (2000).

São ainda filhos desse *capitalismo selvagem brasileiro*, onde atualmente o apelo ao consumo, aliado à globalização diz que todos podem e devem adquirir objetos e bens para serem incluídos. Se eles podem, por que os excluem?

Por exemplo: apesar de perceber-se “excluído”, José notava a influência que tinha sobre outros adolescentes, mostrava que tinha clareza de que conquistou uma liderança com seu trabalho, um reconhecimento social, fato também observado quando relatou que *agora posso comprá o que quero, posso í onde nunca tinha ido, tudu mundo mi respeita, não só aqui na vila, na cidade inteira!* [sic]

Notamos o quanto, a partir deste trabalho, ele foi aceito e inserido na cultura local, bem como na sociedade de consumo, adiantando sua entrada no mundo dos adultos, conforme anuncia Calligaris (2000). Ou seja, ele nota que seus pares e até algumas autoridades de fora dali, inclusive o prefeito eleito em 2008, não respeitam a legislação e nem por isso são destituídos de reconhecimento social. Sendo ele alguém que necessita do olhar do outro para

afirmar-se como sujeito – assim como qualquer pessoa –, qual a possibilidade de ele agir de modo diverso? Precisa ser semelhante para encontrar sua identidade e obter um reconhecimento também, além do sentimento de pertença. Neste sentido, nota-se novamente que o trabalhador do tráfico não se coloca de maneira contrária a vivida na sociedade. Talvez, sejamos nós os “fora-da-lei” ou somos muito mais semelhantes a eles do que imaginamos.

Assim, pessoas pertencentes à população de baixa renda, excluídas do trabalho formal – o que as tornaria “sócias plenas da sociedade humana” (PELLEGRINO, 1987, p. 201) – conseguem melhorar sua condição financeira sem precisar contestar a ordem social (e sem sair do lugar de “excluídas”). Eles fazem isto mediante o tráfico de drogas, além de tanto eles quanto o poder público ficarem satisfeitos com o *pacto* acordado. Isto ocorre até quando eles privam de liberdade alguns destes traficantes, uma vez que “permitem” que estes controlem e realizem (do interior dos presídios) ações criminosas dentro e fora do presídio.

Paralelamente é evidente a “bondade dos patrões”, quando se observa o que eles fazem pelos moradores locais (pagam cirurgias, ajudam com cestas básicas, pagam contas de água e luz, compram material escolar). Conforme PERALVA (2000), o ‘bandido gentil, sedutor e sociável’ que o traficante representa, influencia mais os jovens atualmente do que a figura do policial, do professor ou do político, por exemplo, antigos modelos de autoridade.

Os adolescentes, desde crianças, observam toda essa confusão entre a existência de modelos de autoridade na sua Comunidade e a ausência deles fora dela, por meio da injustiça que praticamente tornou-se norma em nossa sociedade.

Concluimos, diante do exposto, que o tráfico de drogas, apesar de as suas conseqüências poderem ser violentas e de colocar os trabalhadores adolescentes em constante risco de morte, faz algumas funções importantes para a constituição subjetiva deles.

Ele vem como ancoragem *simbólica* para os meninos, servindo como *metáfora paterna* e possibilitando-lhes uma re-inscrição fálica. É um significante, um reconhecimento de filiação.

Outro dado é que eles rompem com a condição de moratória. Com isso, passam a ter mobilidade social e *status* – antes vetadas devido às condições sócio-econômicas em que suas famílias viviam. Como cita Peralva (2000) a conquista de poder por meio da criminalidade diminui a diferença entre pobres e ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scriotta, 1994. 151p.

ADORNO, T. W. *et al. The authoritarian personality*. Nova Iorque: Harper & Row, 1950. 978 p.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Portugal: Presença Brasil/Martins Fontes, 1974. 120 p.

ARIAS, J. A. Concepções de temporalidade e suicídio na adolescência. In: OUTEIRAL, J. (Org.). *Clínica psicanalítica de crianças e adolescentes: desenvolvimento, psicopatologia e tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. p. 144 -152.

ARIÈS, P. (1963). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 280 p.

ATHAYDE, C.; BILL, MV; SOARES, L.E. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 295 p.

BARBOSA, A. C. R. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998. 187 p.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 169 p.

BELLOTTO, T. Polícia. In: Titãs. *Cabeça Dinossauro*. São Paulo: WEA, p 1986. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 4.

BERNARDINO, L. M. F. Mãe é uma só? In: CALLIGARIS, C. *et al. Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e ofícios, 1994. p. 75-84.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 304 p.

_____. Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In: CARDOSO, M. R. (Org.) *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.

BORTOLOTTI, M. Era segurança máxima? *Veja*, São Paulo, n. 2036, p. 58, 28 nov. 2007.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990). São Paulo: Saraiva, 2003.

CABRAL FILHO, J. E. A interrelação dos princípios metodológicos e dos princípios éticos na investigação e na publicação científica. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 4, n. 3, p. 225-226, jul./set., 2004.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000. 88 p.

_____. *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta, 1991. 173p.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2002.

CESAROTTO, O.; LEITE, M.P.S. *O que é psicanálise*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, n.133) 96 p.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. In: *Arquivos brasileiros de psicologia*. Rio de Janeiro, v.57, n.1, p. 2-12, jun.2005. Disponível em: <<http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>> acesso em 25 de julho de 2009.

CRUZ NETO, O. *Nem soldados. Nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 199 p.

DELEUZE, G. Post-scriptum: sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

DOLTO, F. *Psicanálise e pediatria*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971. 262 p.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 210 p.

DOR, J. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 123 p.

DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência*. São Paulo: Annablume, 1998. 247 p.

FEFFERMANN, M. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006. 352 p.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 536 p.

FICHER, A. M. F. T. *Tentativas de suicídio de adolescentes atendidos no setor de urgências psiquiátricas de um hospital geral*. 2000. 81 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2000.

FONSECA, G. *Economie de la drogue: taille, caractéristiques et impact économique*. In: *Revue Tiers Monde*, Paris, n. 131, jul.-set.1992.p. 489-516.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis; Vozes, 1987. 262 p.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996. 158 p.

FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.) *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 261p.

FREIRE COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.

_____. Entrevista com Jurandir Freire Costa. In: CARDOSO, M.R. (Org.) *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 17-23.

_____. *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. 175 p.

FREITAG, B. *Escola, estado & sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980. 108 p.

FREUD, S. (1900). Os processos primário e secundário – recalçamento. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago [1996], vol. V, p. 615-634. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago [1996], vol. VII, p. 119-209. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1913). Totem e tabu. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago [1996], vol. XIII, p. 13-163 [Edição Standard Brasileira].

_____ (1914). Sobre o narcisismo. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996]. vol. XIV, p. 77-108. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1916). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996], vol. XIV, p. 325-348. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996], vol. XVIII, p. 79-154. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1924). A dissolução do Complexo de Édipo. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996], vol. XIX, p. 191-199. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1927) O futuro de uma ilusão. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996]. vol. XXI, p. 13-63. [Edição Standard Brasileira].

_____ (1930) O mal-estar na civilização. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, [1996], vol. XXI, p. 67-148. [Edição Standard Brasileira].

GOLDING, W. *Lord of the flies*. Hramondsworth: Penguin Books, 1960. 350 p.

GUATTARI, F. Linguagem, consciência e sociedade. *Revista Saúde e Loucura*. São Paulo, v. 2, p. 3-17, 1990.

GUIMARÃES, A. L. C. *Tráfico de drogas: percepções e concepções de seus agentes na cidade de Ribeirão Preto*. 284f. 2005. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Departamento de Filosofia e Educação. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2005.

GURFINKEL, D. *A pulsão e seu objeto-droga*. Estudo psicanalítico sobre a toxicomania. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 294 p.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 2001.

INFANTE, D. O outro do bebê: as vicissitudes do tornar-se sujeito. In: ROHENKOHL, C. M. F. (Org.) *A clínica com o bebê*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p.93-101.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. 265 p.

LA TAILLE, Y. de. Prefácio. In: PIAGET, J. (1932). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994. p. 7-20.

_____. *Limites: três dimensões educacionais*. São Paulo: Summus, 1998.151 p.

LACAN, J. J. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. 460 p.

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. 944 p.

_____. O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 707p.

LAZNIK-PENOT, M. C. Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística? In: WANDERLEY, D. B. (Org.) *Palavras em torno do berço: intervenções precoces bebê e família*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 35-40.

LEBRUN, J.-P. *Um mundo sem limite*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. 213 p.

LEVISKY, D. L. Desenvolvimento psicossocial do adolescente. In: OUTEIRAL, J. (Org.) *Clínica psicanalítica de crianças e adolescentes – desenvolvimento, psicopatologia e tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. p. 87-109.

LOBATO, E. Tudo por um flash. *Ísto é*, 10 dez. 2003 (edição 1784, coluna “Comportamento”, p. 64).

MAGALHÃES, M. *O narcotráfico*. São Paulo: Publifolha: 2000. 104 p.

MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. 331 p.

MAUTNER, A. V. Cidadania e alteridade. In: SPINK, M. J. P. *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. 198 p.

MEAD, M. *Adolescência y cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós, 1951. 314 p.

MELO, M. F. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 set. 1999. Caderno especial “Drogas”, H, 6 p.

MELLO NETO, J. C. de (s.d.). *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008. 136 p.

MEZAN, R. Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões. In: _____. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 395-435.

_____. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1998. 478 p.

MIDDLEJ, E. H. Adolescência, o que vem a ser? Um vir-a-ser? *Textura: Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 5, nº 5, p.12-15, 2005.

MINAYO, C (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MOCHCOVITCH, L.G. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1990. 80 p.

MORAES NETO, B. R. *Marx, Taylor e Ford: forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 132 p.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Produção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Rio de Janeiro: Gravadora Vídeofilmes, 1999. 1 videocassete (56 min.). VHS, som, color.

OLIVEIRA, M. L. *“Des/obede/serás”*: sobre o sentido da contestação adolescente. 303f 1984. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Departamento de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC, São Paulo, 1984.

PEDRO-SILVA, N. Ética, indisciplina e a relação professor-aluno. In: LA TAILLE, Y. de; JUSTO, J. S.; PEDRO-SILVA, N. *Indisciplina/disciplina: ética moral e ação do professor*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 55-95.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social. In: PY, L. A. *et al. Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 195-205.

PERALVA, A. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 222 p.

PINHEIRO, M.de L. E.; MOURA, M.C.M. Adolescência:-sintoma da modernidade. In: In: CONGRESSO Internacional de Psicanálise e suas Conexões. *O adolescente e a modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. p. 162-172.

RAMALHO, J. R. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM, 2002. 254 p.

RAPPAPORT, C. R. (Coord.) *Adolescência: abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU, 1993. 174 p.

RASSIAL, J. J. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. 211 p.

RIZZINI, I.; PILLOTI, F. *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Universitário Sta Ursula, 1995. 384 p.

RODULFO, R. *O brincar e o significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 179 p.

ROUANET, S. P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1983.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 199 p.

ROURE, G. Q. *Vidas silenciadas*. São Paulo: Ed.da UNICAMP, 1996. 164 p.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R. *Adolescência: abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU, 1993. p. 25-57.

_____. *Latência e transmissão: uma abordagem psicanalítica da eficácia do ato educativo na infância - entendido como tarefa e dívida paterna para a constituição do sujeito e para a maximização do êxito do trabalho da adolescência*. 482 f. 2004. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Instituto de psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. A adolescência e o declínio da função social da imago paterna. *Textura – Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 5, n. 5, p. 44-51, 2005.

SALAMA, P. *Macro-economie de la drogue*. Greitd-cedi, Paris, 1993.

SALIBA, M. G. *O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: UNESP, 2006. 159 p.

SCIVOLETTO, S. *Tratamento psiquiátrico ambulatorial de adolescentes usuários de drogas: as características sócio-demográficas, a progressão do consumo de substâncias e fatores preditivos de aderência e evolução no tratamento*. 1997. 128 f. Tese (Doutorado em psiquiatria) – Faculdade de Medicina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

SITE oficial da Polícia Militar do Paraná, contendo informações sobre o histórico, unidades de atendimento, regimento, eventos, dicas de segurança, como ingressar na polícia, projetos entre outros. Disponível em: <<http://www.pm.pr.gov.br/pmpr/5bpm/>> acesso em 30 de agosto de 2009.

SILVA, R. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1998. 205 p.

SOUZA, J.; SILVA, J. *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Pesquisa do Programa “Rotas de Fuga”: ações integradas para crianças e jovens inseridos na rede social do tráfico de drogas e seus familiares. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2006.

SOUZA, N. *Cartografias das práticas de atenção aos transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas em territórios sociais de risco*. 2005. 256 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2005.

TINOCO, D. H. *Psicologia, psicanálise e psicossomática*. Londrina: EdUnifil, 2009. 214 p.

TOLEDO, G. W. *A delinqüência juvenil no Estado de São Paulo: características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002*. 121f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Departamento de Psicologia. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2006.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUBERT, S. O enigma da adolescência: enunciação e crise narcísica. In: CONGRESSO Internacional de Psicanálise e suas Conexões. *O adolescente e a modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. p. 49-65.

VARELLA, D. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 297 p.

VIOLANTE, M. L. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. 196 p.

WINNICOTT, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 208 p.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005. 213 p.

ZALUAR, A. (Org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 171 p.

ZAMBRANO, E. *Pensando a violência com Freud*. Porto Alegre: Sociedade brasileira de psicanálise de Porto Alegre, 2005. Textos transcritos do Ciclo de palestras realizado em Porto Alegre, de abril a novembro de 2005.